



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Estêvão de Carvalho Freixo

**Das condições de possibilidade da teoria discursiva de Michel Foucault:  
uma investigação em três etapas**

Rio de Janeiro

2021

Estêvão de Carvalho Freixo

**Das condições de possibilidade da teoria discursiva de Michel Foucault: uma  
investigação em três etapas**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Rego Deusdará Rodrigues

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

F762

Freixo, Estêvão de Carvalho.

Das condições de possibilidade da teoria discursiva de Michael Foucault: uma investigação em três etapas / Estêvão de Carvalho Freixo. – 2021.

110 f.

Orientador: Bruno Rego Deusdará Rodrigues.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Análise do discurso - Teses. 2. Foucault, Michel, 1926-1984. Arqueologia do saber - Teses. 3. Estruturalismo – Teses. 4. Ciências sociais - Filosofia – Teses. I. Deusdará, Bruno. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 82.085

Bibliotecária: Mirna Lindenbaum. CRB7 4916

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Estêvão de Carvalho Freixo

**Das condições de possibilidade da teoria discursiva de Michel Foucault: uma  
investigação em três etapas**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Aprovada em 10 de agosto de 2021.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Bruno Rego Deusdará Rodrigues (Orientador)  
Instituto de Letras - UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Poliana Coeli Arantes  
Instituto de Letras - UERJ

---

Prof. Dr. Johannes Angermüller  
University of Warwick

Rio de Janeiro

2021

## AGRADECIMENTOS

Aos professores Bruno Deusdará, Poliana Coeli, Luciana Salazar e Johannes Angermüller, que muito contribuíram para o resultado desse trabalho com suas provocações, comentários e incentivos. Foi especialmente bom ouvi-los e trabalhar a partir de suas observações.

Ao professor Décio Rocha que, mesmo sem saber, deu razão a que fosse incluído nesse volume um capítulo inteiramente dedicado a responder ao desafio de se levantar um problema de ordem histórica em uma pesquisa vinculada ao departamento de linguística.

Aos amigos Bernardo Carvalho, Rômulo Mattos e Marlos Salustiano, que refletiram comigo, sugerindo caminhos, leituras, propondo articulações. Depois de décadas de convívio, temos a felicidade de ainda poder contar uns com os outros.

Aos queridos (querides?) Vivian Pereira, Viviane Roux, Almerindo Simões, Juliana Ribeiro, Thatiana Muylaert, Anna Land e Filipe Abrantes: a "turma de Cergy". Foi essencial ter percorrido esse caminho em tão amável companhia. Que sorte tivemos de nos encontrar nessas circunstâncias. Que alegria, que estímulo!

A Gabriela Jaquet pela rara oportunidade de trocar ideias com alguém que corajosamente enfrentou de perto o texto da *Arqueologia*. Fico feliz em poder contar com a amizade e o apoio de uma interlocutora de tamanha energia e alcance intelectual.

A Heraldo Miranda pelas conversas e, sobretudo, por me permitir conhecer o ponto de vista de um antropólogo sobre o tema pelo qual me interessei. Não houve necessidade maior neste trabalho do que a de me deslocar da posição na qual, desde o início, a institucionalidade departamental a qual me vi vinculado exigiu que eu estivesse.

A Ana de Melo, Alexandre Mendonça, Marcelo Pedra e Marcia Helena, amigos com quem também tive a chance de dividir um pouco do percurso que fiz, o que certamente me ajudou a compreendê-lo melhor enquanto o fazia.

A Irina Oukhvanova e a todos os amigos da Universidade da Letônia, de quem tive a chance de ouvir surpreendentes e estimulantes sugestões sobre o encaminhamento desta pesquisa.

A Priscilla Magalhães, amor da minha vida, parceira com quem desejo percorrer este e todos os outros caminhos que diante de nós se abrirem no futuro, seja pela força do desejo, seja pelas contingências do mundo.

## RESUMO

FREIXO, Estêvão de Carvalho. *Das condições de possibilidade da teoria discursiva de Michel Foucault: uma investigação em três etapas*. 2021. 110 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

O presente estudo investiga um conjunto de três debates que tiveram lugar no amplo domínio das ciências sociais ao longo do século XX e sem os quais, acredita-se, o texto de *A Arqueologia do Saber*, de autoria do filósofo M. Foucault, não teria vindo à realidade na forma como hoje o conhecemos e estudamos. Para cumprir seu objetivo, este trabalho estabelece ainda as seguintes metas suplementares: (i) examinar os traços da racionalidade sociológica que foram incorporados pelos historiadores franceses a partir do início do século XX, em consequência de um momentoso debate estabelecido entre história e sociologia que colocava em questão as premissas de investigação utilizadas na análise histórica; (ii) analisar o grau e o modo de aproveitamento na teoria discursiva foucaultiana do método de análise estrutural tal como Lévi-Strauss o imaginou para o trabalho da ciência etnológica em meados do século passado, considerando ainda os efeitos que a noção de estrutura por ele recomendada acabou por produzir no modo como os historiadores pensavam a duração social; (iii) estudar as transformações sofridas pelo conceito de matéria no campo das ciências sociais, recuando, neste caso e excepcionalmente, a Marx, no século XIX, para que ao final nos seja possível indicar as condições sob as quais esse princípio pôde ser retomado nos textos foucaultianos que tematizam a noção de discurso. O método utilizado na investigação leva em conta a presença de textos fundacionais que, segundo se supõe, serviram como condição de possibilidade à produção do texto *A Arqueologia do Saber* de Michel Foucault. O que se admite é que, em consequência de seu lugar segundo em relação a certos textos que lhe são anteriores, a obra de Foucault deve parte importante de sua constituição ao diálogo que mantém com os textos que retoma. Pode-se assim dizer que os textos precedentes, que podem ser também situados como intertextos, dada sua posição primeira no espaço intertextual, servem como condição de possibilidade aos textos posteriores que os comentam. Por essa razão, parece pertinente ajustar a condição de possibilidade referida, reduzindo seu alcance ao que se poderia indicar mais estritamente como *condição (textual) de possibilidade* – categoria que, nesta investigação, cumpre função de apoio ao percurso da análise. Como resultado, o cotejo entre os textos relacionados indica a presença de marcas importantes do raciocínio sociológico na aproximação que a *Arqueologia* faz em relação ao fenômeno discursivo e em seu trabalho de análise histórica, além de certo deslocamento do raciocínio estrutural para se pensar um sistema de formação que serve como condição de existência aos enunciados.

Palavras-chave: Michel Foucault. Análise do discurso. Escola dos *Annales*. Estruturalismo. Materialidade discursiva.

## ABSTRACT

FREIXO, Estêvão de Carvalho. *On the possibility conditions of Michel Foucault's discursive theory: a threefold investigation*. 2021. 110 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

The present study investigates a set of three debates which took place in the broad domain of social sciences throughout the 20<sup>th</sup> century and without which, it is believed, the text *The Archeology of Knowledge* by the philosopher M. Foucault would not have come to reality in the way we know and study it today. To fulfill its objective, this work also establishes the following supplementary goals: (i) to examine the features of sociological rationality which were incorporated by French historians in the beginning of the 20th century, as a result of an important debate established between history and sociology which brought into discussion the research premises used in the historical analysis; (ii) to analyze the degree and way of use in Foucault's discursive theory of the structural analysis method as Lévi-Strauss imagined it for the work of ethnological science in the middle of the last century, considering also the effects which the notion of structure recommended by him ended up producing in the way historians thought about social duration; (iii) to study the transformations undergone by the concept of matter in the field of social sciences, going back, in this case and exceptionally, to Marx in the 19<sup>th</sup> century, to finally indicate the conditions under which this principle could be recovered in the foucauldian texts which address the notion of discourse. The methodological approach used in the investigation considers the presence of foundational texts which, it is supposed, served as a condition of possibility for the production of the text *The Archeology of Knowledge* by Michel Foucault. As a result of its second place in relation to certain previous texts, it is assumed Foucault's work owes an important part of its constitution to the dialogue it maintains with the texts it recovers. It can thus be said that the previous texts, which can also be considered as intertexts, given their primary position in the intertextual space, serve as a condition of possibility for the later texts which comment on them. For this reason, it seems convenient to adjust the aforementioned condition of possibility, reducing its scope to what could be more strictly indicated as a *textual condition of possibility* – a category which was used in the present study to support the work of analysis. As a result, the comparison between the related texts indicates the presence of important traces of sociological reasoning in the approach adopted by the *Archeology* towards discursive phenomenon, as well as in its work of historical analysis, besides a certain displacement of structural reasoning for thinking about a system of formation which serves as a condition of existence for the statements.

Keywords: Michel Foucault. Discourse analysis. *Annales* School. Structuralism. Discursive materiality.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	7
1 ENTRE O PESQUISADOR E A INSTITUIÇÃO .....	17
1.1 Construindo um analisador .....	20
1.2 Lógica disciplinar e atualidade .....	25
2 DAS CONDIÇÕES (TEXTUAIS) DE POSSIBILIDADE DA ARQUEOLOGIA....	29
3 INTERPRETAÇÕES ANTERIORES DA ARQUEOLOGIA .....	37
4 DAS RELAÇÕES ENTRE OS ARQUITEXTOS E A ARQUEOLOGIA.....	52
4.1 O problema do método na história e o imperativo de uma ciência social positiva .	52
4.1.1 <u>Entre a história e a ciência positiva: o problema do método</u> .....	53
4.1.2 <u>O domínio das objetividades nas ciências sociais</u> .....	54
4.1.3 <u>Causa, lei e regularidade</u> .....	56
4.1.4 <u>Fernand Braudel: os fenômenos regulares na dinâmica do tempo</u> .....	58
4.1.5 <u>Foucault e os acontecimentos discursivos. A regularidade na dispersão</u> .....	61
4.1.6 <u>Em conclusão</u> .....	63
4.2 <b>Sistemas de formação</b> .....	65
4.2.1 <u>Das distinções entre sociologia, etnologia, etnografia e história, segundo Lévi-Strauss</u>	67
4.2.2 <u>A estrutura social na etnologia</u> .....	69
4.2.3 <u>Duração social em Bachelard</u> .....	71
4.2.4 <u>Duração social em Braudel</u> .....	73
4.2.5 <u>Sistema de formação</u> .....	76
4.3 <b>Materialidade discursiva</b> .....	83
4.3.1 <u>O conceito de matéria em Marx e Engels</u> .....	85
4.3.2 <u>Da aproximação entre os fatos sociais e as <i>coisas materiais</i></u> .....	87
4.3.3 <u>A materialidade semiótica em Mikhail Bakhtin</u> .....	89
4.3.5 <u>Colhendo marcas da luta antimetafísica</u> .....	91
4.3.6 <u>Repercussões na materialidade enunciativa foucaultiana</u> .....	94
4.3.7 <u>Nos limites do paradigma materialista</u> .....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	99
REFERÊNCIAS .....	106



## INTRODUÇÃO

O programa de estudos e pesquisas do domínio ao qual chamamos análise do discurso tem se mostrado notadamente amplo e diverso desde os primeiros empreendimentos realizados em seu nome na década de 1960. Em sua tendência francesa, podemos, em grande parte, atribuir o hibridismo desse campo às realizações do filósofo Michel Foucault, cuja teoria discursiva deve sua elaboração ao interesse dirigido pelo autor aos debates que marcaram os encontros e os enfrentamentos que tiveram lugar no terreno das ciências sociais e humanas durante o século XX.

Dominique Maingueneau (2015, p. 9), linguista e atual expoente da análise do discurso desenvolvida na França, reconhece que esse novo campo de pesquisa não corresponde a “uma simples extensão da linguística a dados que até então ela não levava em conta”. Em lugar disso,

Trata-se fundamentalmente de um empreendimento transdisciplinar, para alguns, pós-disciplinar, que atravessando o conjunto das ciências humanas e sociais e das humanidades, vai contra a tendência da divisão do saber em domínios cada vez mais especializados. (MAINGUENEAU, 2015, p. 9).

A heterogeneidade própria do campo coloca ainda um problema bastante singular aos linguistas que com ele colaboram. O texto de *A Arqueologia do Saber*, de M. Foucault, que figura entre as obras fundantes sobre as quais a escola francesa pôde se erguer, constitui seu lugar teórico de modo positivamente afastado da análise linguística e da dimensão textual do discurso. Por essa razão, Maingueneau (2015, p. 19) concebe a participação desse texto na análise do discurso praticada na França como influência mais “indireta” comparativamente aos trabalhos de J. Dubois e M. Pêcheux: “Se estes últimos pretendiam apoiar-se na linguística, o autor de *A arqueologia do saber* a recusava. O que ele chamava de ‘discurso’ não tinha relação direta com o uso da língua”. O linguista francês considera ainda a dificuldade imposta por essa circunstância, indicando que “Uma posição como esta é dificilmente compatível com os postulados de numerosos analistas do discurso, para quem o vocabulário, a organização textual e as estratégias interacionais devem estar no coração da análise” (MAINGUENEAU, 2015, p. 19).

Com efeito, o entendimento do autor é de que “a análise do discurso deve manter sua relação privilegiada com a linguística” (MAINGUENEAU, 2000, p. 4), sob o risco de não se poder distingui-la da tradicional análise de conteúdo. Esta última, atravessando a linguagem,

busca acessar representações de forma rápida e direta, pelo que frequentemente negligencia os fenômenos linguísticos situados no texto (MAINGUENEAU, 2000).

Eis como se caracteriza, em seu entendimento, a análise do discurso francesa, tendência na qual o próprio autor se vê inserido:

Ao falar em “tendências francesas”, remeto apenas a um certo estilo de análise do discurso, geralmente caracterizada pela referência a teorias da “enunciação”, pela preferência pelos discursos “institucionalizados” apreendidos em uma perspectiva macrossociológica, pelo interesse pela subjetividade e heterogeneidade discursivas (polifonia, dialogismo), pela ênfase dada à materialidade linguística, pela tese do primado do interdiscurso. (MAINGUENEAU, 2000, p. 5)

No que diz respeito às contribuições que a teoria discursiva foucaultiana trouxe à escola francesa da análise do discurso, um importante desafio que se coloca é o seguinte. Se algumas das premissas incorporadas nos trabalhos dos analistas franceses frequentemente derivam da *Arqueologia*, parece importante que identifiquemos o modo como tais princípios se apresentam na obra de Foucault. Mas que relação podemos nós linguistas estabelecer com esse texto, se esse material não toca os fenômenos da língua, senão para deles tomar distância na medida em que os comenta? Dadas as circunstâncias em que nos aproximamos da obra, estaremos em condições de percorrer seu arco completo se não estivermos suficientemente atentos aos problemas e as discussões que mobilizaram seu interesse e sua produção em primeiro lugar? Essa parece ser uma condição que se impõe a um manejo mais independente e mesmo interventivo da teoria discursiva esboçada por Foucault. Dizemos interventivo, porque, se dela não nos aproximamos com disposição para lhe extrair outras variações, corremos o risco de restar acomodados na posição de operadores de suas apropriações teóricas já estabelecidas.

Para, então, aproximar dos linguistas os desenvolvimentos teóricos sobre discurso que Foucault realiza na *Arqueologia do Saber*, parece conveniente que nos perguntemos sobre as condições que tornaram possível a produção desse texto, que é objeto de frequentes retomadas, releituras e aproveitamentos diversos. Essa é a questão de pesquisa que nos colocamos e a qual nos empenharemos em responder, na medida em que formos capazes de formulá-la em recortes menores e mais precisos. Estabeleceremos, portanto, como centro de nossos interesses a referida obra de Foucault, que traça o desenho geral da teoria discursiva oferecida pelo filósofo e recuperada pelos analistas do discurso, para então nos perguntar sobre as condições de possibilidade de sua produção. Em proveito de uma maior cobertura analítica, realizaremos ainda eventual consulta ao texto *A ordem do discurso*, que, tendo sido

editado apenas dois anos após a publicação da *Arqueologia*, serve a ela como material suplementar, ante a continuidade temática que se apresenta entre ambos os textos.

De fato, deve-se admitir que esses trabalhos podem ser abordados a partir de diferentes ângulos, dado o parentesco que mantêm com diversos domínios das ciências sociais<sup>1</sup>, mas também em virtude de sua ligação com importantes problemas tematizados no campo da filosofia. Acreditamos que uma reflexão que nos aponte as relações existentes entre esses textos e alguns dos importantes debates que tensionaram as ciências sociais ao longo do século XX nos renderá resultados mais concretos e fecundos por duas razões em particular. De um lado, porque podemos assim considerá-los desde o ângulo pelo qual melhor os divisamos, isto é, situando-os desde sua relação com a racionalidade científica. De outro, porque os aspectos debatidos pelas ciências sociais no século passado, com efeito, parecem-nos hoje fazer parte da arquitetura teórica e metodológica da escola francesa da análise do discurso.

### **Um itinerário exploratório da *Arqueologia do Saber***

Se aqui mencionamos conexões que podem ser estabelecidas entre *A Arqueologia do Saber* e as discussões que tiveram lugar entre as ciências sociais no século XX, é porque a elas chegamos a partir do contato que tivemos com um certo conjunto de indicadores encontrados durante a exploração preliminar que fizemos da obra. Para colocar o leitor a par desse trajeto inicial, parece-nos ser importante mencionar agora as etapas que percorremos durante essa primeira fase.

Em nosso primeiro movimento, deixamo-nos guiar pelos comentários feitos na introdução do livro de Foucault em relação às questões de teoria e método enfrentadas pelos historiadores dos *Annales*<sup>2</sup> no início do século passado. Ato contínuo, consultamos o trabalho

---

<sup>1</sup> Em nosso país, instituições de fomento à pesquisa como o CNPQ, o CAPES e a FAPESP têm hodiernamente estabelecido uma distinção entre as rubricas *ciências humanas* e *ciências sociais aplicadas*. No uso comum, entretanto, é frequente que os rótulos *ciências humanas* e *ciências sociais* sejam utilizados de forma intercambiável, adotando-se ainda a forma mais expandida *ciências humanas e sociais*. Na França, cenário no qual tiveram lugar os debates que aqui serão analisados, ainda hoje essa justaposição persiste, como se lê no endereço virtual da École des Hautes Études en Sciences Sociales, no qual se descreve a instituição como "projeto intelectual de um diálogo permanente de todas as ciências humanas e sociais" (EHESS, [2021?], Online, tradução nossa). O mesmo se dá na Lettres Sorbonne Université [2021?], que em seu *site* reúne geografia, história, filosofia, sociologia, dentre outras sob o rótulo de *ciências humanas e sociais*. Essa mesma terminologia plural e maleável já predominava na primeira metade do século XX, especialmente nos textos com os quais aqui trabalharemos, razão pela qual admitiremos tal flexibilização, dando prevalência, entretanto, ao termo *ciências sociais*, tendo em vista a relação privilegiada frequentemente reconhecida entre essa expressão e o domínio da sociologia. Como veremos, a posição sociológica assumirá um papel singular na relação que o conjunto das ciências sociais mantêm com nosso objeto de estudo.

<sup>2</sup> Atribui-se o nome Escola dos *Annales* a um movimento constituído na França sob a liderança inicial dos historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch. Em 1929, Febvre e Bloch inauguraram o periódico *Annales d'histoire*

de alguns historiadores que se ocuparam de apresentar o processo de constituição e expansão desse grupo de investigadores, quando então tivemos notícia de certos embates intelectuais a partir dos quais algumas das direções de trabalho adotadas pela comunidade dos *Annales* puderam se consolidar. A esse respeito, Peter Burke (1992, p. 13) nos fala, por exemplo, da reação da jovem disciplina sociológica à chamada “história política” praticada na França do século XIX:

Augusto Comte ridiculizava o que chamava de “insignificantes detalhes estudados infantilmente pela curiosidade irracional de compiladores cegos de anedotas inúteis”, e defendia o que chamou, numa frase famosa, “uma história sem nomes” (Comte, 1864, lição 52). Herbert Spencer queixava-se de que “As biografias dos monarcas (e nossas crianças aprendem pouco mais do que isso) pouco esclarecem a respeito da ciência da sociedade” (Spencer, 1861, pp. 26ss). Da mesma maneira, Durkheim despreza os acontecimentos particulares, nada mais do que “manifestações superficiais”; a história aparente mais do que a história real de uma determinada nação (Durkheim, 1896, p.v.).

Na disputa que, a essa época, se formava entre história e sociologia, atribui-se grande importância a um artigo produzido pelo sociólogo François Simiand (1903/2003) em resposta à obra *La Méthode historique appliquée a les sciences sociales* do historiador Charles Seignobos, caracterizada por Mucchielli (1998 *apud* SIMIAND, 2003, p. 164) como “panfleto antissociológico”. O artigo de Simiand foi traduzido para o espanhol no início do corrente século por Antonio Vallejos e Maribel Moreno. Em nota introdutória acrescentada à versão hispânica, Vallejos comenta uma disputa travada entre Seignobos e Durkheim por ocasião de um debate realizado na Société Française de Philosophie em 1908 e ressalta que o “explosivo” artigo de Simiand, publicado em 1903, havia sido um elemento decisivo para que a controvérsia ali instaurada chegasse a um desfecho desfavorável em relação à Seignobos. Os argumentos trazidos por Simiand em seu artigo-resposta, além disso, viriam a se tornar um apoio fundamental às orientações de trabalho adotadas pelos historiadores dos *Annales*, como nos indica D’Assunção Barros (2010b, p. 23):

E, em um texto de 1903 intitulado “Método da História e Ciências Sociais”, o sociólogo francês François Simiand já desfechava rigorosa crítica à história que ele já chamava de “historizante”. Este texto, aliás, serviria de base a Febvre e Bloch na sua posterior crítica contra a História Eventual, já no período de formação dos *Annales*.

---

*économique et sociale*, com o qual mobilizaram uma comunidade de cientistas a praticar uma ciência histórica diferente da então chamada história política ou tradicional. Estimulava-se, além disso, a construção e a prática de uma metodologia que fosse comum às ciências sociais.

Algumas décadas após ter-se configurado esta querela entre historiadores e sociólogos, a noção de estrutura<sup>3</sup>, reanimada na antropologia de Lévi-Strauss, ganhava o centro da discussão nas ciências sociais, pelo que a história eventualmente se viu também confrontada com a temática estrutural. O historiador Henrique Rodrigues, em um artigo intitulado *Lévi-Strauss, Braudel e o tempo dos historiadores*, faz uma retomada de certos problemas de fronteira que, àquela época, ainda se colocavam entre essas disciplinas e os comenta a partir da crítica dirigida por Fernand Braudel a Lévi-Strauss em um artigo sobre a *longa duração* que veio a se tornar referência entre os historiadores. Esse debate constitui outro importante ponto de tensão a partir do qual alguns problemas de teoria e método se colocaram às ciências sociais no século passado.

Em 1958, Fernand Braudel publica um artigo no qual procura definir o lugar da história no interior das ciências sociais e, sobretudo, o papel do conceito de estrutura no interior da pesquisa historiográfica. O texto em questão veio à luz na revista dos *Annales*, no interior de uma seção chamada “Debates e Combates”. Intitulado “História e ciências sociais: a longa duração”, marcou um ponto de inflexão no debate historiográfico, assinalando uma tomada de consciência decisiva diante da virada estruturalista que conhecera, na obra de Claude Lévi-Strauss, um dos seus principais pontos de referência e difusão. Particularmente, Braudel reagia a um texto do antropólogo sobre “História e etnologia”, publicado em 1949 na *Revue de Métaphysique et Morale*. Em 1958, Lévi-Strauss retomaria esse mesmo texto, inserindo-o como o capítulo I do livro *Antropologia estrutural*. Braudel, então, decide responder a algumas das questões ali levantadas. (RODRIGUES, 2009, p. 165)

Deslocando a noção de estrutura social dos estudos antropológicos, para tratá-la no terreno da história desde sua relação com o tema da duração social, Braudel argumentou em favor da multiplicidade dos tempos e do movimento dialético no qual se articulam o tempo longo e o tempo breve. Tomando de empréstimo a *dialética da duração* introduzida na história das ciências por Gaston Bachelard, o autor lhe oferece, na história científica, um uso bem particular.

A expressão “dialética da duração” aparece pela primeira vez com Gaston Bachelard, na obra de mesmo nome (BACHELARD, 1936). (...) A discussão sobre a “dialética da duração” de Bachelard (...) remete a aspectos que se referem aos modos de percepção do tempo pelo indivíduo, e não aos aspectos do tempo histórico propriamente dito. Fernand Braudel, em seu artigo sobre “A Longa Duração”, criticará rapidamente a “dialética da duração” de Bachelard (BRAUDEL, 2011, p.

---

<sup>3</sup> O trabalho de Fernand Braudel nos colocou em contato com o debate sobre a estrutura no terreno da história. O interesse mais vivo pelo tema e sua inclusão como etapa investigativa deste trabalho, porém, devemos à preciosa indicação de Gabriela Jaquet, com quem tivemos contato por ocasião de nossa passagem na França, para estarmos presentes no 3rd Discoursenet Congress, realizado na Universidade de Cergy-Pontoise. O primoroso trabalho que Jaquet (2016) realiza a respeito da categoria de acontecimento na obra de Foucault nos levou a procurá-la para uma troca de ideias, do que resultaram longas e importantes conversas às quais devemos especialmente a investigação que fizemos das marcas do raciocínio estruturalista presentes na *Arqueologia*.

116). Com o historiador francês, a expressão “dialética das durações” referir-se-á às interrelações que se estabelecem entre as diferentes durações históricas, isto é, entre os diferentes padrões rítmicos a partir dos quais se processam as mudanças históricas. Na concepção de Braudel, está implícita uma arquitetura de três durações (a longa, a média e a curta), através das quais a estrutura enquadra as conjunturas, e estas os eventos típicos da história política. Este é o modelo aplicado em *Mediterrâneo* (1949). (BARROS, 2014, p. 257)

Com a dialética da duração de Bachelard, pôde também ser introduzida na história das ciências a noção de descontinuidade, que, na *Arqueologia*, vai se sobrepor à dimensão do tempo longo, constituindo uma perspectiva integrada de análise. A suposição de Foucault era de que as direções tomadas pela história *tout court* (praticada por historiadores) e pela história das ciências não formavam uma relação de inteira oposição. É o próprio Foucault (1969/2000, p. 6-7) quem nos sinaliza essa convergência:

Não imaginemos, com fé nas aparências, que algumas das disciplinas históricas caminharam do contínuo ao descontínuo, enquanto outras iam do formigamento das descontinuidades às grandes unidades ininterruptas; não imaginemos que, na análise da política, das instituições ou da economia, fomos cada vez mais sensíveis às determinações globais, mas sim que, na análise das ideias e do saber, prestamos uma atenção cada vez maior aos jogos da diferença; não acreditemos que, ainda uma vez, essas duas grandes formas de descrição se cruzaram sem se reconhecerem.

O lugar de Bachelard na crítica ao continuísmo histórico e o efeito de seu trabalho em Foucault nos é confirmado, por exemplo, pelo esforço de Andre Voigt (2013, p. 216), que busca situar a relação constituída entre o acontecimento histórico e as temporalidades contínua e descontínua na França da década de 1950:

A ideia de *acontecimento* é fundamental no debate acadêmico recente sobre a relação entre tempo, história e verdade. Se no meio acadêmico francês emerge, a partir da década de 1950, um acirrado debate referente à relevância do acontecimento entre as noções de continuidade e descontinuidade temporal, relacionadas às profissões do historiador, do sociólogo e do filósofo, este debate remete, de outro modo, a uma discussão acadêmica que teria ocorrido já na década de 1930. Pensadores como Gaston Bachelard já teriam estabelecido um debate entre as noções de continuidade e descontinuidade temporal – bem como suas implicações teóricas e práticas – no interior de uma divergência entre autores com diferentes perspectivas em relação ao tempo. Entendido como um dos primeiros a pensar filosoficamente a descontinuidade temporal, Bachelard teria trazido importantes elementos acerca da natureza do tempo e dos acontecimentos, cujos estudos teriam inspirado, de diferentes maneiras, o interesse sobre a ideia de acontecimento entre outros autores em momentos posteriores. Podemos citar, a título de exemplo, os pensamentos de Michel Foucault, Gilles Deleuze e, mais recentemente, Jacques Rancière, como estudiosos que orientam suas pesquisas a partir de uma crítica à continuidade temporal (...).

As passagens até aqui reunidas correspondem aos indicadores mais importantes que nos auxiliaram no rastreamento das relações estabelecidas entre a *Arqueologia* e as ciências sociais. A partir daí, nosso impulso foi o de retomar o texto de Foucault para nele explorar possíveis reflexos das discussões mapeadas nesse material. No exercício de releitura da obra,

podemos reconhecer, por exemplo, o interesse pela regularidade dos acontecimentos na história e a preocupação com o exame das condições positivas desde as quais tais acontecimentos poderiam ter vindo à existência, premissas que haviam sido recomendadas aos historiadores por seus vizinhos sociólogos; identificamos ainda uma definição ambivalente de acontecimento, tal como Braudel o quis, repetível e singular a um só tempo, operando assim uma espécie de síntese da polêmica travada entre Seignobos e Simiand; verificamos a articulação entre os amplos recortes cronológicos e as pequenas irrupções dos eventos, associando-se os sistemas de formação do discurso, que funcionam no tempo longo ou no conjuntural, com os acontecimentos discursivos, que melhor se ajustam ao tempo da conjuntura e ao tempo curto; pudemos também notar um uso deslocado do raciocínio estrutural, que, na obra de Foucault, é de algum modo aproveitado para a descrição de um sistema desde o qual os enunciados podem vir à existência.

Constituiu-se em exceção a esse processo, todavia, a forma pela qual examinamos o problema da materialidade discursiva, do qual aqui também quisemos nos ocupar. Nesse caso, a estratégia foi a de se considerar certos aproveitamentos do conceito de matéria nas ciências sociais que, por caminhos diferentes, afetaram o campo da análise do discurso, para, ao final, avaliar em que medida a materialidade do enunciado, tal como apresentada na *Arqueologia*, se comunica com essas posições anteriores. Dado que, no texto de Foucault, a definição de materialidade se constitui por oposição a outras definições em relação às quais foi preciso diferenciá-la, nos pareceu pertinente a utilização desse expediente.

### **Das etapas de investigação**

Ante o trajeto de leitura acima descrito e as relações que estabelecemos entre certas discussões que se desenvolveram no domínio das ciências sociais e *A Arqueologia do Saber*, decidimos nos ocupar de um certo conjunto de hipóteses, que no total são três: (1) uma vez que o campo da história se viu convocado a atender a um programa de ciência positiva apresentado pela sociologia na França do século passado, o trabalho historiográfico, especialmente aquele conduzido pelos historiadores dos *Annales*, viu-se marcado por certos traços da racionalidade sociológica. Não houvessem ocorrido tais mudanças no exercício de análise histórica, a teoria discursiva de Foucault não teria adquirido contornos que hoje proveem os analistas do discurso com certos princípios sociológicos de análise, enquanto proscurem a consideração de determinantes psicológicos à atividade discursiva; (2) apesar da

posição ambivalente<sup>4</sup> do autor em relação à temática estruturalista, apostamos que, na *Arqueologia*, se opera certo grau de apropriação do método da análise estrutural, que, no último centenário, trouxe à história um importante debate desde o qual se desdobraram novas formas de se pensar a duração social. Além disso, a noção de sistema – termo alternativo à palavra estrutura – ganhou um lugar de destaque no texto de Foucault com a introdução dos *sistemas de formação*, cujo caráter e funcionamento derivam de uma lógica de estrutura; (3) por fim, o princípio da materialidade, enquanto exigência de método e orientação epistemológica da moderna análise do discurso, parece, em boa medida, justificar sua presença nos estudos discursivos pela relação que mantém com a materialidade enunciativa introduzida nos textos da *Arqueologia* e da *Ordem do Discurso*. Nesse sentido, acreditamos que a condução de uma análise de percurso do conceito de matéria, que do Iluminismo ao século XX tem sido afetado por diferentes usos e aproveitamentos no contexto das ciências sociais, possa nos oferecer alguns aproveitamentos desse princípio em relação aos quais Foucault precisou se posicionar para constituir seu próprio entendimento sobre materialidade no discurso.

Reformulemos então as suposições levantadas, para recolocá-las de modo a fixar de modo mais sistemático o escopo da pesquisa conduzida neste trabalho. Podemos então dizer agora que nossa pretensão é a de examinar um conjunto de três debates que tiveram lugar no amplo domínio das ciências sociais ao longo do século XX e sem os quais os textos de *A arqueologia do saber* e *A ordem do discurso*, de autoria do filósofo M. Foucault, não teriam vindo à realidade na forma como hoje os conhecemos e estudamos.

Para dar cumprimento a esse primeiro propósito de alcance geral, necessitamos estabelecer ainda metas secundárias que nos servirão de guia para uma análise particular de cada uma das discussões indicadas, o que tornará possível uma descrição mais precisa das relações existentes entre tais problemáticas e os textos foucaultianos já mencionados. Determinamos, pois, como metas suplementares as que abaixo relacionamos:

a) Examinar os traços da racionalidade sociológica que foram incorporados pelo trabalho historiográfico a partir do início do século XX, em consequência de um momentoso debate estabelecido entre história e sociologia que colocava em questão as premissas de investigação utilizadas na análise histórica;

---

<sup>4</sup> Referimo-nos à posição do autor em relação ao tema da estrutura como sendo ambivalente, em razão das aproximações hesitantes que faz em sua direção na introdução da *Arqueologia*. Se ali procura demarcar certa distância do método estrutural, não o faz sem ao mesmo tempo admitir que em sua obra o problema da estrutura também se coloca.



b) Analisar o grau e o modo de aproveitamento na teoria discursiva foucaultiana do método de análise estrutural tal como Lévi-Strauss o imaginou para o trabalho da ciência etnológica em meados do século passado, considerando ainda os efeitos que a noção de estrutura por ele recomendada acabou por produzir no modo como os historiadores pensavam a duração social;

c) Estudar as transformações sofridas pelo conceito de matéria no campo das ciências sociais, recuando, neste caso e excepcionalmente, a Marx, no século XIX, para que ao final nos seja possível indicar as condições sob as quais esse princípio pôde ser retomado nos textos foucaultianos que tematizam a noção de discurso.

Com esses objetivos, desejamos conduzir um trabalho cujo interesse investigativo esteja voltado a alguns dos princípios orientadores da atividade que desenvolvemos em nosso campo de pesquisa. Nos parece que esse é um gesto importante se pretendemos que haja possibilidade de se atuar mais diretamente sobre a arquitetura teórica que nos serve de sustentação.

Não queremos assim, é claro, sugerir a impossibilidade de se realizar um eficiente manejo dos textos de Foucault que aqui indicamos a partir do campo da linguística. Com efeito, muito nessa direção vindo sendo feito, e, para ficarmos em um exemplo mais recente, a Revista Moara, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará, acaba de dedicar sua edição de nº 57 aos cinquenta anos da *A Arqueologia do Saber*. O volume conta com onze notáveis artigos dedicados a discussões teóricas sobre o livro e a utilizações da obra como estratégia de método para a prática de análise. Inclui, ainda, um texto-resenha da própria *Arqueologia*. Sem prejuízo da boa referência ao resultado dessa antologia, deve-se sublinhar, entretanto, a sintomática recorrência que seus trabalhos fazem a importantes comentadores de Foucault como forma de auxílio à leitura da obra, o que faz com que, não raro, sua apropriação se realize por via indireta. Como material utilizado para estudo da *Arqueologia*, encontramos nesse conjunto de trabalhos referências a resultados como os de Albuquerque, Veiga-Neto e Souza Filho (2008), Alvim (2011), Castro (2016), Deleuze (1996, 2005, 2017), Dosse (2001), Gregolin (2004a, 2004b, 2016), Orlandi (1987), Veyne (2009), Machado (1988), Rocha (2011), Gonçalves (2009), Muchail (2004).

É em razão do desafio que o texto de Foucault coloca aos seus leitores e, em especial, aos linguistas que atuam como analistas do discurso, que procuraremos, nesta oportunidade, oferecer algumas indicações que possam se somar ao conjunto dos trabalhos que até aqui se esforçaram para encontrar caminhos de acesso aos textos foucaultianos que tematizam o fenômeno do discurso.

O que, finalmente, nos parece importante ressaltar é que, segundo cremos, não haverá de fato boas condições de gerência desse corpo textual, ou não estaremos suficientemente preparados para aproveitá-lo, enquanto não nos dedicarmos seriamente ao conhecimento das discussões que, em primeiro lugar, deram ocasião a sua existência.

## 1 ENTRE O PESQUISADOR E A INSTITUIÇÃO

Antes de fixarmos alguns procedimentos de método por meio dos quais planejamos satisfazer o propósito ao qual nos dedicamos nesta pesquisa, precisamos antecipar alguns desafios relativos à nossa participação no campo de conhecimento com o qual agora negociamos para desenvolver este trabalho. Em razão da natureza do nosso problema, esta investigação deverá se dedicar ao levantamento de um certo conjunto de questões que excedem o perímetro convencionalmente estabelecido no interior do qual os linguistas estão autorizados a selecionar esse ou aquele fenômeno disponível para execução de um estudo particular. Devemos então sublinhar que, se os problemas propriamente linguísticos não marcam o papel em que a extremidade de nossa pluma faz verter sua tinta, o linguista (e com ele a linguística), por outro lado, não é figura ausente nesta composição. Ou, talvez devêssemos dizer, o cientista da linguagem tem reversamente indicada sua presença neste trabalho pela marca reveladora de sua ausência. O caso é que esta produção quer saciar uma carência que é própria ao investigador dos fenômenos linguísticos-discursivos. Especialmente aquele cujo trabalho se fia aos desenvolvimentos da escola francesa da análise do discurso, que possui variadas relações com a pesquisa de Foucault. Nossa investigação se realiza num espaço de pensamento em que temos este cientista como nosso interlocutor. É sobretudo a ele que dirigimos nossos comentários e apontamentos, é por ele que conduzimos esta empreitada.

De fato, essa escolha e essa estratégia de fala nos colocam numa posição singular. Desejamos estar ao lado dos linguistas, junto deles, mas para fazê-lo do modo como pretendemos, precisamos pisar a exterioridade do seu campo. Assim, nos parece espontâneo que a dificuldade ora apresentada venha nos conduzir a um debate que coloque em questão os problemas do funcionamento e das fronteiras disciplinares. E, nesse sentido, gostaríamos de situar alguns elementos pertinentes a essa discussão, que acreditamos poderão nos abrir um horizonte de entendimento no qual estaremos em melhores condições de lidar com essa situação de embaraço.

Consideremos, por exemplo, as exigências colocadas ao pesquisador no seu exercício de escrita. Parece-nos que, a esse respeito, seria útil considerar a instância reguladora referida por Maingueneau (2001) como *campo literário*. Com efeito, não é suficiente supor que os resultados das obras – inclusive aquelas produzidas no âmbito da comunidade científica – dependem unicamente do esforço e da singularidade de seus artífices. É preciso admitir que, além disso, todo gênero literário possui um funcionamento institucional com o qual o escritor

se confronta e com o qual deve negociar para reivindicar a participação em seu terreno de operações. A obra literária, segundo o Maingueneau (2001, p. 30),

não surge 'na' sociedade captada como um todo, mas através das tensões do campo propriamente literário. A obra só se constitui implicando os ritos, as normas, as relações de força das instituições literárias. Ela só pode dizer algo do mundo inscrevendo o funcionamento do lugar que a tornou possível, colocando em jogo, em sua enunciação, os problemas colocados pela inscrição social de sua própria enunciação.

Por outro lado, no território em que o campo literário organiza sua atividade, coabitam comunidades cujas práticas condicionam as regularidades textuais que garantem a estabilidade do campo. Inversamente, tais comunidades têm ao mesmo tempo sua existência assegurada pela produção textual que no campo se realiza. Essa relação de reversibilidade que existe entre as comunidades e o campo literário é esclarecida pelo autor nos seguintes termos:

No campo da análise propriamente textual, desenvolvemos, por nossa vez, uma teoria da “comunidade discursiva”, que tenta articular as formações discursivas a partir do funcionamento dos grupos de produtores e gerentes que as fazem viver e vivem delas. O interesse recai sobre os modos de vida, os ritos dessas comunidades restritas que disputam um mesmo território institucional. É nessa zona que se travam realmente as relações entre o escritor e a sociedade, o escritor e sua obra, a obra e a sociedade. (MAINGUENEAU, 2001, p. 30)

Considerando a existência dessa articulação entre o campo literário e as comunidades que nele convivem, esperamos realizar uma negociação com a institucionalidade que daí resulta mediante um exercício de explicitação das dificuldades que nos são efetivamente impostas nesse contexto. Para avançar nessa direção, tomaremos de empréstimo algumas ferramentas com as quais se conduz um processo de *análise de implicações*<sup>5</sup> no âmbito da análise institucional. Desde já, advertimos que não se deve guardar expectativa de que tais instrumentos sejam aproveitados mais adiante durante o exame de nosso objeto. Esta seção funciona como uma etapa preliminar com a qual pretendemos devolver à institucionalidade que modula nossa escrita um conjunto de questões relativas a certas contradições que resultam de seu próprio funcionamento.

Sobre o contato que, nesta oportunidade, estabeleceremos com a análise institucional, parece conveniente introduzir nosso argumento por uma indicação da relação essencial que a chamada análise de implicação possui com esse ambiente investigativo. A esse respeito, o educador francês Gilles Monceau (2008), a quem os trabalhos precursores do sociólogo René

---

<sup>5</sup> O processo da análise da implicação foi introduzido René Lourau e Lapassade nas situações de intervenção que passaram a chamar de socioanálise (MONCEAU, 2008, p. 21). Por meio da análise de implicação, pretende-se examinar o grau e a forma pela qual a instituição marca a subjetividade dos agentes que operam sob seu funcionamento. Esse processo tornou-se uma etapa necessária e especialmente produtiva para se estudar as contradições da instituição e sobre elas intervir.

Lourau devem importantes contribuições, nos informa que o exercício de análise da relação que os indivíduos desenvolvem com as instituições foi o exato caminho pelo qual a análise institucional pôde efetivamente propor uma análise da instituição. Isso quer dizer que o fato de sermos tomados pela instituição – ou de estarmos nela implicados, para utilizarmos a expressão mais adequada – é o que nos reserva uma posição especialmente estratégica para colocar em questão a forma como a instituição funciona e se mantém.

Consideremos a instituição literária. Se esse é o campo de tensão em que nos encontramos implicados, se é o domínio ao qual nos dirigimos propositivamente enquanto nos sentimos ao mesmo tempo levados a responder suas exigências, devemos tomá-lo, ainda no paradigma da análise institucional, como nosso *campo de análise*<sup>6</sup>. Um campo cuja normatividade, sem dúvida, interfere ostensivamente em nosso trabalho, mas que é agora ao mesmo tempo colocado sob exame.

Na dimensão concreta em que este trabalho se realiza, isto é, no lugar que ocupa junto a um dado conjunto de rotinas organizacionais, podemos ainda demarcar um território menor e mais objetivo na superfície do qual a análise de implicação produzirá seus efeitos mais diretos. Por se tratar de uma pesquisa desenvolvida sob o regime das práticas que regulam a atividade no ambiente universitário, esta produção deve percorrer um caminho bem definido antes que a instituição possa objetivamente dizer-lhe sobre sua pertinência ao campo de possibilidades que a própria instituição se esforça em delimitar.

Para além do esforço individual do pesquisador e de seus encontros com o orientador, nos quais o trabalho é comentado de forma mais livre, a pesquisa deve ser submetida aos rituais do exame de qualificação e da defesa, que, nos parece razoável dizer, correspondem no âmbito universitário à caracterização do espaço definido por Maingueneau como *domínio de pré-difusão*. Com isso, queremos dizer que esse ambiente funciona como um primeiro círculo de leitura, um lugar institucional que cumpre o papel de instância intermediadora entre o pesquisador e a extensão mais ampliada do campo literário. Para ilustrar esse domínio, o autor nos remete aos salões franceses do século XVII, onde os membros da comunidade literária debatiam sobre estética e faziam eventualmente uma primeira exposição de suas obras para um grupo inicial.

---

<sup>6</sup> A análise de implicação se processa em dois níveis distintos, mas relacionados. O primeiro compreende um domínio consideravelmente amplo da vida social cujo funcionamento poderá ser examinado pelo aparelho conceitual da análise institucional. Trata-se do *campo de análise*. O segundo corresponde a um espaço concreto e mais restrito em relação ao qual se adotam estratégias e abordagens interventivas para se atuar sobre a lógica institucional. Este último é chamado *campo de intervenção* (BAREMBLITT, 1992).

A obra modifica-se em função das reações desse primeiro auditório, ou antes de ser lida ou representada diante de um público que excede a população restrita dos frequentadores habituais do salão. (MAINGUENEAU, 2001, p. 32)

Elegeremos, pois, essa região mais justa e objetiva do próprio processo avaliativo como nosso *campo de intervenção*, querendo assim indicar um recorte preciso da prática organizacional em relação ao qual estabeleceremos uma estratégia que nos parece adequada para levar a cabo o trabalho de nossa análise de implicação.

Todavia, um aspecto definidor da análise de implicação é o fato de que o trabalho nela envolvido deve ser conduzido em âmbito coletivo, pois, se as instituições existem para regular as atividades humanas desenvolvidas no interior dos aparelhos organizacionais (BAREMBLITT, 1992), a análise das forças por meio das quais elas existem e se mantêm só pode apropriadamente se realizar no seio das comunidades que nelas e por elas existem<sup>7</sup>. Sendo assim, para se interferir na instituição e nas comunidades que a ela se encontram associadas, é preciso participar em sua realidade coletiva, no espaço comum em que seu poder regulamentar vem se atualizar ao final de cada gesto, de cada palavra, de cada movimento por ela regulado. Por essa razão, o exercício que agora realizamos cumpre também a função de lançar sobre os ritos de qualificação e defesa um outro cenário, como que a eles sobreposto, por meio do qual se pretende sintam-se convocados os participantes envolvidos em tais liturgia a promover junto de nós a análise dessas implicações.

### 1.1 Construindo um analisador

Para analisar as implicações que, de algum modo, condicionam a produção do nosso trabalho, procederemos agora à construção de um dispositivo *analisador*<sup>8</sup> com o qual esperamos poder invocar a lógica de nosso campo literário sob a forma de um discurso organizacional.

De partida, consideremos que as instituições, entendidas como racionalidades gestoras da atividade humana no espaço das organizações, “se pronunciam valorativamente com

---

<sup>7</sup> De algum modo, deslocamos aqui a noção de comunidade discursiva, que diz respeito aos "grupos que existem unicamente por e na enunciação" (MAINGUENEAU, 1997, p. 56), para circunstancialmente situá-la no nível da atividade institucional.

<sup>8</sup> Os analisadores são fenômenos de materialidades as mais diversas que, tomados do campo de intervenção ou artificialmente produzidos pelos analistas, oferecem possibilidades de análise da vida institucional, porquanto indicam as contradições que acompanham sua normatividade.

respeito a ela, clarificando o que deve ser, o que está prescrito e o que não deve ser, isto é, o que está proscrito” (BAREMBLITT, 1992, p. 27-28). No campo literário com o qual se relacionam os membros da comunidade acadêmica, há evidentemente direções de trabalho que devem ser seguidas e outras que devem ser evitadas. Algo que a setorialização do saber nos impõe, por exemplo, é que certos objetos de pesquisa são adequados aos domínios de estudo que lhes correspondem, enquanto são inconvenientes a outros aos quais não dizem respeito. Deve-se, pois, pesquisar os fenômenos disponíveis no campo particular ao qual o pesquisador se encontra vinculado. Em se tratando de investigações de caráter teórico, o que é mais o nosso caso, a imposição de se pesquisar sobre um dado grupo de objetos equivale ao dever de se ler a seu respeito – o que traz a exigência adicional de se renunciar ao que estiver situado na exterioridade desse mesmo conjunto. Assim, parece razoável assumir que a instituição literária com a qual nos confrontamos no estabelecimento universitário se atualiza recorrentemente por meio de dois enunciados que poderiam ser assim formulados: [deve-se ler isso]; [não se deve ler aquilo].

Recuperemos nosso caso particular. Nossa pesquisa investe seu interesse no exame de uma obra à qual se reconhece um papel fundador para uma corrente filiada a um domínio amplo e heterogêneo denominado análise do discurso. Na subdivisão na qual trabalhamos, a escola francesa, o texto de *A Arqueologia do Saber* está entre as referências teóricas de base, pelo que, de um ponto de vista pedagógico, esse material está incluído entre os que *devem ser lidos*.

Apesar da natureza manifestamente interdisciplinar da análise do discurso, as ciências da linguagem têm por habitualidade privilegiar o trabalho com as formas linguísticas em suas práticas de análise, o que de algum modo parece pertinente, já que o recurso a ferramentas que sejam familiares ao ofício do pesquisador se oferece à prática investigativa como estratégia espontânea e adequada. Por outro lado, o funcionamento disciplinar, pelas razões que justificam sua existência, não pode abertamente estimular o acesso a leituras que remetam o pesquisador às ciências vizinhas. Isso porque, para a estrutura departamental, a incursão do pesquisador em outras divisões de trabalho representa o risco de sua própria dissolução, na medida em que o investimento nesses outros espaços vai de encontro ao esforço que se realiza para se manter o departamento disciplinar como um todo relativamente fechado. É precisamente nessa circunstância que, no campo literário, nos deparamos com os textos que *não devem ser lidos*.

Quais são os desafios que se impõem a um investigador que se propõe a tarefa de estudar uma obra como *A Arqueologia do Saber*? Um texto como esse, do qual inúmeros

pesquisadores se serviram e ainda se servem para pensar o discurso ou para conduzir suas práticas de análise, é certamente um texto de valor fundacional, uma obra desde a qual um longo rastro de paráfrases e citações contribui com a formação da história de um campo ao qual ela mesma, em alguma medida, serve como ponto de partida. Todavia, se o divisamos sob o ângulo oposto, vislumbramos a natureza ambivalente de seu duplo estatuto. Além do seu papel fundador, é preciso percebê-la no movimento reverso que realiza em direção ao campo com o qual se comunica e ao qual reclama seu assentimento. Claro está, pelo que nos oferece a introdução do livro e os objetivos apresentados em seu primeiro capítulo<sup>9</sup>, que a pesquisa ali realizada quis se voltar para um conjunto de problemas debatidos nos campos da história e da história das ciências, razão pela qual o trabalho com o discurso tornou-se imperioso, já que o discurso, na compreensão dos epistemólogos que serviram de apoio ao trabalho de Foucault –Bachelard e Canguilhem, por exemplo –, está identificado com a forma pela qual a ciência se relaciona com seu próprio objeto.

Quando se fala da ciência dos cristais, a relação entre a ciência e os cristais não é uma relação de genitivo, como quando se fala da mãe de um gatinho. A ciência dos cristais é um discurso sobre a natureza dos cristais. (...) Quando Hélène Metzger escreveu *La genèse de la science des cristaux*, ela compôs um discurso que tem por objeto os discursos sobre a natureza dos cristais, discursos que inicialmente não eram os discursos próprios pelos quais os cristais se tornaram o objeto de sua ciência particular (CANGUILHEM, [1968] 2015, p. 16, tradução nossa).

O abismo metafísico entre o espírito e o mundo exterior, tão intransponível para os metafísicos intuitivos imediatos, parece menos largo para uma metafísica discursiva que tenta acompanhar os progressos científicos. (BACHELARD, 1934, p. 65, tradução nossa)

Logo, se antes partimos da consideração de que *A Arqueologia do Saber* conquistou o status de marco fundacional para uma certa orientação de trabalho da análise do discurso, adicionamos agora o fato de que essa mesma obra cumpriu ainda a função de texto-comentário relativamente a outros escritos cujas teses suscitaram debates dos quais ela ulteriormente participou. Se queremos, pois, entender as discussões que ela continua, precisamos recuperar o início do diálogo. Não se pode ter a pretensão de se juntar a um grupo que há muito se ocupa de certas polêmicas para lhes apresentar contribuições úteis e pertinentes sem antes introduzir a simples pergunta: do que vocês estão falando? Vemos, portanto, que uma aproximação em relação ao texto de Foucault nos solicita a leitura de

---

<sup>9</sup> Como nos referimos genericamente à introdução e ao primeiro capítulo do livro, acreditamos que as variações decorrentes dos trabalhos de tradução e reedição da obra não afetam a argumentação geral que aqui indicamos. Para uma verificação precisa do texto, remetemos o leitor à publicação original da Editora francesa Gallimard, de 1969, assim como à tradução para o português da editora Forense Universitária, 6ª edição, que nos serviu de referência nas etapas de exploração mais exaustiva da obra.



outros trabalhos cujo estudo torna-se necessário para um tratamento adequado da obra. É o que as apreciações acima nos indicam.

Voltemos agora ao nosso dispositivo analisador, cuja construção tivemos de suspender para dar conta dessa breve avaliação sobre o estatuto textual de *A Arqueologia do Saber*. Havíamos dito antes que a instituição, nas ocasiões em que atualiza seu funcionamento no interior das organizações, regula a atividade humana prescrevendo-lhe certas práticas e proibindo outras. Dissemos também que, na realidade departamental dos estabelecimentos universitários, o funcionamento disciplinar impõe o interesse por certos objetos e o afastamento em relação a outros, o que, no contexto de uma pesquisa teórica, implica a exigência de certas leituras e a impertinência de outras. Pois bem, acabamos de verificar, mediante algumas considerações sobre a natureza da obra, que o estudo de *A Arqueologia do Saber* demanda a leitura de um certo conjunto de textos. Textos que, por certo, são na maioria estranhos ao campo de investigação do linguista. Se com eles nos falta intimidade, é por serem habitualmente recomendados nos espaços que excedem a extensão do nosso jardim, motivo pelo qual encontram-se para nós na estante dos materiais proscritos.

Diante de tais considerações, o que devemos agora nos perguntar é: como podem essas conclusões serem articuladas com os enunciados institucionais que antes introduzimos, de modo a compor com eles um fragmento que, ao presentificar o discurso organizacional, possa atualizar seu funcionamento e desencadear o processo de sua análise? Previamente formulamos as seguintes estruturas que atualizam a função reguladora da instituição literária em âmbito científico: [deve-se ler isso]; [não se deve ler aquilo]. Se a elas incorporamos os resultados de nossa reflexão sobre as condições necessárias para uma aproximação em relação ao texto de Foucault, temos como resultado uma totalidade cuja estrutura talvez pudesse ser descrita da seguinte forma:

[não se deve ler] o que [é preciso ler, para se compreender] o que [se deve ler]

(1) Entre colchetes e nas pontas da fórmula geral estão postas duas estruturas enunciativas que atualizam a força reguladora institucional. (2) No segmento destacado ao centro, acrescentamos o imperativo com o qual se depara o pesquisador interessado em estudar o texto de Foucault. Trata-se, nesse caso, de um pressuposto cuja incontornabilidade defendemos. Tentamos demonstrar sua necessidade com um raciocínio por meio do qual pudemos deduzi-lo. (3) Entre os esquemas sinalizados, foi introduzida a estrutura "o que", que cumpre uma dupla função. O pronome demonstrativo substitui esse ou aquele material de

estudo em particular, ocupando a posição sintática de objeto da oração. O pronome relativo, à sua vez, retoma o anterior, para realizar o simples papel de conectar os enunciados.

Se, portanto, aplicamos a fórmula acima indicada ao problema com o qual nos ocupamos neste trabalho, os pronomes demonstrativos que interligam as estruturas em colchete devem ser substituídos pelos textos pertinentes ao projeto que ora desenvolvemos. Como resultado, algumas atualizações do discurso organizacional são subsequentemente geradas, como, por exemplo:

*Não se deve ler La long durée, de Fernand Braudel, que é preciso ler, para se compreender A Arqueologia do Saber, que se deve ler.*

*Não se deve ler Anthropologie structurale, de Lévi-Strauss, que é preciso ler, para se compreender A Arqueologia do Saber, que se deve ler.*

O propósito de se construir esse dispositivo analisador é oferecer à análise coletiva essa rotina institucional cuja operação se assemelha à realização de uma ligação em curto. Ao produzir a oclusão de um circuito de atividade, esse mecanismo obstrui o fluxo de forças organizacionais, apresentando-se, de um lado, como resistência à moção instituinte, de outro, como manutenção defectiva do instituído<sup>10</sup>.

No confronto que é próprio das relações entre os processos de institucionalização e de autodissolução<sup>11</sup>, nossa retórica está pela formação de uma instância indicada por Gilles Monceau como *momento integrativo da resistência*<sup>12</sup>. De todo modo, esse é apenas um gesto

---

<sup>10</sup> No âmbito da análise institucional, chamam-se *instituintes* às forças que tendem a transformar as instituições ou mesmo a fundá-las, quando ainda não existem. Os resultados desse processo instaurador definem um nível de atividade que, no processo de institucionalização, é chamado *instituído*. Sendo pertinente ao momento de estabilização do funcionamento institucional, o instituído apresenta resistência às tendências de mudança. Se, portanto, o instituinte indica a atividade revolucionária, transformadora por excelência do processo de institucionalização, o instituído traduz-se em seu momento conservador (BAREMBLITT, 1992, p. 32-33).

<sup>11</sup> Gilles Monceau (1997) apresenta o processo de institucionalização como sendo o movimento pelo qual a instituição se produz, enquanto sua tendência ao definimento, a perda gradual de seu projeto e de seu funcionamento são indicados pelo conceito de autodissolução. Os processos de institucionalização e de autodissolução não estariam, pois, separados, constituindo-se a autodissolução como a negatividade em ação no seio do processo de institucionalização.

<sup>12</sup> Para Monceau (1997), em todo trabalho conduzido no âmbito da análise institucional, apresentam-se forças de resistência em relação à iniciativa do pesquisador de instituir uma análise coletiva. Para desenvolver formas de lidar com esse fenômeno, o autor fez da própria resistência seu objeto de pesquisa. Propondo o que então chamou de análise resistencial, Monceau desdobrou o conceito de resistência em três instâncias: momento defensivo, momento ofensivo e momento integrativo. Enquanto o primeiro e o segundo indicam, respectivamente, o acionamento de resistências de caráter conservador e revolucionário, o último diz respeito à fase do desenvolvimento institucional em que as tendências transformadoras são de algum modo assimiladas pela instituição, que a elas se ajusta, reestruturando seu funcionamento.

inicial. Para ser efetiva, a análise deve se oferecer ao espaço coletivo no qual recortamos nosso campo de intervenção. É nas condições de troca disponibilizadas nessa região que esperamos poder, junto a nossos interlocutores-avaliadores, colocar em questão as possibilidades oferecidas pela institucionalidade na qual nos encontramos hoje implicados.

## 1.2 Lógica disciplinar e atualidade

Tendo em vista o modo como a iniciativa que aqui tomamos toca o funcionamento disciplinar e as possibilidades de interlocução entre os departamentos, talvez nos seja útil dizer finalmente algumas palavras sobre a forma como essa temática tem sido debatida nos últimos anos.

A esse respeito, tivemos recente notícia de um editorial preparado pela *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (RIEB), que discute as dificuldades apresentadas pelo regime disciplinar, imaginando o possível cenário de sua superação. O documento, que introduz a edição de nº 64 desse periódico, sugere que a complexidade dos problemas que hoje se colocam não se deixa mais reduzir a perspectivas que repartam o real em domínios ontológicos e epistemológicos pretensamente prontos e fechados em si mesmos (MORAES; MARRAS; SIMIONI, 2016). Segundo os editores que subscrevem o texto, os antigos dualismos que separavam o conjunto da realidade em simples oposições, como natureza e sociedade, ciência e religião, economia e ambiente, fato e ficção, literário e analítico, local e global, encontram agora dificuldades em responder pelo entrelaçamento generalizado que atravessa os diferentes domínios.

Diante desse estado de coisas, talvez se pudesse argumentar que a pesquisa conduzida em âmbito interdisciplinar pode servir como um espaço de escoamento à heterogeneidade das demandas que hoje se colocam. Com efeito, a prática interdisciplinar é normalmente referida como modalidade especialmente adequada para o tratamento de problemas cujo caráter desafiador solicita do cientista uma visão pluriangular. Por outro lado, apresentando-se como estratégia de pesquisa na qual se colaboram distintos domínios, essa abordagem precisa se haver ainda com certas restrições da regulamentação departamental (PÉLISSE, 2018). Se o funcionamento disciplinar impõe alguns obstáculos à produção de conhecimento por seccionar o trabalho científico em sub-regiões que independem umas das outras, a prática interdisciplinar de alguma forma ratifica e reforça a prática institucional por meio da qual as

disciplinas se organizam pelo simples fato de reconhecer a existência e a atividade formal dos campos disciplinares. Mesmo flexibilizando o hermetismo departamental, à medida que disponibiliza canais de comunicação entre campos originalmente distintos, a interdisciplinaridade também supõe a discreticidade que reparte o conhecimento em regiões especializadas (MENAND, 2001). Nesse sentido, não se pode afirmar que de fato desafie a lógica disciplinar em seu fundamento.

De outra parte, deve-se mencionar que este modelo orientado pela combinação entre disciplinas talvez esteja agora experimentando um certo desgaste em sua atividade. Certos autores defendem que o próprio termo "interdisciplinaridade" parece estar perdendo parte de seu significado e utilidade, dado o longo tempo de sua existência e sua omnipresença nos departamentos de ciências humanas e sociais (DÜHRING, 2015):

A interdisciplinaridade existe desde o final do século XX e é tão comum em todas as disciplinas que o termo perdeu seu significado. Disciplinas jovens como a comunicação foram interdisciplinares desde o início, com fundadores de um conjunto diversificado de disciplinas. Como resultado, as conversas sobre disciplinas entraram em uma nova fase. Não perguntamos mais como ou quando surgiu a interdisciplinaridade e se somos suficientemente interdisciplinares; as questões que surgem agora são se haveria realmente quaisquer limites disciplinares justificáveis em primeiro lugar, e qual poderia ser o núcleo disciplinar (HERBST, 2008: 606 apud DÜHRING, 2015, p. 14, tradução nossa).

Mas há também, por outro lado, o argumento de que o avanço da interdisciplinaridade como eixo do desenvolvimento das ciências humanas foi o que finalmente tornou possível a emergência de outras consciências metodológicas (ZAŁĘSKA, 2012). Com esse movimento de abertura, novos tipos de configuração disciplinar e de relação entre disciplinas puderam ser introduzidos. Desse ponto de vista, as sucessivas modificações que, nessa direção, afetaram a prática de pesquisa tornaram então possível descrever a produção dos saberes como uma prática evolutiva que articula alguns estágios subsequentes: pré-disciplinaridade, disciplinaridade e interdisciplinaridade, completando-se essa divisão elementar com a transdisciplinaridade e a pós-disciplinaridade (ZAŁĘSKA, 2012, Online).

Da estabilidade dos campos disciplinares à abertura radical da aposta pós-disciplinar, as relações de trabalho entre departamentos de pesquisa parece convergir para uma totalidade não compartimentalizada, o que, paradoxalmente, implica uma ausência de unidade na produção de conhecimento. Nesse movimento em que o saber sucessivamente se reorganiza, apoiando-se em diferentes estratégias de produção, o choque e o convívio entre núcleos disciplinares induz perturbações provisórias na ordem de trabalho. O que, portanto, parece estar em jogo nesse curso de mudanças que a produção de conhecimento atravessa é a dinâmica de ordem e desordem com a qual o conhecimento tem sua produção sucessivamente

reconfigurada em dimensões que, na linha do tempo, se coordenam como gradações historicamente situadas.

Na conceituação tradicional, a atividade científica insiste na ordem: saber significa introduzir o conhecido em uma determinada ordem, resultante da atividade de ordenar realizada segundo critérios definidos, e não deixá-lo fora de uma determinada ordem. As abordagens pré-disciplinares e interdisciplinares nos lembram que a ordem não pode ser concebida como o produto final perfeito, mas como uma atividade contínua de ordenar de acordo com vários critérios: cada ordem é, portanto, apenas uma "cadeia", imperfeita e provisória. (ZALESKA, 2012, Online, tradução nossa)

Situado no limite dessa escala de mudanças, onde então se imagina poder pairar sobre a demarcação dos espaços cerrados das disciplinas, o modelo pós-disciplinar é eventualmente descrito por contraste com a prática da interdisciplinaridade, dado o compromisso que essa última de certo modo mantém com a lógica departamental.

O termo 'pós-disciplinaridade', atualmente utilizado, anuncia uma relação diferente com os campos de estudo, comparativamente ao termo anterior 'interdisciplinar'. Podemos imaginar 'interdisciplinar' como um termo que sinaliza um sentido de um campo unificado, produzido através da convergência histórica de subculturas, estruturas sociais e práticas de treinamento. (...) 'Pós-disciplinar' não retém nada da noção de uma consciência compartilhada, ou de um objetivo compartilhado que reúne uma ampla gama de estudos distintos. Em vez disso, sugere que as estruturas organizacionais das próprias disciplinas não se manterão. Existem apenas conjunções condicionais de forças sociais e intelectuais, nas quais o saber e a performance podem ser produzidos. Os estudiosos não trabalham em campos, mas em interseções de materiais e teorias. (CASE, 2001 apud DÜHRING, 2015, p. 14, tradução nossa)

Em resposta aos limites e às dificuldades do trabalho disciplinar, a teatróloga estadunidense Sue-Ellen Case parece sugerir no fragmento acima que, com a pós-disciplinaridade, são introduzidas práticas de pesquisa que habilitam o investigador a operar princípios e técnicas de campos diversos sem, ao mesmo tempo, se comprometer com os quadros institucionais nos quais esses instrumentos são normalmente utilizados. O que descreve a autora é, portanto, um cenário em que os instrumentos teóricos são retirados de seu solo originário, para serem habilitados no interior de um espaço amplo e geral onde podem ser então diretamente articulados.

Para concluir o breve comentário que aqui desenvolvemos acerca da disciplinaridade e de algumas de suas problematizações mais recentes— sobre o que certamente se poderia realizar um estudo próprio e individualizado —, mencionaremos finalmente a atitude otimista que, aqui no Brasil, o Instituto de Estudos Brasileiros adota em relação à ameaça de dissolução das ordenações departamentais do saber. Acolhendo em seu laboratório a produção

de núcleos de estudo que expõem seu trabalho à provação inter-trans-multidisciplinar, o instituto reflete ainda a dimensão pós-disciplinar de pesquisa, apontando, nesse caso,

para o desafio não bem de abrir mão dos ganhos e acúmulos do conhecimento talhado nas perspectivas disciplinares, mas sim de fazer com que essas perspectivas se desestabilizem produtivamente e consigam se deslocar, se traduzir, se transformar. Consigam se atravessar umas nas outras. Para uma pós-disciplinaridade, um outro disciplinamento. Ou uma outra disposição: a que encare as travessias em terrenos movediços. Melhor cambalear do que arriscar correr velozmente sem sair do lugar. (MORAES; MARRAS; SIMIONI, 2016, p. 14)

Num projeto de estudos brasileiros que responde "menos aos estudos *do* Brasil, e muito mais aos estudos *no* Brasil" (MORAES; MARRAS; SIMIONI, 2016, p. 15), o Instituto oferece uma fórmula que se ajusta bem à problemática dos limites disciplinares: deve-se apostar no conhecimento situado, mas não sitiado (MORAES; MARRAS; SIMIONI, 2016).

## 2 DAS CONDIÇÕES (TEXTUAIS) DE POSSIBILIDADE DA ARQUEOLOGIA

Neste capítulo, serão combinados dois estágios que, por convenção, são exigidos ao pesquisador comprometido com o modelo científico de pesquisa. De uma parte, descreveremos as etapas necessárias ao cumprimento de nosso objetivo primeiro e de suas metas acessórias, pelo que serão aqui cumpridas as imposições de método deste projeto. De outra, reuniremos o instrumental que nos servirá de apoio ao trabalho de análise, definindo-se também o quadro teórico sob o qual a investigação será conduzida.

Tomemos em consideração, inicialmente, o conceito de condição de possibilidade, com o qual batizamos nosso trabalho e que, mesmo sem explicitá-lo, de algum modo o antecipamos quando anunciamos nosso interesse em investigar as condições sob as quais a *Arqueologia do Saber* pôde vir a público na forma como a conhecemos. O referido conceito, que parece ter sido introduzido na filosofia pela obra de Immanuel Kant (2001), tem como correlato a própria noção de causa, desde a qual o conceito de condição de possibilidade pôde ulteriormente se constituir como sua variação. A suposição da existência de um princípio causal<sup>13</sup>, nos casos em que se presume uma relação fixa entre dois elementos sucessivos na qual se pode atribuir ao primeiro a responsabilidade pela ocorrência do segundo, trouxe algumas dificuldades para o campo da filosofia. O caso é que a repetição das exatas circunstâncias em que um fenômeno isolado vem a efeito é uma situação dificilmente concebível se tomamos a realidade como um todo entrelaçado e em movimento. Por essa razão, foi sugerida uma concepção mais fraca de causalidade, segundo a qual um evento é tornado possível pela presença de um conjunto de condições que, embora não sejam o bastante para produzi-lo, sem dúvida limitam sua possibilidade de existência (ABBAGNANO, 2007).

A definição atribuída por Kant à condição de possibilidade foi aproveitada no âmbito das ciências humanas, de modo a preservar-lhe o caráter negativo. No sentido particular que o filósofo lhe atribui, a existência de uma condição não implica inevitavelmente a ocorrência do fenômeno que dela depende, embora tal fenômeno não sobrevenha senão como efeito possível dessa mesma condição.

---

<sup>13</sup> Referimo-nos aqui ao princípio de causalidade que, recuperado do atomismo grego pelos renascentistas, dará lugar a uma concepção de mundo segundo a qual os eventos são explicados por sua participação em um sistema de corpos em movimentos. Esse pressuposto servirá de fundamento ao então emergente paradigma mecanicista desde o qual a ciência moderna poderá se estabelecer (ABBAGNANO, 2007).

Em concordância com essa perspectiva, o historiador Juan Cruz (2007, p. 47) estabelece o seguinte critério definidor em relação aos fenômenos da história: "Para que o fato seja histórico, seus antecedentes não devem pesar tanto sobre ele a ponto de o determinarem por completo". Ao invés disso, "o acontecimento anterior figura (...) como antecedente do posterior: a consideração histórica apresenta-se como resultado de um processo de possibilitação" (CRUZ, 2007, p. 55).

Tomaremos em conta essa compreensão moderada de causalidade, para investigar certas condições que tornaram possível a produção da obra *A Arqueologia do Saber* tal como a conhecemos atualmente. Todavia, dada a heterogeneidade das circunstâncias que podem contribuir para a emergência dos fenômenos históricos, faz-se necessário precisar o gênero de condições a que nos referimos para, dessa forma, situarmos nosso empreendimento em um espaço de análise que nos seja mais acessível do ponto de vista metodológico. Evocaremos, nessa direção, a dimensão intertextual introduzida por Julia Kristeva, que utiliza o dialogismo bakhtiniano para explicar a ambivalência constitutiva dos textos. Na circunstância em que a autora o invoca, o termo ambivalência implica "a inserção da história (da sociedade) no texto e do texto na história" (KRISTEVA, 2005, p. 71). Isso significa dizer que a escritura, não podendo se destacar do espaço textual no interior do qual se constitui, se apresenta como leitura de um dado corpus literário que lhe antecede. Pode-se assim dizer que o texto, sempre inserido na história, é também absorção e réplica de outros textos que de algum modo preparam sua possibilidade textual. Pensaremos então a noção de condição a partir de textos cuja estrutura e funcionamento estão fundados em um diálogo estabelecido com escritos anteriores sem os quais não poderiam ter sido produzidos em outro momento.

Circunscrevendo nosso trabalho num plano inteiramente textual, admitiremos ainda a prevalência do texto sobre a figura do autor, para fazer a análise incidir unicamente sobre esse espaço em que os textos efetivamente se comunicam. Pretendemos, assim, reservar o exercício investigativo à dimensão linguístico-discursiva de nosso objeto de pesquisa. Por esse motivo, nosso interesse não estará voltado para a relação entre os autores cujos textos serão confrontados, de modo a compará-los a biografia, o contexto de vida, o posicionamento assumido, etc. Em lugar disso, o exame estará adstrito ao nível dos textos e das relações que entre eles podem ser estabelecidas.

A fim de cumprir os objetivos definidos nesta pesquisa, consideraremos, portanto, a presença de textos que parecem ter contribuído para o aparecimento da *Arqueologia*, na medida em que o célebre texto de Foucault, segundo cremos, tornou-se possível apenas



porque tais textos, que são retomados em sua trama, puderam servir-lhe como apoio para a elaboração da teoria ali desenvolvida.

Se, portanto, as condições de que tratamos nesta investigação serão indicadas como dadas em um espaço intertextual<sup>14</sup> no interior do qual textos precedentes tornam possível a emergência de outros que com eles estabelecem um diálogo, podemos dizer que os textos anteriores – podemos também situá-los como intertextos, dada sua posição primeira no espaço intertextual (KOCH, 2017) – servem como condição de possibilidade aos textos posteriores que os comentam. Nesse sentido, talvez nos seja pertinente ajustar a condição de possibilidade aqui referida, reduzindo seu alcance ao que tomaremos estritamente como *condição (textual) de possibilidade* – categoria que, para esta ocasião, admitiremos como ponto de apoio em nosso percurso de análise.

Todavia, precisamos ainda definir o tipo de relação entre texto e intertexto pelo qual nos interessaremos, já que a natureza das relações possíveis num espaço intertextual é bastante diversa. Podem-se definir as relações entre textos que se comunicam como paráfrase, paródia, citação, captação, plágio, etc. Em nosso quadro de análise, adotaremos o mecanismo intertextual do *comentário*, que, mesmo afigurando-se como uma categoria relativamente ampla, pode, em nosso caso, ser caracterizado de forma consideravelmente particularizada.

Consideremos o que o próprio M. Foucault nos diz a respeito dos procedimentos de controle e organização por meio dos quais a produção do discurso é gerenciada em toda sociedade. Em suas palavras, alguns desse mecanismos atuam, de certo modo, a partir do exterior; aqueles que “concernem (...) à parte do discurso que põe em jogo o poder e o desejo” (FOUCAULT, [1971] 1999, p. 21). Outros, porém, funcionam como procedimentos internos, circunstância em que “os discursos eles mesmos (...) exercem seu próprio controle” (FOUCAULT, 1999, p. 21). Nessa segunda situação, sendo o discurso gerenciado numa dimensão que lhe é própria, torna-se possível acessá-lo no plano textual que com ele se articula. Dentre tais procedimentos, que organizam o discurso desde o seu interior, figura o princípio do comentário, que deve ser compreendido a partir de sua relação com os textos que nele se repetem sob a forma de glosa. Esses textos recuperados são os “discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles” (FOUCAULT, 1999, p. 22). E, na medida em que o efeito da glosa é um resultado de

---

<sup>14</sup> A expressão é de Julia Kristeva (2005), que caracteriza os textos poéticos da modernidade, indicando a forma como sua construção implica simultânea absorção e destruição de outros textos que coabitam seu espaço intertextual.

sua relação com o texto que nela se reinscreve, os textos primeiro e segundo, ainda que configurem estatutos distintos, cumprem entre si um papel solidário.

(...) o fato de o texto primeiro pairar acima, sua permanência, seu estatuto de discurso sempre reatualizável, (...) tudo isso funda uma possibilidade aberta de falar. Mas, por outro lado, o comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro (FOUCAULT, 1999, p. 25)

A possibilidade aberta de dizer é assim de algum modo moderada pelo princípio do comentário, que assegura a repetição do texto primeiro, disfarçando sua volta sob a aparência do inédito. Essa relação constitutiva entre o comentário e seu discurso fundador foi retomada por Dominique Maingueneau em um artigo com o qual introduziu a categoria dos discursos constituintes, que “implicam uma certa função (fundar e não ser fundado por um outro discurso)” (MAINGUENEAU, 2000, p. 6). Para o autor,

Uma hierarquia se instaura entre os textos que se supõem autoconstituintes e aqueles que se debruçam sobre eles para comentá-los, resumi-los, interpretá-los... Certos textos adquirem um estatuto de inscrições últimas, eles se tornam o que se poderia chamar de *arquitextos*. (MAINGUENEAU, 2000, p. 9)

Apoiando-nos nessa extensão que Maingueneau opera em relação ao funcionamento intertextual do comentário, consideraremos como *arquitextos* os escritos que se conservaram na história sob o status de inscrições fundadoras, enquanto identificaremos o comentário com os textos que cumprem a função de rerepresentar os primeiros, de modo a lhes variar a forma, conservando-lhes o ponto de vista admitido.

Na introdução deste trabalho apresentamos a hipótese de que o texto de *A Arqueologia do Saber* possui um duplo estatuto. De um lado, cumpre a função de texto fundador; não apenas porque assim se apresenta ao introduzir uma teoria do discurso, mas também porque recebe tal tratamento pelos textos ulteriores que o aproveitam em suas análises. De outro, funciona como texto-comentário em relação aos escritos precedentes que, em certa medida, tornaram possível sua existência.

Tomando, assim, *A Arqueologia do Saber* na perspectiva de seu estatuto de texto-comentário, examinaremos sua relação com os *arquitextos* que lhe serviram como condição de possibilidade mediante um trajeto de análise que se desmembrará em duas etapas. Na primeira, realizaremos um trabalho de descrição dos *arquitextos*, a fim de apresentar os princípios que sustentam sua posição enunciativa, isto é, os princípios que são por eles introduzidos no espaço intertextual pela via de sua própria enunciação e que, ao mesmo tempo, organizam os pontos de vista que eles apresentam. Das relações existentes entre esses

textos-modelo, indicaremos alguns pontos de tensão desde os quais se configuraram dimensões polêmicas sobre as quais a obra de Foucault precisou se pronunciar.

As obras arquitetuais, porém, são forçosamente marcadas por uma defasagem histórica em relação aos textos que as recuperam: não se deve imaginar que uma escritura possa figurar como texto matricial desde o exato momento de sua concepção. Ela pode, sem dúvida, ter sido encaminhada à publicação com vistas a exercer essa função no espaço intertextual. Sua legitimidade para exercê-lo, porém, depende de um incessante trabalho realizado pelos textos que reproduzem a estrutura de seu corpo escritural de modo a fazer com que a obra adquira a força e a estabilidade necessárias para ser admitida como arquitetura.

Pelo necessário recuo temporal que lhes acompanha o estatuto de texto fundacional, recorreremos, portanto, a um modo de enunciação essencialmente historizante<sup>15</sup> para a descrição das obras arquitetuais. A esse respeito, deve-se dizer que os modos de enunciação praticados na história tem como produto um texto de estrutura particular, cujo aspecto argumentativo segue uma construção em que o “racionamento esclarecedor (...) consiste em uma narração” (CRUZ, 2007, p. 49). O caráter especial do conhecimento produzido pelo historiador implica, assim, a singularidade da razão por ele praticada, que, sendo razão narrativa, deve ser distinguida de uma razão de caráter puramente lógico-formal (CRUZ, 2007).

Na etapa seguinte da investigação, procederemos a um exercício de análise cujo fim será o de estimar as reverberações desses textos fundadores na *Arqueologia* de Foucault. Estaremos, pois, orientados aqui pelo princípio segundo o qual

‘historiar’ é calibrar ou medir a repercussão de um passado no presente. (...) No acontecimento histórico, o fato passado permanece nesse presente como seu princípio de capacitação. Esta permanência pode ser entendida como implicação em um presente. Estar em um presente, como princípio de capacitação deste presente, é a repercussão a que nos referimos (CRUZ, 2007, p. 56).

Do ponto de vista da organização textual que pretendemos, talvez nos seja útil comparar os momentos nos quais nosso trabalho se divide aos dois planos de enunciação com os quais Benveniste quis reorganizar os modos temporais da língua francesa, redistribuindo-os em dois sistemas complementares. A esses dois sistemas, o linguista atribuiu os planos enunciativos da *história* e do *discurso*. Sobre o plano da história, afirmou que

---

<sup>15</sup> O adjetivo é aqui utilizado com a simples pretensão de referir ao fazer historiográfico, à construção de narrativas históricas ou ao historiar. Nada guarda, portanto, de relação com o uso que François Simiand (2003) e os historiadores dos *Annales* (BARROS, 2012, p. 69) fizeram dessa mesma expressão para criticar os cientistas da história que advogavam por um trabalho cuja ênfase recaía nos particularismos históricos, no caráter exclusivamente singular dos acontecimentos.

A enunciação histórica, hoje reservada à língua escrita, caracteriza a narrativa dos acontecimentos passados. (...) Trata-se da apresentação dos fatos sobrevivendo a um certo momento do tempo, sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa. (...) desde que são registrados e enunciados numa expressão temporal histórica estão caracterizadas como passados. (BENVENISTE, 2005, p. 262)

É preciso e é suficiente que o autor permaneça fiel ao seu propósito de historiador e que proscra tudo o que é estranho à narrativa dos acontecimentos (discursos, reflexões, comparações). (BENVENISTE, 2005, p. 266-267)

Cabe aqui, entretanto, uma relativização da comparação que fazemos com as categorias de Benveniste. Isso porque, para o linguista, a narrativa histórica deve subtrair de sua construção os índices da subjetividade enunciativa. Segundo propõe, "os acontecimentos são apresentados [na narração] como se produziram, à medida que aparecem no horizonte da história" (BENVENISTE, 2005, p. 267). Por esse ângulo, seria possível supor que os arquitextos admitem uma descrição segura e ao abrigo de maiores polemizações, desde que sejam estudados com rigor e objetividade suficientes. Ao invés disso, queremos adotar um entendimento segundo o qual a narração tem sua marca subjetiva constituída por uma tomada de posição frente ao texto examinado. É, portanto, do ponto de vista de sua tipologia comunicacional, e apenas nesse sentido, que a narrativa histórica aqui se apresenta como discurso descritivo<sup>16</sup>.

No plano do *discurso*, por outro lado, Benveniste inclui as formas de elaboração por meio das quais se pode medir e avaliar o objeto tematizado, ao invés de apenas se descrevê-lo. O discurso, nesse contexto, possui uma dimensão retórica mais pronunciada: "É preciso entender discurso na sua mais ampla extensão: toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro" (BENVENISTE, 2005, p. 267).

Ressaltamos que a utilização que faz Benveniste do vocábulo "discurso" nessa comparação com a enunciação histórica não se ajusta bem ao nosso propósito, dada a concorrência que implica em relação às utilizações da mesma palavra na *Arqueologia* e nos trabalhos vinculados à escola francesa da análise do discurso. Por essa razão, substituiremos esse termo pela expressão "discurso didático", com a qual referiremos a modalidade enunciativa do *discurso* de Benveniste à tipologia comunicacional em que a sua produção se desenvolve.

---

<sup>16</sup> Em sua obra *Análise de Textos de Comunicação*, Dominique Maingueneau (2004) definiu as tipologias comunicacionais, ou tipos discursivos, como categorias que indicam certa função atribuída ao enunciado, uma orientação comunicacional que lhe confere dado papel na situação enunciativa. De modo geral, os tipos de discurso são classificados por funções da linguagem ou funções sociais. Do primeiro caso, derivam tipos como os discursos didático, descritivo, polêmico, etc.; do segundo, os discursos midiático, médico, jornalístico, entre outros.

Podemos então sumariamente explicitar as duas etapas que percorreremos em cada uma das seções dedicadas à análise das relações entre os arquitextos e a *Arqueologia* da seguinte forma. A primeira, definiremos como fase destinada à caracterização de arquitextos que, segundo cremos, serviram como condição de possibilidade à produção do texto *A Arqueologia do Saber*. Para caracterizá-los, faremos uso da enunciação histórica, quando então a análise, orientada por uma tipologia comunicacional descritiva, resultará na produção de narrativas que correspondem a uma tomada de posição frente aos textos examinados. A segunda etapa consistirá em medir e avaliar as repercussões dos arquitextos na obra de Foucault, para o que adotaremos a modalidade enunciativa que é própria do discurso didático, cuja finalidade é essencialmente demonstrativa.

Por fim, parece-nos importante dizer ainda alguma coisa sobre as consequências que a escolha de nosso objeto de pesquisa e o caminho metodológico até aqui formulado trazem ao desenvolvimento deste trabalho. Nesse sentido, destacamos que uma pesquisa que se dedica à análise de certos princípios de base de um campo investigativo já constituído deve, por imposição do objetivo que coloca, suspender em algum grau as exigências de trabalho que esse mesmo campo prescreve a seus associados. De fato, não se pode crer promissor um empreendimento que, viciado em seu próprio projeto, esteja fundado numa dinâmica semelhante à da hipótese improvável de um operário a quem se dá a incumbência de auditar seu supervisor, quando a função deste último é precisamente a de estabelecer e controlar a rotina de atividades do primeiro. Para evitar essa contradição sem que nos afastemos de uma orientação formal de trabalho, improvisaremos uma posição de pesquisa com a qual possamos, nesta oportunidade, nos situar em relação ao tema que escolhemos e aos recursos utilizados nesta investigação. Assim, aproveitaremos uma expressão utilizada em nosso texto de interesse – *A Arqueologia do Saber* – que sugere um espaço geral de investigação cuja circunscrição caracteriza de modo razoavelmente suficiente nosso projeto de análise. No primeiro capítulo do livro, momento em que se problematiza o tema da continuidade na história, Michel Foucault se refere à modalidade investigativa que reivindica para si e que, ao mesmo tempo, pretende reformar como *análise histórica do discurso*, o que nos parece uma expressão adequada, dada a ênfase que confere ao compromisso dessa categoria de análise com o trabalho historiográfico:

(...) eis a última precaução para colocar fora de circuito as continuidades irrefletidas pelas quais se organizam, de antemão, os discursos que se pretende analisar: renunciar a dois temas que estão ligados um ao outro e que se opõem. Um quer que jamais seja possível assinalar, na ordem do discurso, a irrupção de um acontecimento verdadeiro (...) A esse tema se liga um outro, segundo o qual todo

discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito (...) O primeiro motivo condena a *análise histórica do discurso* a ser busca e repetição de uma origem que escapa a toda determinação histórica; o outro a destina a ser interpretação ou escuta de um já-dito que seria, ao mesmo tempo, um não-dito. (FOUCAULT, 2000, p. 27-28, grifo nosso)

Nesse sentido, marcamos a particularidade da direção na qual pretendemos avançar, já que a moderna análise do discurso, mesmo reconhecendo a relação indissociável que articula o discurso e a história, não parece querer investir na organização de um espaço teórico no interior do qual se possa colocar em questão a condição imóvel do tempo sincrônico.

Evidentemente, a identidade entre o projeto apresentado no texto de Foucault e nosso atual empreendimento reside unicamente na elaboração que agora fizemos em torno da expressão *análise histórica do discurso*. O caminho pelo qual cumprimos nosso objetivo e o solo epistemológico em que nos apoiamos não convergem essencialmente com a direção definida pelo autor – o que, por outro lado, não nos impede de aproveitar a expressão indicada para nela assentarmos o campo provisório no interior do qual desenvolveremos nossa atividade investigativa.

### 3 INTERPRETAÇÕES ANTERIORES DA *ARQUEOLOGIA*

Uma obra que tem seu conteúdo intensamente explorado por investigadores que a tomam como texto de referência torna-se, em consequência disso, objeto de inúmeras interpretações. É comum que as leituras realizadas em seu nome apresentem alguma diversidade, conforme o tipo de aproximação adotada pelo intérprete. Há casos, porém, em que a pluralidade dos pontos de vista adotados tende a um paroxismo, como acontece com o livro que é, nesta ocasião, nosso objeto de interesse.

Nesta seção, reuniremos um conjunto de análises já realizadas sobre *A Arqueologia do Saber* que, aos interessados na obra, vieram a se constituir como material de apoio à sua leitura, para, ao final, situar-nos em relação às estratégias de acesso utilizadas nesses trabalhos. Em que pese a heterogeneidade das avaliações apresentadas pelos comentadores que selecionamos, concentraremos nossa leitura em aspectos da *Arqueologia* que se mostraram recorrentes nas discussões desenvolvidas, resultando em interpretações que por vezes coincidem e outras vezes contrastam entre si. Como não nos seria possível realizar uma cobertura exaustiva dos trabalhos dedicados à leitura do texto de Foucault, quisemos aqui circunscrever nossa seleção a um conjunto de estudiosos franceses, quase todos ligados pessoalmente ao autor da *Arqueologia*, cujas interpretações têm sido utilizadas como ponto de apoio para os que se dedicam ao estudo da obra. À exceção desses intérpretes, convocamos Jürgen Habermas, que inclui em seu *Discurso Filosófico da Modernidade* uma análise de contexto do projeto arqueológico. Complementarmente, relacionamos tais comentários com os resultados de pesquisadores brasileiros que tivemos a oportunidade de conhecer em razão do ambiente geográfico e linguístico em que conduzimos nosso trabalho.

As tentativas mais frequentes de interpretação da *Arqueologia* partem, sem dúvida, do campo da filosofia. Parece que aqui o raciocínio que regula as esferas disciplinares mais uma vez impõe seu funcionamento: “indague-se o trabalho de um intelectual desde a instância departamental à qual se encontra o autor vinculado”, diz-nos a instituição em seu automatismo enunciativo enquanto, ao mesmo tempo, mantém encoberto o lugar de onde sua voz insistentemente ressoa. Em se tratando, porém, das elaborações de Michel Foucault sobre o discurso, esse critério de leitura é bastante problemático. O caso é que, no texto da *Arqueologia*, o autor articulou princípios emprestados de outros domínios sem, no entanto, firmar com eles estreito compromisso. O lugar de onde Foucault nos fala parece, inclusive,

não coincidir com o espaço previamente delimitado pelo traçado das margens disciplinares. Desse ponto de vista, não se trata mesmo de dizer que os princípios ali organizados foram emprestados de algum outro campo, mas sim reunidos em uma dimensão originariamente aberta no interior da qual o autor conforma seu próprio ambiente de pensamento. A criminalista canadense Marina Valverde, por exemplo, está entre os que, como nós, sustentam a tese de que o autor adotava uma atitude descompromissada em relação ao funcionamento disciplinar.

Em nosso mundo acadêmico cada vez mais disciplinado, no qual os acadêmicos que não estão empregados nas universidades para atender a necessidades específicas de ensino são poucos e distantes entre si, e a aprendizagem em geral está cada vez mais 'departamentalizada', Foucault se esforçou enormemente para não dar como pressuposta nenhuma disciplina ou ponto de vista estabelecido. Para fazer isso, não assumiu algum tipo de posição supra-filosófica para além da polêmica; (...) O que ele fez é tudo o que se pode fazer em nossos dias, a saber, usar um conhecimento estabelecido após o outro, mais frequentemente de forma implícita que explícita. (VALVERDE, 2017, p. 3-4, tradução nossa)

(...) mudanças muito marcadas e incomuns no estilo de escrita que encontramos na obra de Foucault indicam uma busca constante para experimentar maneiras de ir além das disciplinas estabelecidas (especialmente a filosofia). (VALVERDE, 2017, p. 6, tradução nossa)

Consideremos, portanto, algumas das vinculações teóricas que nos desaconselham a redução da *Arqueologia do Saber* a um texto filosófico em sentido estrito. Veremos que alguns comentadores da obra convergem, por exemplo, nas indicações que fazem das relações existentes entre Foucault e os representantes da chamada *nova história*, isto é, os historiadores associados à Escola dos *Annales*, organizada na década de 1930 por Marc Bloch e Lucien Febvre. Tais intérpretes sustentam que essa aproximação teria sido um expediente utilizado pelo autor para recolocar sua posição ante as críticas que haviam sido lançadas sobre suas obras precedentes – *Histoire de la folie à l'âge classique*, *Naissance de la Clinique* e *Les mots et les choses*. Esse ponto de vista é adotado, dentre outros, pela linguista Maria do Rosário Gregolin.

A *Arqueologia do Saber* é um livro árido, vigorosamente personalizado, no qual Foucault entabula uma conversa com leitores imaginários a fim de responder às críticas feitas aos livros anteriores. Não há página da *Arqueologia* em que Foucault não esteja respondendo - a si mesmo sobre o seu método, aos outros sobre o que ficara pendente nas obras anteriores. (GREGOLIN, 2006, p. 84-85)

(...) A *Arqueologia do Saber* (...) nasce dos questionamentos feitos às suas posições teóricas e políticas, principalmente pelos althusserianos integrantes do *Círculo de epistemologia*, em 1968 (...): a grande questão de base, tanto para Foucault, quanto para os althusserianos era a relação entre a estrutura e a história, ou, mais amplamente, as articulações entre o estruturalismo e o marxismo. Dessas e de outras críticas, resultam na *Arqueologia* vários reordenamentos, sendo o mais importante



deles a aproximação de Foucault com as teses da "nova história" (GREGOLIN, 2006, p. 85)

Some-se a isso o fato de que, em meados do século XX, os historiadores dos *Annales* haviam já incorporado o raciocínio estrutural a suas análises, o que torna o recurso à sua orientação de pesquisa uma estratégia oportuna para Foucault melhor situar a apropriação estruturalista que em seus trabalhos anteriores tinha posto em ação sem defini-la claramente. O filósofo e historiador francês François Dosse (2018, p. 328) sugere, nesse sentido, que Foucault não apenas percebia uma convergência entre a história das ideias, que se interessava pela descontinuidades entre os eventos, e a disciplina histórica, que fazia “refluir o episódio sobre o peso das estruturas”, mas considerava a chamada nova história como um “terreno privilegiado para entregar um estruturalismo aberto, historicizado, aquilo que os americanos chamarão de pós-estruturalismo” (DOSSE, 2018, p. 329). Essa aliança com a nova história – uma figura então possível nos estudos estruturalistas – permitia, portanto, “superar a alternativa entre método estrutural e devir histórico” (DOSSE, 2018, p. 329).

Mas as indicações que relacionam o trabalho de Foucault ao projeto da Escola dos *Annales* não nos chegam apenas pela inferência de seus intérpretes, é também a voz do próprio filósofo que nos confessa o sentido e o desejo dessa aproximação. Disso temos notícia tanto pelo registro direto de sua fala quanto pelo testemunho daqueles que lhe foram próximos. O próprio Dosse (2018, p. 329), em seu texto sobre a *Arqueologia*, retoma as palavras do autor.

A filiação dos *Annales* é explicitamente reivindicada por Foucault para definir a nova tarefa do arqueólogo do saber: “O que Bloch, Febvre e Braudel apresentaram para a história *tout court* pode ser apontado, creio eu, para a história das ideias”.

Jacques Le Goff, representante da terceira geração dos *Annales* e amigo pessoal de Michel Foucault, também nos conta que

Ele gostava nos historiadores da "nova história", entre outros, desse desejo de substituir a historiografia tradicional por uma história da história que estaria sujeita, como o conjunto do campo histórico, a rupturas, a descontinuidades, e não a este majestoso avanço da historiografia tradicional que se vê tornar-se mais e mais "científica" e precisa. (LE GOFF, 2003, p. 201)

Lembro-me de ter tido com ele uma discussão em que me disse: "Você sabe que, no fundo, a história pela qual me interesso é a sua". E ele prosseguiu: "É aquela dos *Annales*, aquela de Braudel, aquela de Emmanuel Leroy Ladurie, a sua". (LE GOFF, 2003, p. 202)

Todavia, por se voltarem ao problema da estrutura, os historiadores dos *Annales* ocuparam-se também das crises que separam no tempo os grandes blocos estruturais da paisagem histórica. Estudaram, além disso, as rupturas que fragmentam a longa duração em seu interior, de modo a escandir a ampla extensão das estruturas em partes menores. Para a identificação dos pontos de corte que definem as zonas divisórias distribuídas ao longo do tempo, os historiadores aplicaram o método serial. A análise do discurso introduzida por Foucault no texto da *Arqueologia* utiliza essa mesma estratégia quando examina as descontinuidades que fragmentam a produção do saber no decorrer da história.

Mas o que delimita uma família, uma formação discursiva? Como conceber o corte? É uma questão totalmente distinta da do limiar. Mas, também nesse caso, não é um método axiomático que convém, nem mesmo estrutural, no sentido exato da palavra. Pois a substituição de uma formação por outra não ocorre obrigatoriamente ao nível dos enunciados mais gerais nem mais formalizáveis. Apenas um método serial, como utilizado atualmente pelos historiadores, permite a construção de uma série na proximidade de um ponto singular, e a busca de outras séries que a prolonguem, em outras direções, ao nível de outros pontos. Há sempre um momento, ou locais, em que as séries começam a divergir e se distribuem em um novo espaço: é por onde passa o corte. (DELEUZE, 2005, p. 31)

Deve-se ressaltar que o tema das descontinuidades históricas, pelo qual se interessaram alguns historiadores da ciência na primeira metade do século XX, era também uma preocupação dos historiadores serialistas. François Dosse indica o envolvimento desses cientistas com a questão e reafirma a articulação do descontínuo com o método serial na disciplina histórica.

A oposição aparente entre o descontínuo em ação na história das ciências, ou na nova crítica literária, e o predomínio concedido às extensas dimensões do tempo imóvel nos historiadores é, portanto, superficial. Ela esconde uma comunidade de pensamento e de postura que levou, aliás, os historiadores serialistas a privilegiar as descontinuidades: “A noção de descontinuidade assume um lugar importante nas disciplinas históricas”. (DOSSE, 2018, p. 328)

Sobre o já mencionado interesse dos historiadores pela análise estrutural, o prestigiado texto *La long durée*, de Fernand Braudel (1978), aponta que o problema da estrutura foi colocado à história a partir de uma comparação relativa à forma como historiadores e antropólogos refletiam sobre o tempo social. Com efeito, o diálogo com o trabalho de Lévi-Strauss foi uma importante chave de mudança com a qual os novos historiadores puderam melhor compreender sua relação com o programa de pesquisas do estruturalismo. Os antropólogos franceses estavam, além disso, alinhados com a direção de trabalho proposta pela sociologia no início do século XX, o que talvez tenha feito com que a entrada da temática

estrutural no campo da história se tornasse um acontecimento mais atraente aos olhos de Foucault. Jürgen Habermas (2000, p. 334) é um dos autores que ressalta o interesse do filósofo pelo programa de pesquisa positiva promovido no âmbito da antropologia e das ciências humanas em geral.

À pergunta sobre seus mestres, Foucault dá uma resposta instrutiva: "Durante muito tempo permaneci preso a um conflito mal resolvido entre minha paixão por Blanchot e Bataille, por um lado, e o interesse por certos estudos positivos como os de Dumézil e Lévi-Strauss, por outro.

E sobre a presença de certa razão antropológica em *Histoire de la folie à l'âge classique*, que, tal como *Naissance de la clinique* e *Les mots et les choses*, possui relações importantes com a *Arqueologia do Saber*, acrescentou:

Essas três linhas de tradição [o estruturalismo, os temas nietzschianos da crítica da razão, a história das ciências], que podem ser caracterizadas com os nomes de Lévi-Strauss, Bataille e Bachelard, vinculam-se no primeiro livro que tornou Foucault conhecido para além do estreito círculo dos colegas de disciplina. (HABERMAS, 2000, p. 334)

Paul Veyne, que oferece um retrato de seu amigo na obra *Foucault, o pensamento, a pessoa*, quis também sublinhar a relação entre o filósofo e a antropologia ao sugerir que "o foucaultismo é, na verdade, uma antropologia empírica que tem a sua coerência e cuja originalidade reside em ser fundada sobre a crítica histórica" (VEYNE, 2009, p. 10); "Em suma, ele parte da história, da qual recolhe amostras (a loucura, a punição, o sexo...) para lhe explicitar o discurso e inferir dela uma antropologia empírica" (VEYNE, 2009, p. 19).

Mas, se o raciocínio estrutural na história e na antropologia serviram como importantes elementos de base para o trabalho arqueológico de Foucault, por outro lado, é importante destacar que os campos do estruturalismo e do marxismo se encontravam em tensa relação durante a década de 1960. Tais esferas de investigação constituem, para Gregolin (2006, p. 15), "duas grades de leitura sem as quais é impossível entender os caminhos percorridos pela análise do discurso francesa". Sobre as dificuldades que se colocavam na relação entre esses campos, François Dosse (2018, p. 334) aponta a *Arqueologia* como uma espécie de solução alternativa, ao sustentar que "A via arqueológica se situa (...) a meio caminho entre o estruturalismo, do qual constitui o enquadramento teórico, e o materialismo histórico".

Nessa direção, Lecourt, Dosse e Gregolin – cada qual em seu tempo – interpretaram a solução encontrada por Foucault como simultâneo afastamento em relação ao estruturalismo e ajuste de ideias com o campo marxista, argumento que justificam com base na adoção do conceito de prática em substituição ao de *episteme*. Em suas palavras, essa mudança é assim descrita:

O conceito de *práticas discursivas* vem substituir a idéia de *episteme*. Isso tem, entre outros, dois efeitos teóricos: primeiramente, Foucault está historicizando uma visão que era, em *As Palavras e as Coisas*, muito próxima da proposta estruturalista; em segundo lugar, a ideia de "prática" acentua o caráter de luta política que Foucault imprimirá aos enunciados na produção da história. Entre Lévi-Strauss e Marx, seu pêndulo se inclinará para o segundo. (GREGOLIN, 2006, p. 85)

Ora, a principal inovação de *L'archéologie du Savoir* é, justamente, levar em consideração esse nível da prática a partir da noção de prática discursiva. É essa inovação capital de Foucault que lhe permite desviar o paradigma estrutural da esfera exclusiva do discurso, aproximando-o, dessa maneira, do marxismo. (DOSSE, 2018, p. 327)

(...) a *Archeologie* tem outro alcance, e a problemática que suscita é de uma novidade genuína e radical. Como indício dessa novidade, basta lembrar uma ausência importante: a da noção de *episteme*, pedra angular do trabalho anterior, e eixo de tôdas as interpretações “estruturalistas” de Foucault (LECOURT, 1996, p. 44).

A categoria de “prática discursiva”, proposta por Foucault, é o indício dessa inovação teórica, no fundo materialista, que consiste em não aceitar nenhum “discurso” fora do sistema de relações materiais que o estruturam e constituem. Essa nova categoria estabelece uma linha divisória entre a *Archeologie du Savoir* e *Les Mots et les Choses*. (LECOURT, 1996, p. 51).

Disso decorre um aspecto difuso relativo às interpretações da *Arqueologia*. Se, por um lado, vê-se a aliança articulada com os *Annales* como via de acesso a um estruturalismo de orientação mais aberta, que contribuiria para a superação da oposição entre o método estrutural e o devir histórico, como sugeriu Dosse, por outro, a introdução do conceito de prática no solo teórico de Foucault foi também compreendida como adesão a uma outra categoria de análise histórica que, ao contrário, contrasta com o modelo estruturalista. A categoria de análise que aí se crê introduzida na pesquisa foucaultiana não é a praticada pelos novos historiadores, mas a que chegou às ciências sociais pelas mãos de Marx e Engels.

(...) o conceito de história que funciona na *Archeologie* tem consonâncias comuns com (...) o conceito científico de história, tal como aparece no materialismo histórico. O conceito de uma história que também se apresenta como um processo sem sujeito, estruturado por um sistema de leis. Conceito, por isso mesmo, radicalmente anti-anropologista, anti-humanista e anti-estruturalista (LECOURT, 1996, p. 45).

O conceito de prática, tomado de empréstimo à *Arqueologia* provavelmente a partir do instrumental teórico marxista, coloca um importante problema. A dimensão discursiva que a obra de Foucault submete a um engenhoso trabalho de análise histórica recebe em seu interior um corte que desdobra o plano do discurso em dois níveis distintos: num deles, configura-se um sistema constituído por um feixe de relações que interliga elementos os mais variados da realidade social; no outro, estão os enunciados e os agrupamentos enunciativos que puderam emergir a partir do sistema formado no nível anterior. Roberto Machado assume que tal modificação no projeto arqueológico implica um investimento do trabalho de análise em duas ordens distintas.

(...) a análise arqueológica como descrição dos discursos não deve se fechar no interior do próprio discurso. Pelo contrário, uma das ideias básicas de um tipo "demarche" como a de Foucault é de articular o acontecimento discursivo com o acontecimento não discursivo, as formações discursivas com as formações não discursivas. Não se fica unicamente ao nível do discurso embora esse seja o objeto da análise, aquilo para o qual tudo converge mas se busca estabelecer uma relação com acontecimentos de uma outra ordem, seja ela técnica, econômica, social ou política. (...) E essas análises que articulam duas ordens, são realizadas a partir de cada nível do discurso. (MACHADO, 1974, p. 92)

Há, em contraste, posições como a de François Dosse, que ressalta a unidade autônoma da dimensão discursiva, apesar de admitir a existência de um outro nível desde o qual os discursos são estudados à distância pelo arqueólogo (DOSSE, 2018, p. 335).

Como o discurso não remete para outra ordem de coisas, Foucault coloca em destaque o conceito de prática discursiva, o qual permite contornar a noção de signo. Mas isso não significa que abandone uma concepção sustentada na autonomização da esfera discursiva (...) Foucault procura descrever as regras próprias das práticas discursivas afrouxando os laços entre as palavras e as coisas (...). Desse ponto de vista, o horizonte foucaultiano permanece no interior da esfera discursiva. O arqueólogo não tem por função definir os pensamentos ou representações sob os discursos, "mas os próprios discursos, esses discursos enquanto práticas que obedecem a regras". (DOSSE, 2018, p. 335-336)

De todo modo, a existência de uma cisão na ordem discursiva e a inserção teórica das práticas de caráter não discursivo trouxe adicionalmente o problema de se supor entre os níveis discursivo e não discursivo uma relação de causalidade que precisaria ser explicitada. A esse respeito, muitos comentaristas se queixam, sendo levados a avaliar a *Arqueologia do Saber* como obra inacabada nas respostas que traz ou no esquema teórico que oferece. Reunimos aqui alguns registros das insatisfações de seus intérpretes.

Todavia permanece inexplicado primeiramente o problema de como os discursos, científicos ou não, relacionam-se com as práticas: se os primeiros regem as segundas; se a sua relação deve ser pensada em termos de base e superestrutura ou

segundo o modelo da causalidade circular ou, ainda como interação entre estrutura e acontecimento. (HABERMAS, 2000, p. 340)

Como articular essas duas ordens? Serão as formações não discursivas as determinantes das formações discursivas? Emanarão os discursos dos acontecimentos econômicos e sociais sendo somente reflexo ou expressão desses últimos? Para Foucault esta relação é muito mais complexa e sua tentativa é de mostrar que articular discurso e não discurso é articular regras de formação dos discursos e formação não discursivas. Mas ele mesmo confessa não ter sistematizado essas relações e neste sentido a "Archéologie" não pode ser considerada uma teoria. (MACHADO, 1974, p. 92-93)

(...) em última análise, em que se baseia esse esboço de teoria? Em uma distinção tacitamente aceita, sempre presente mas nunca teorizada, entre "práticas discursivas" e "práticas não-discursivas". Todas as suas análises conduzem a essa distinção; mas é uma distinção feita às cegas, enquanto que o que se impõe é pensá-la explicitamente sob a forma de uma teoria. (LECOURT, 1996, p. 53)

Paul Veyne e Gilles Deleuze fazem maior esforço para acompanhar o filósofo no que seu trabalho supõe sobre a causalidade no discurso. Veyne (2009, p. 59-60) esclarece que "A causalidade histórica está sem primeiro motor (a economia não é a causa suprema que comandaria tudo o resto; a sociedade também não); tudo age sobre tudo, tudo reage contra tudo", e acrescenta em pé de página uma referência a uma fala de Foucault que a seguir traduzimos.

Nada é fundamental. Isso é que é interessante na análise da sociedade. É a razão pela qual nada me irrita mais do que essas questões - por definição, metafísicas - sobre os fundamentos do poder em uma sociedade ou sobre a autoinstituição da sociedade. Não existem fenômenos fundamentais. Existem apenas relações recíprocas e defasagens perpétuas entre elas. (FOUCAULT, 1994, p. 277, tradução nossa)

Para explicar o problema da causalidade tal como se apresenta na *Arqueologia* de Foucault, Gilles Deleuze (2005, p. 21) transpõe à sua própria linguagem o conjunto em que se articulam os níveis discursivo e não discursivo.

(...) seria grande a tentação de estabelecer, entre as formações não discursivas de instituições e as formações discursivas de enunciados, uma espécie de paralelismo vertical - como entre duas expressões, uma simbolizando a outra (relações primárias de expressão) - ou uma causalidade horizontal, segundo a qual os acontecimentos e instituições determinariam os homens enquanto supostos autores de enunciados (relações secundárias de reflexão). A diagonal impõe, porém, um terceiro caminho: relações discursivas com os meios não-discursivos, que não são em si mesmos internos nem externos ao grupo de enunciados, mas que constituem o limite de que falávamos há pouco, o horizonte determinado sem o qual tais objetos de enunciados não poderiam aparecer, nem tal lugar ser reservado dentro do próprio enunciado.

Outro aspecto a se evidenciar do trabalho realizado pelos intérpretes da *Arqueologia* é o grande interesse que investem na caracterização do enunciado, que seguramente se encontra entre os principais elementos da teoria esboçada no livro, servindo de base, inclusive, às definições que Foucault elabora sobre discurso e formação discursiva. Sobre o enunciado,

quase todas as leituras da *Arqueologia* convergem em seu entendimento. A razão dessa conciliação entre os comentadores da obra parece estar ligada ao fato de que a estratégia explicativa utilizada nesse caso são as constantes retomadas em paráfrase ou citação direta. Trabalha-se sempre de forma próxima ao texto, aplicando-se-lhe pequenas reconstruções ou edições que buscam organizar uma apresentação didática e sumarizada dos argumentos trazidos no livro.

Essa coincidência entre os intérpretes da *Arqueologia* sugere pelo menos duas conclusões importantes. Por um lado, nos mostra que o conceito de enunciado, em certo sentido, ofereceu menor resistência à leitura e ao manejo teórico se comparado a aspectos mais controversos da obra, como a noção de prática discursiva, que deu ocasião a diversas inquietações entre seus críticos. Por outro, indica o alto grau de personalização da linguagem de Foucault, o que, por vezes, compele seus leitores a tentar segui-lo de perto, repetir-lhe as exatas palavras, sob pena de um desvio de interpretação por descuido em relação à particularidade de suas proposições.

Eis como o filósofo Roberto Machado, por exemplo, justifica a importância de se abordar o texto de Foucault com apoio na definição de enunciado:

A análise arqueológica, que tematiza os discursos pela definição de suas regras de formação, tem explicitada sua condição de possibilidade na definição do discurso como um conjunto de enunciados. Daí a tarefa indispensável de dizer o que é enunciado e de mostrar em que sentido a análise arqueológica, análise das formações discursivas, é uma descrição dos enunciados. (MACHADO, 1974, p. 93)

Um expediente frequentemente utilizado para se introduzir o conceito de enunciado é o recurso à comparação que Foucault dele faz com a frase e a proposição. No argumento que expõe, o autor confere primazia ao enunciado relativamente a essas outras categorias, cujo aparecimento depende da função enunciativa. Nesse sentido, o enunciado serve como condição de existência às demais estruturas que a ele se sobrepõem. Note-se, nos fragmentos baixo, o uso que os comentadores fazem da citação direta para explicitar tais diferenças em relação ao enunciado.

Essas distinções [entre enunciado, proposição e frase] são importantes porque servem para mostrar como não se pode utilizar critérios lógicos ou gramaticais quando se faz uma análise arqueológica. O enunciado não está no mesmo nível que estas duas unidades e por isso não constitui uma unidade existente ao lado delas. Para que se possa falar de frase ou proposição é preciso que haja enunciado. Elas são afetadas pela presença de um enunciado que as faz existir no tempo e espaço determinado. O enunciado é portanto uma função de existência. "Não é de espantar que não se tenha podido encontrar critérios estruturais de unidade para o enunciado: é que ele não é em si mesmo uma unidade mas uma função que cruza um domínio

de estruturas e unidades possíveis e que as faz aparecer com conteúdos concretos, no tempo e no espaço". (MACHADO, 1974, p. 94)

Iniciamos pela caracterização de enunciado em Foucault: o enunciado não é uma unidade como o são a frase, a proposição ou o ato de fala, mas é indispensável para se dizer se há frase (e se ela é correta, aceitável), proposição (e se ela é legítima, bem formada) ou ato de fala (e se este está conforme aos requisitos e se foi bem realizado); ele é "uma função que cruza o domínio de estruturas e de unidade possíveis e que as faz aparecer, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço". (ROCHA, 2012, p. 52)

Entendido como unidade elementar do discurso, o enunciado é assim definido: "Em seu modo de ser singular (nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material) o enunciado é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ato de linguagem. (...) ele não é, em si mesmo, uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço". (GREGOLIN, 2006, p. 88)

O enunciado é também descrito mediante a apresentação de um certo conjunto de características que se conjugam em sua definição. Reunimos, nessa direção, citação e paráfrase de Décio Rocha e Roberto Machado.

Trata-se de um conceito de fundamental importância para a problemática que ora abordo, uma vez que é ele que garante a passagem do plano textual para o plano discursivo: "[enunciado refere-se a uma] modalidade de existência própria a um conjunto de signos, que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado de uma materialidade repetível." (ROCHA, 2012, p. 52-53)

Portanto, o enunciado é uma função que possibilita a um conjunto de signos formando unidade lógica ou gramatical se relacionar com um domínio de objetos, receber um sujeito possível, se coordenar com outros enunciados e aparecer como um objeto, isto é, como materialidade repetível. (MACHADO, 1974, p. 96)

Tais referências ao texto da *Arqueologia* são geralmente desdobradas em esquemas explicativos com as quais os intérpretes especificam cada uma das propriedades do enunciado, sem descuidar, porém, da proximidade com as citações apresentadas. A essa estratégia mimética, Deleuze faz exceção e se aventura a desdobrar o texto de Foucault, introduzindo um novo expediente didático, que distribui as relações enunciativas em três instâncias às quais descreve como três círculos ou três subdivisões que entre si estão articulados.

Em torno de um enunciado, devemos distinguir três círculos, como três fatias de espaço. Em primeiro lugar, um espaço colateral, associado ou adjacente, formado por outros enunciados que fazem parte do mesmo grupo. (...) Não há espaço homogêneo indiferente aos enunciados, nem enunciados sem localização, os dois se confundem ao nível das regras de formação. (DELEUZE, 2005, p. 16-17)

A segunda fatia de espaço é o espaço correlativo, que não deve ser confundido com o associado. Desta vez, trata-se da relação do enunciado, não mais com outros



enunciados, mas com seus sujeitos, seus objetos, seus conceitos. (DELEUZE, 2005, p. 18)

Resta a terceira fatia de espaço, que é extrínseca: é o espaço complementar, ou de formações não-discursivas ("instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos"). Com base nesse ponto, Foucault já esboça a concepção de uma filosofia política. Uma instituição comporta ela mesma enunciados, por exemplo, uma constituição, uma carta, contrato, inscrições e registros. Inversamente, os enunciados remetem a um meio institucional sem o qual os objetos surgidos nesses lugares do enunciado não poderiam ser formados, nem o sujeito que fala de tal lugar (por exemplo, a posição do escritor numa sociedade, a posição do médico no hospital ou em seu consultório, em determinada época, e o surgimento de novos objetos). (DELEUZE, 2005, p. 21)

Deve-se finalmente mencionar o tratamento concedido ao caráter acontecimental do discurso na *Arqueologia*. O espaço no qual o trabalho arqueológico é desenvolvido constitui-se por enunciados efetivos tomados como acontecimentos discursivos no interior de um dado recorte cronológico. Nesse aspecto, o enunciado compreende dois momentos em sua constituição: o de sua irrupção primeira e o da aquisição de sua estabilidade. Na leitura que faz do texto, Gregolin (2006, p. 88) registra essa ambivalência, que é própria ao enunciado:

Constitui-se, assim, o projeto de uma descrição dos *acontecimentos discursivos*, como um conjunto finito e efetivamente limitado das sequências que tenham sido formuladas, compreendendo o enunciado em sua singularidade de acontecimento, em sua irrupção histórica (...). Foucault enxerga, portanto, no enunciado, uma articulação dialética entre singularidade e repetição: "de um lado, ele é um gesto; de outro, liga-se a uma memória, tem uma materialidade; é único mas está aberto à repetição e se liga ao passado e ao futuro" (...).

A mesma dinâmica é também ilustrada por Décio Rocha (2012, p. 72), que, para explicá-la, recorre as palavras do músico e escritor Arnaldo Antunes: "as formas estabilizadas que logo se reconhecem não são primeiras: como diz o poeta, só entra em foco o que já esteve desfocado, 'as coisas tremem antes de entrar em foco'".

Havendo então concluído a apresentação do conjunto de leituras sobre a *Arqueologia* com o qual conduzimos esta seção, desejamos agora indicar a medida e a forma em que nosso projeto de análise se aproxima ou se distancia de tais interpretações do texto de Foucault. A esse respeito, é preciso reafirmar nossa escolha pela investigação das relações existentes entre a *Arqueologia* e o grande domínio das ciências sociais. Apesar das indicações nesse sentido feitas em alguns dos textos acima comentados, as formas de apropriação e as transformações conceituais que a *Arqueologia* opera em seu contato com esse campo não são explicitadas no detalhe. As relações do projeto arqueológico com o domínio das ciências sociais são, em regra, descritas nos limites de um quadro geral: comentam-se aproximações e diálogos com o

estruturalismo, com a antropologia, com o marxismo, com os *Annales*, com a história serial, etc. Pretendemos avançar nessa direção, examinando de perto os aproveitamentos teóricos praticados na *Arqueologia*, para o que nos perguntaremos em que medida e sob quais condições de transformação puderam as premissas tomadas de empréstimo às ciências sociais ser incorporadas à reflexão foucaultiana. Poderemos assim verificar se de fato é possível apontá-las como elementos constitutivos de seu projeto teórico.

Destacamos ainda que referir as reflexões da *Arqueologia* aos problemas e aos princípios das ciências sociais não constitui exatamente um antagonismo em relação às interpretações que as associam às questões diretamente ligadas ao campo filosófico. Se, por exemplo, atribui-se a escolha de Foucault pelo trabalho com as condições positivas do discurso a um impulso promovido pela sociologia no início do século XX em lugar de relacioná-la às concepções historiográficas de Hegel e Nietzsche, como quiseram Agamben (2005) e Habermas (2000), respectivamente, pode-se justificar essa leitura, presumindo-se que a história e a sociologia do século XX encontram-se no mesmo espaço intertextual do qual participam os trabalhos de tais filósofos, sobre cujas teses os cientistas sociais dos séculos XIX e XX quiseram eventualmente debruçar-se para problematizar a constituição de seus domínios de pesquisa.

O esforço em se caracterizar as relações existentes entre o texto de Foucault e certas produções arquitetuais preparadas no âmbito das ciências do social é, para nós, um gesto especialmente estratégico, dado que os princípios introduzidos em tais escrituras parecem funcionar de forma articulada no interior da obra aqui considerada, que, segundo cremos, apoia frequentemente a organização de suas elaborações teóricas nessas premissas. A esse respeito, podemos indicar:

- a substituição do estudo das origens pelo exame da gênese dos fenômenos históricos (já se anunciava em todas as letras no emblemático artigo produzido pelo sociólogo Fernand Simiand (2003), e Marc Bloch (1949/2002) repetiu o argumento em sua obra *Apologia da história: ou o ofício do historiador*);
- a perspectiva descontinuista na história, atitude que era também adotada por alguns dos novos historiadores – Fernand Braudel (1950/1978c, p. 31) o atesta, quando pergunta “Quem negará, por exemplo, que a imensa questão da continuidade e da descontinuidade do destino social, que os sociólogos discutem, seja, por excelência, um problema de história?”;

- a referência ao método serial;
- a consideração à longa duração;
- a mudança de atitude dos historiadores em relação ao documento: da crítica documental dos registros governamentais, tidos como simples depósito de informação, ao tratamento serial e quantitativo de fontes as mais diversas, como efeito da multiplicação dos objetos históricos (BARROS, 2010a, p. 76);
- a ambivalência da natureza dos acontecimentos históricos - irrepetíveis, mas também regulares;
- o trabalho realizado com base em condições positivas de análise;
- a incorporação deslocada da análise estrutural – Foucault o admite na introdução do livro, quando então procura situar sua posição em relação ao tema da estrutura. Destacamos abaixo um fragmento nesse sentido:

Em uma palavra, esta obra, como as que a precederam, não se inscreve - pelo menos diretamente ou em primeira instância – no debate sobre a estrutura (confrontada com a gênese, a história, o devir); mas sim no campo em que se manifestam, se cruzam, se emaranham e se especificam as questões do ser humano, da consciência, da origem e do sujeito. Mas, sem dúvida, não estaríamos errados em dizer que aqui também se coloca o problema da estrutura. (FOUCAULT, 2000, p. 19)

Um aspecto importante que nos separa de algumas das abordagens de leitura da *Arqueologia* comentadas nesta seção é a opção que fazemos por uma postura investigativa desde a qual interpelamos o texto sem nos apoiarmos no vínculo geralmente presumido entre o autor e a obra. Esse é um ponto de vista que assimilamos da orientação de trabalho do moderno campo da análise do discurso, que, já em Foucault (2002, p. 107), apresentava o sujeito do enunciado como uma função vazia a ser preenchida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes. Neste trabalho, a investigação se dá nos planos textual e enunciativo. São as relações aí colocadas que devem ser examinadas. Por essa razão, deixamos de lado tudo o que é possível supor com base na figura humana que o autor nos deixa eventualmente capturar a partir de sua história pessoal. Não nos ocupamos de seu espaço de pensamento, de sua intenção, de suas relações pessoais, da disposição de sua personalidade, etc. Por essa razão, não são pertinentes ao nosso projeto de análise questões como as que Paul Veyne (2009) se coloca ao refletir sobre se Foucault era ou não era um pensador estruturalista, cético ou niilista, o que supõe o interesse investigativo por suas inclinações e predileções. Não nos convêm igualmente avaliar a obra de Foucault, atribuindo seu resultado ao trabalho prodigioso de uma personalidade idiossincrática, como acontece quando se explica um texto

referindo seu conteúdo às eventuais habilidades especiais de seu artífice: "a originalidade de Foucault está na maneira pela qual..." (DELEUZE, 2005, p. 28).

Em nosso caso, não se trata de considerar a posição assumida pelo autor enquanto figura recortada na linha do tempo e retratada segundo tais e tais escolhas, conforme essas ou aquelas preferências, ou ainda em função de certo caráter ou dada peculiaridade. O caminho que percorre um pesquisador não é regular, de modo que, se quiséssemos levar em conta sua presença real, teríamos de partir do percurso constituído pelo conjunto de sua obra, fazendo comparações entre suas fases, localizando sucessivas tomadas de posição, etc. Nosso interesse, ao contrário, está investido nos limites de um dado recorte textual, que, como antes indicamos, contempla o conjunto da obra *A Arqueologia do Saber* e faz algumas concessões à conferência intitulada *A Ordem do Discurso*, em razão da continuidade temática que entre os dois trabalhos se configura. O trabalho consiste, assim, em descrever a posição enunciativa na qual esse conjunto textual se inscreve, o que fazemos mediante análise das relações intertextuais desde as quais essas obras puderam se constituir.

Finalmente, cabe dizer que as abordagens utilizadas pelos comentadores da *Arqueologia* que arrolamos neste capítulo talvez possam ser de algum modo agrupadas entre si, se desejamos compreendê-las com o auxílio de certa esquematização. Alguns autores quiseram, por exemplo, oferecer uma leitura direta da obra, pelo que se dedicaram à interpretação de suas teses e à sumarização de seu corpo textual. Nesse sentido, parecem ter sido desenvolvidos os comentários Gilles Deleuze, Roberto Machado e Décio Rocha. Outros se ocuparam de investigar as circunstâncias encontradas por Foucault à época da escritura do texto, explorando eventualmente o universo de suas relações pessoais. Foi o caso de Jürgen Habermas, François Dosse e Maria do Rosário Gregolin. Dominique Lecourt realizou o que talvez se pudesse considerar como uma análise crítica da *Arqueologia*. Tendo operado uma espécie de tradução da obra para a comunidade althusseriana, o autor quis apontar, para esse grupo, os aspectos que lhe pareceram insuficientes no texto por terem sido desenvolvidos de forma descolada da base marxista.

Nossa situação, sem dúvida, mais se aproxima do grupo que examina o resultado da *Arqueologia*, partindo de algo como uma análise de contexto. Isso porque nossa visada é igualmente histórica, o que reafirma nossa inscrição no terreno que antes circunscrevemos como dedicado a uma *análise histórica do discurso*. O que, entretanto, não nos permite estarmos inseridos nesse grupo é o fato de que o contexto que examinamos traduz-se em

espaço intertextual no interior do qual são estabelecidas relações entre a *Arqueologia* e os textos que ela retoma.

Sendo assim, convém dizer que o que oferecemos não é uma decodificação do texto da *Arqueologia*. Não é nosso projeto resenhar a obra, reapresentando-a de forma comentada. Muito menos pretendemos conduzir uma leitura que, comparada a outras anteriores, persiga o objetivo de uma aproximação ideal em relação a disposição semântica do texto. Desde logo, declinamos da premissa de que um texto possui uma verdade em relação a qual um intérprete pode estar mais ou menos distante. Ao invés disso, queremos sugerir uma estratégia que esperamos possa, em alguma medida, facilitar o acesso a determinados níveis de leitura da obra. Nesse sentido, tanto melhor para nós e para os que desejarem nos acompanhar se os níveis acessados se mostrarem produtivos ao manuseio. O que nesta ocasião apresentamos é, portanto e em síntese, não mais que um método de trabalho dedicado a viabilizar, tanto quanto possível, o manejo de certos aspectos da *Arqueologia* que até o presente momento parecem ter resistido a um acesso mais imediato por parte dos linguistas que praticam análise do discurso.

#### 4 DAS RELAÇÕES ENTRE OS ARQUITEXTOS E A ARQUEOLOGIA

A partir de agora, daremos início efetivo ao nosso trabalho de análise, colocando em ação a estratégia de método definida no segundo capítulo deste volume. Em cada uma das seções aqui apresentadas, seguiremos a ordem antes proposta: começamos pelo trabalho de descrição dos arquitextos, aqui tomados como condições textuais de possibilidade da *Arqueologia do Saber*, para ao final avaliar a forma e a medida de suas repercussões na obra de Michel Foucault. Cada uma das etapas será caracterizada por um tipo especial de modalidade enunciativa, com a qual definimos nossa relação com o texto em análise. A caracterização dos arquitextos se dará por via da enunciação histórica, quando então manifestaremos uma tomada de posição em relação a seu esquema enunciativo, rerepresentando-o retoricamente como razão narrativa. Durante a avaliação da repercussão desses textos fundantes sobre a obra de Michel Foucault, adotaremos como modalidade enunciativa o discurso didático, que melhor nos servirá ao trabalho de demonstração da presença dos arquitextos na *Arqueologia*.

##### 4.1 O problema do método na história e o imperativo de uma ciência social positiva

Retomaremos, nesta subseção, algumas polemizações entre história e sociologia que tiveram lugar na França do fim do século XIX e início do XX, a partir das quais a história se viu convocada a revisar seu método investigativo para estar em maior conformidade com o que os herdeiros das tradições sociológicas saint-simoniana e comptiana compreendiam à época como “ciência positiva”. Estaremos, assim, em condições de indicar o modo como a *Arqueologia* incorporou alguns traços da racionalidade sociológica francesa em consequência da polêmica instaurada entre sociologia e história na França do século passado.

Trabalharemos com o artigo do sociólogo François Simiand, *Méthode historique et science sociale*, de 1903, ao qual frequentemente se atribui um lugar precursor em relação ao movimento organizado pela Escola dos *Annales*. O texto se destina o exame de certas controvérsias acerca dos métodos utilizados por sociólogos e historiadores franceses no final do século XIX. Para desenvolver sua análise, Simiand circunscreve a discussão à consideração de dois livros de base sobre o assunto: *L'histoire considérée comme science*, de

Paul Lacombe, e *La méthode historique appliquée aux sciences sociales*, de Charles Seignobos. Enquanto o primeiro é referido com alguma deferência e consentimento, sobre o segundo vão incidir críticas duras e substanciais.

Aos problemas levantados por Simiand acerca dos métodos utilizados pelos historiadores de sua época, relacionaremos os desdobramentos de um debate realizado na *Société Française de Philosophie* após uma conferência conduzida por Seignobos, quando Durkheim e outros interlocutores confrontaram o palestrante num diálogo registrado nos boletins desta casa como *Débat sur l'explication en histoire et en sociologie*.

Finalmente, encadaremos com os anteriores o texto *Histoire et Sociologie*, publicação cronologicamente mais próxima da obra de Foucault, na qual o historiador Fernand Braudel comenta a antiga controvérsia entre estes dois campos e reflete sobre os desafios de entendimento que à sua época se atualizavam. Nesse momento, o cenário para os historiadores já era certamente de grande renovação.

#### 4.1.1 Entre a história e a ciência positiva: o problema do método

Em princípios do século XX, um grande debate instaurou-se no âmbito das ciências humanas acerca do método utilizado pelos historiadores franceses da chamada Escola Metódica<sup>17</sup>. Com as conquistas alcançadas pelas ciências naturais, o atendimento a certas exigências metodológicas havia se tornado um critério indispensável de validação do conhecimento; e, segundo pensavam os sociólogos, os historiadores estavam ainda distantes das orientações procedimentais ligadas ao saber produzido pelas ciências ditas positivas. A esse respeito, parece razoável dizer que François Simiand foi um dos cientistas que, nesse momento, contribuiu de forma decisiva para a realização de um giro na ciência histórica que viria a marcar definitivamente a direção dos trabalhos realizados nessa esfera de investigação. Em resposta à publicação de *La méthode historique appliquée aux sciences sociales* – obra em que Charles Seignobos “nega à sociologia o primeiro lugar no seio das ciências sociais e considera os historiadores como os únicos dirigentes” (DOSSE, 2006, p. 35, tradução nossa) –

---

<sup>17</sup> Constituída e consolidada durante a Terceira República francesa, a Escola Metódica organizou-se em nome do método e da objetividade científica, assumindo uma atitude rigorosa em relação ao trabalho e a crítica documental. Seus princípios fundamentais estão expostos no manifesto de Gabriel Monod, publicado na *Revue Historique* durante ano de 1876, e no manual de metodologia da história de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, de 1898, que leva o título *Introduction aux études historiques* (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 97).

, Simiand publicou um artigo que veio a se tornar célebre entre os historiadores franceses do século XX.

O artigo de Simiand demonstrava que o conhecimento produzido pelo método histórico possuía um caráter essencialmente experimental, porém, indireto, já que o saber alcançado era, nesse caso, obtido por intermediação de outro espírito que não o do próprio investigador. Com efeito, essa abordagem de método era admitida por Seignobos, que a considerava justificada pelo fato de que a história nada tinha como material de trabalho além do reflexo de acontecimentos vistos e relatados por aqueles que os haviam antes presenciado. Os próprios elementos de sua ciência faltavam, pois, aos historiadores para um exercício de observação direta. Era forçoso, portanto, que os investigadores lidassem no ofício da história com materiais de segunda mão. E, como só se podia conhecer os fatos por quem os havia antes experimentado, inclinavam-se esses cientistas a atribuir grande relevo aos motivos expressos pelas testemunhas e pelos agentes diretamente envolvidos com os fatos analisados.

As explicações produzidas por esses espectadores diretos eram então estudadas mediante o recurso aos meios documentais, que retinham os acontecimentos relatados no interior de seu esquema textual. Tais registros não eram, todavia, produzidos segundo métodos especializados cujo propósito fosse o de atender aos fins da ciência. Por essa razão, Simiand sustentava que os documentos, ainda que permitissem a observação indireta de certa categoria de fenômenos, não deveriam ser reconhecidos como instrumentos propriamente científicos.

#### 4.1.2 O domínio das objetividades nas ciências sociais

Pode-se dizer de certo consenso, no âmbito da história das ideias, relativamente ao fato de que o objetivismo positivista teria feito seu caminho apoiado nas mudanças que resultaram do avanço das ciências naturais a partir do Renascimento cultural na Europa. Nessa direção, oferecemos uma síntese bem construída pelo filósofo brasileiro João Cruz Costa (1950, p. 363-364):

(...) o positivismo elimina da filosofia todos os problemas que comportam soluções transcendentais ou que requeiram outros métodos além daqueles que a ciência admite. Esta maneira de considerar a filosofia resulta da própria evolução das ciências. Nos séculos XVI e XVII o campo da observação humana se alargara. (...) as novas contribuições que as ciências naturais trouxeram para o conhecimento do homem, determinariam uma ruptura decisiva com os velhos moldes culturais. Uma



cultura nova, de base experimental e de tendência crítica repontara com o renascimento.

Alinhado a esse projeto de ciência e filosofia, Simiand contestou a premissa admitida por Seignobos de que “o fato social é psicológico por natureza e, sendo psicológico, é subjetivo” (SEIGNOBOS, 1901 *apud* SIMIAND, 2003, p. 166). Com efeito, não era possível ao sociólogo assumir a identidade resultante desse postulado, face ao obstáculo que introduzia ao trabalho de constituição de uma ciência social positiva.

Para então oferecer seu entendimento sobre a natureza do fato social, Simiand tomou para si a providência de melhor precisar as diferenças entre os fenômenos objetivo e subjetivo; recolocando a noção de objeto, quis sustentá-la a partir do que acreditava ser seu uso legítimo no trabalho de investigação científica. Nesse sentido, assumiu que “o objeto, a coisa do mundo que chamamos de exterior, não é, do ponto de vista do conhecimento empírico, mais do que um simples conjunto de sensações constituído no todo através da abstração” (SIMIAND, 2003, p. 168, tradução nossa). Desse ângulo, a realidade psicológica não se encontrava em oposição à objetividade do mundo, ao contrário do que implicitamente se lia em Seignobos, quando reduzia o funcionamento psicológico à dimensão subjetiva. Isso porque, nesse caso, a experiência estava na base da formação dos objetos, que se constituíam mediante certo tratamento do que podia ser experimentado.

O sociólogo francês admitia ainda que a experiência, em sua integralidade, era determinada tanto pelos aspectos subjetivos da sensação, quanto por fatores que se impunham à existência individual a partir do exterior. Tomando em conta essa natureza dual da experiência, defendia como tarefa da ciência positiva o trabalho de se “extrair o objetivo do subjetivo para estudá-lo” (SIMIAND, 2003, p. 168, tradução nossa). Nessa direção, os fenômenos sociais eram igualmente admitidos por Simiand como abstrações, tendo em vista resultarem de um esforço de separação de aspectos objetivos pertinentes a uma dada experiência coletiva. E não o eram mais nem menos que os fenômenos orgânicos, químicos, físicos, etc., razão pela qual o sociólogo possuiria o mesmo direito que os naturalistas de se apoiar nessas abstrações para perseguir resultados em seu próprio campo de conhecimento.

A concepção de objetividade científica proposta por Simiand se definia, além disso, pela autonomia que os fenômenos examinados devem possuir em relação à espontaneidade humana. Isto significa dizer que, não estando sujeitos a nossa vontade, mas tendo nos sido impostos desde o exterior, certos fenômenos podem ser objetivamente estudados. O que importava dizer, em última análise, é que as coisas que em nós procedem da sociedade têm,

de acordo com esse significado, uma natureza objetiva. Podia-se então admitir que os fenômenos sociais são realidade para o cientista social no mesmo sentido em que os elementos materiais são realidade para os naturalistas, assim como são objetos no mesmo sentido em que o são as coisas do mundo chamado exterior.

#### 4.1.3 Causa, lei e regularidade

Mesmo admitindo a existência dos fenômenos sociais e a particularidade de sua natureza, a aposta dos historiadores franceses no final do século XIX era de que sua existência fundava-se na ação individual. Compreendia-se que, embora os conhecêssemos já prontos e em funcionamento, esses fenômenos poderiam ter seu começo remontado a um ponto distante no passado, quando os indivíduos teriam entre si estabelecido as convenções desde as quais os fatos da vida social vieram a se constituir. E, se os fenômenos sociais encontravam seu fundamento no ânimo dos indivíduos, as causas dos fatos históricos coincidiam com os motivos interiores dos agentes que os haviam originalmente provocado (DURKHEIM *et al.*, 1908). Essas causas estariam, além disso, disponíveis ao trabalho de investigação dos historiadores, caso se fizesse registrar nas fontes documentais os atos conscientes desencadeadores dos eventos estudados. Nesse aspecto, apoiavam-se os historiadores franceses em premissas subjetivistas com as quais organizavam e orientavam seu trabalho metodológico, de modo a aproximá-lo ao domínio da psicologia.

Durkheim *et al.* (1908) e Simiand (2003) se opunham francamente a esse ponto de vista. O primeiro deles recusava as identidades que Seignobos supunha entre consciente e conhecido ou inconsciente e desconhecido<sup>18</sup>. O consciente era, para o autor, igualmente cheio de obscuridades, e, dessa forma, dificuldades incontornáveis se colocavam ao investigador em sua tentativa de conhecer as motivações que levavam os agentes a provocarem o desencadeamento dos eventos. Com efeito, qualquer relação causal de ordem psíquica apontava, em última instância, para a esfera inconsciente, e, se um fato psíquico podia ser

---

<sup>18</sup> Aqui e nas demais seções deste trabalho, examinamos debates que tiveram lugar entre o século XIX e meados do século XX. O mais provável é que a noção de consciente considerada no conjunto desses trabalhos esteja ancorada no empirismo inglês do século XVII e XVIII, a partir do qual pôde se constituir uma psicologia científica na Alemanha do século XIX. Nesse mesmo período, a filosofia que tematizou o inconsciente, notadamente os trabalhos de Schopenhauer e Nietzsche, preparou o solo da então recém-nascida psicanálise freudiana. Esses serão os pontos de contato desde os quais as ciências sociais da primeira metade do século passado incorporarão a suas teses o psicologismo aplicado à cultura e à sociedade.

alcançado pela introspecção, não se poderia garantir a mesma coisa em relação a sua origem inconsciente. Se os agentes não tinham, portanto, acesso aos elementos fundadores de sua experiência, de nada valia apoiar-se em seus relatos para se determinar o fundamento dos fatos desencadeados por suas ações. Além disso, se as causas dos fatos psíquicos não se apresentavam no campo de consciência dos indivíduos, mais inacessíveis eram as determinações inconscientes dos fenômenos ditos coletivos (DURKHEIM *et al.*, 1908, p. 4-5).

François Simiand, à sua vez, replicava Seignobos com a revisão do próprio conceito de causa, sobre o qual as ciências invariavelmente necessitam apoiar-se para formar seus sistemas explicativos. Distinguiu-se da posição dos historiadores tradicionais da seguinte maneira. Enquanto estes destacavam que os fenômenos por eles estudados eram promovidos por agentes conscientes e racionais, cujas motivações deveriam ser tomadas como causa dos acontecimentos históricos, o autor argumentava que, no paradigmático domínio da natureza, a noção de agente já havia sido substituída pelo uso de expressões como "o calor", "a eletricidade", etc., abstrações que serviam como indicações objetivas de uma dada categoria de fenômenos. Para se fixar em um entendimento de causa cujo sentido estivesse cingido ao estritamente positivo, o sociólogo então recusava certa confusão que dizia ser praticada na história entre as noções de causa e de agente.

Outra questão, que a esse tempo atravessava a querela entre historiadores e sociólogos, diz respeito à possibilidade ou não de se atribuir uma causa a eventos que ocorrem uma única vez, já que a impossibilidade de reprodução de um fenômeno torna difícil a identificação de suas determinações. Enquanto Seignobos admitia a possibilidade de se atribuírem fatores causais para acontecimentos históricos irrepetíveis, Durkheim defendia que as relações de causa implicam a existência de leis por meio das quais a associação entre causa e efeito vem a se repetir. Essa tese era complementada com o argumento de que as leis não são definidas com base nos casos em que a relação causa-efeito inexoravelmente se atualiza, sendo apenas necessário que a associação estabelecida entre dois elementos reciprocamente implicados seja de natureza a se reproduzir para que uma norma venha a se configurar. O sociólogo, além disso, separava dois objetos de estudo marcadamente distintos, os acontecimentos históricos e as funções sociais permanentes. No exame dos acontecimentos, encontrava-se uma massa indefinida de fatos a respeito da qual dificilmente se poderia introduzir uma ordem científica. No domínio das regularidades, por outro lado, estavam as funções, as instituições, os modos de pensar ou agir fixos e organizados, sobre cujos funcionamentos se poderia efetivamente lançar alguma luz.

Sobre o tema da causalidade, François Simiand compreendia que as ocorrências singulares, únicas de sua espécie, como não são explicadas por uma relação constante, não exigem a presença de um antecedente invariável, e, assim, não podem estar vinculadas a um princípio causal que as determine. Por essa razão, o trabalho de identificação das causas deveria contar com a possibilidade de reiteração dos fenômenos. Sustentava ainda a existência de um vínculo necessário entre a atribuição da causa de um fenômeno e o estabelecimento de uma lei pela qual seu funcionamento é ordenado, já que a causa só poderia ser encontrada em ocorrências de caráter regular, e a regularidade, à sua vez, importava a existência de leis segundo as quais os fatos se organizam.

Em resposta à restrição que os historiadores se impunham no sentido de dirigir seus próprios interesses à observação de fenômenos que aconteciam uma única vez, Simiand lhes prescrevia, portanto, que, ao contrário, considerassem os fatos que ocorrem segundo uma frequência definida, renunciando aos fenômenos acidentais e se dedicando aos que se repetem. Este seria o caminho pelo qual o estudo dos fatos humanos poderia constituir-se em autêntica ciência positiva. Com efeito, contingências e regularidades coexistiam no pano de fundo da história. Todavia, em lugar de se pôr em evidência a ordem sucessiva das contingências, o trabalho essencial deveria ser o de se extrair as relações estáveis que acompanhavam a ocorrência dos eventos.

Todas essas interferências da orientação sociológica no campo da história pretendiam indicar que o estudo voltado às relações objetivas e constantes do mundo social em lugar do exame mediato das motivações individuais tornava possível que se chegasse aos fatos estudados pela via direta de uma análise positiva dos fatos considerados, tornando dispensável, portanto, o recurso ao testemunho de terceiros.

#### 4.1.4 Fernand Braudel: os fenômenos regulares na dinâmica do tempo

Podemos dizer então que, num quadro geral, a história e a sociologia francesa no início do século XX dividiam seu interesse pelo passado, voltando-se a primeira para o que ali se podia reter de singular – os acontecimentos que se davam uma única vez –, enquanto as repetições, as relações fixas e regulares formavam o campo para o qual os sociólogos dirigiam sua atenção. Essa diferença entre as disciplinas motivava uma atitude de protesto da sociologia contra uma história que fosse restrita aos eventos singulares, pelo que os

sociólogos incitavam a comunidade dos historiadores a buscar uma ciência histórica que tivesse um caráter não eventual. Nessas circunstâncias, os historiadores foram levados a realizar uma aproximação com as demais ciências do social, posto que nessas outras regiões, onde os fenômenos de ocorrência regular ocupavam um lugar central, encontravam-se já disponíveis diferentes recursos para a construção de um novo projeto de ciência, como pretendiam os sociólogos.

Então, como resultado de uma comunicação intensa entre diferentes domínios, uma imperiosa e inadiável associação entre as ciências humanas teve lugar na França do século passado. A tendência tomou corpo inicialmente com a inauguração da *Revue de synthèse historique* de Henri Berr, em 1900, e, em seguida, com o movimento inaugurado por Lucien Febvre e Marc Bloch, quando da fundação do periódico *Annales d'histoire économique et sociale*, em 1929. A partir daí, a então chamada “nova história” expandiu sua compreensão e suas formas de proceder em relação ao estudo do passado, integrando entre os fenômenos de seu interesse tanto os fatos de repetição como os singulares, as realidades conscientes e as inconscientes. O trabalho do historiador tornou-se um ofício híbrido, marcado pelas premissas e pelas técnicas de seus investigadores vizinhos: economistas, sociólogos, antropólogos, geógrafos, psicólogos, linguistas, etc.

Já em meados do século XX, Fernand Braudel reatualizou os termos do antigo debate entre historiadores e sociólogos. À antiga provocação que a sociologia dirigia à história, colocando em dúvida seu status de ciência e exigindo dela modificações em seu método, Braudel respondeu redefinindo os termos da divergência que as separava. Sua aposta era de que a oposição entre sociologia e história estava primariamente ligada à atitude que assumiam em relação ao funcionamento e à dinâmica do tempo.

Não é à história que os sociólogos, finalmente e inconscientemente, querem mal, mas ao tempo da história – essa realidade que permanece violenta, mesmo se se procura ordená-la, diversificá-la, essa coação à qual o historiador jamais escapa. (BRAUDEL, [1958] 1978b, p. 111)

Dessa força imperativa do tempo, dizia o autor, os sociólogos quase sempre se evadem, seja no instante, dimensão estática da factualidade, em que a temporalidade permanece suspensa, seja nos fenômenos de repetição, que se comportam de forma quase constante no interior dos quadros da longa duração, pelo que nos dão a impressão de não pertencerem a nenhuma idade. Apontava, pois, a possibilidade de tal evasão como sendo a

controvérsia a partir da qual se constituía o verdadeiro debate entre historiadores e sociólogos (BRAUDEL, 1978b, p. 112).

Do ponto de vista de Braudel, a desconsideração das especificidades temporais dos fenômenos sociais, sua rapidez ou lentidão, sua ascensão ou declínio; a renúncia, enfim, ao exame da relação dialética entre as diferentes durações era o que comprometia a capacidade científica da empresa sociológica. Por outro lado, contemporizava com seus vizinhos ao admitir que a história não se reduz à presença do ineditismo ou da singularidade; "o inédito não é jamais perfeitamente inédito" (BRAUDEL, 1978b, p. 96). E escolhia apostar na coexistência entre o irrepitível e o regular, apoiando-se no ponto de vista expresso por Paul Lacombe (1894 *apud* SIMIAND, 2003, p. 177), segundo o qual os fatos seriam compostos de parte contingência e parte regularidade, parte individual e parte social.

História e sociologia se interpenetravam, portanto, em suas problemáticas, na medida em que necessitavam cruzar suas fronteiras para realizar seu trabalho de modo mais completo. Na sociologia, introduzia-se a ideia do passado em nome da repetição e da regularidade. Se o atual, para os sociólogos, cobria parte do seu trabalho, era indispensável explicar os fatos também por meio de sua recorrência no passado da humanidade. A história, por seu lado, voltava-se para o presente, a fim de ampliar sua consciência a respeito da relação entre as diferentes temporalidades. Não só buscava compreender o presente pelo passado, mas dava-se conta também de que a leitura dos fatos já ocorridos está sempre condicionada por questões que são colocadas pelos historiadores no tempo atual, pelo que o entendimento sobre o passado mostra-se sempre marcado pelo olhar que se lhe dirige a partir do presente.

Também no plano da longa duração, a história e a sociologia se reuniam e se confundiam. No interior desse quadro, o sociólogo necessitava assujeitar-se à rítmica dos tempos que os historiadores já elaboravam, para situar o aparecimento e a estabilidade dos fenômenos examinados. O historiador, por sua vez, mesmo tendo compreendido a importância de se estudar a regularidade dos acontecimentos, desejava ainda salvar a incerteza do movimento de massa, que demandava um olhar atento às singularidades, a tudo aquilo que tinha sua existência confinada na frágil brevidade dos instantes (BRAUDEL, 1978b).

Sobre todas essas questões, a palavra de Braudel era conciliatória. Mais do que a mera solução de conflito, compreendia o autor que a sustentação de uma ciência do social dependia de uma colaboração aberta entre os dois domínios. E projetava essa síntese desejada, afirmando que sociologia e história "eram uma só aventura do espírito, não o avesso e o direito de um estofo, mas o próprio estofo, em toda a espessura de seus fios" (BRAUDEL, 1978b, p. 98).

#### 4.1.5 Foucault e os acontecimentos discursivos. A regularidade na dispersão

Tendo sido descrito este cenário onde a história, em tensa relação com a sociologia, finalmente acede à imposição de se aproximar de um modelo de ciência que lhe havia sido sugerido, desejamos agora comentar a forma e o grau em que a *Arqueologia* teve sua produção condicionada por esse conflito que marcou o campo das ciências humanas e sociais no início do século XX.

Inicialmente, deve-se dizer que não foi apenas o apelo a condições positivas de análise que fez aparecerem gravadas no projeto foucaultiano as exigências trazidas à história por seus vizinhos sociólogos. Também no gesto pelo qual procurou constituir um espaço epistemológico próprio, já se nota o esforço realizado por Foucault para assegurar um plano de trabalho concebido em todo seu conjunto como antimetafísico. Nesse sentido, foi em nome da clareza e da distinção garantida pelo cuidado metodológico que contestou as sínteses promovidas por diferentes noções que dão sustentação ao tema da continuidade – tradição, influência, desenvolvimento, evolução, mentalidade, espírito.

É preciso pôr em questão, novamente, essas sínteses acabadas, esses agrupamentos que, na maioria das vezes, são aceitos antes de qualquer exame, esses laços cuja validade é reconhecida desde o início; é preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-las da sombra onde reinam. E ao invés de deixá-las ter valor espontaneamente, aceitar tratar apenas, por questão de cuidado com o método e em primeira instância, de uma população de acontecimentos dispersos. (FOUCAULT, 2000, p. 24)

Foucault, além disso, rejeitou a dimensão psicológica como estratégia de análise, evitando a consideração de categorias subjetivas que viessem a contribuir para a preservação da figura humana como fonte anterior à objetividade das práticas e dos discursos. Ao invés disso, deixou-se orientar por princípios cultivados na razão sociológica, voltando-se para a exterioridade dos fenômenos e se dedicando ao exame dos enunciados desde a positividade que condiciona seu aparecimento.

Descrever um conjunto de enunciados, não em referência à interioridade de uma intenção, de um pensamento ou de um sujeito, mas segundo a dispersão de uma exterioridade; não é certamente revelar uma interpretação (...). É estabelecer o que eu chamaria, de bom grado, uma positividade. Analisar uma formação discursiva é, pois, tratar um conjunto de performances verbais, no nível dos enunciados e da forma de positividade que as caracteriza; ou, mais sucintamente, é definir o tipo de positividade de um discurso. (FOUCAULT, 2000. p. 144)

Se afastou o acontecimento discursivo das categorias psicologizantes, negando o exame da consciência como via eleita para o exercício da análise histórica, recusou-se ainda a

ter em conta uma esfera psíquica inacessível ao pensamento, evitando a consideração da dimensão inconsciente e do exercício de interpretação que ela supõe. Preferiu, em lugar disso, cingir-se ao "enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação" (FOUCAULT, 2000, p. 31).

[essas relações entre enunciados] não constituiriam, de maneira alguma, uma espécie de *discurso secreto*, animando, do interior, os *discursos manifestos*; não é, pois, uma *interpretação* dos fatos enunciativos que poderia trazê-los à luz, mas a análise de sua coexistência, de sua sucessão, de seu funcionamento mútuo, de sua determinação recíproca, de sua transformação independente ou correlativa. (FOUCAULT, 2000, p. 33, grifo nosso)

Das integrações que a história havia realizado à época de Braudel, Foucault acolheu o convívio entre a singularidade e a repetição dos acontecimentos: uma vez introduzidos no campo enunciativo, os fatos de discurso tornavam-se disponíveis "à repetição, à transformação, à reativação" (FOUCAULT, 2000, p. 32). E, por atender à exigência de se estudar os fenômenos segundo a regularidade de suas ocorrências, pôde então supor a existência de leis segundo as quais eles se organizam.

Contestando, porém, a abordagem continuísta da história tradicional, que concebia o passado como uma cadeia de eventos bem conectados que nos traz à condição presente, o filósofo francês empenhou-se ainda em descrever a forma pela qual os elementos do discurso configuram um sistema que se ordena segundo o modo como tais elementos se afastam uns dos outros, em razão do processo de transformação ao qual estão constantemente submetidos. As leis às quais se refere são, portanto, normas que regem a forma pela qual os elementos do discurso se dispersam na linha do tempo, e não por meio da qual se coordenam ao longo de sua extensão.

(...) definir um conjunto de enunciados no que ele tem de individual consistiria em descrever a dispersão desses objetos, apreender todos os interstícios que os separam, medir as distâncias que reinam entre eles - em outras palavras, formular sua lei de repartição. (FOUCAULT, 2000, p. 37.)

É importante sublinhar que o interesse do filósofo pelo fenômeno discursivo guarda uma importante relação com a forma como os historiadores da ciência consideravam seu objeto de estudo. No capítulo *L'objet de l'histoire des sciences*, que integra a obra *Études d'histoire et de philosophie des sciences*, por exemplo, Georges Canguilhem se refere ao conhecimento científico como "discurso verificado sobre um setor delimitado da experiência" (CANGUILHEM, 2015, p. 11, tradução nossa). Segundo nos parece, a correspondência que os epistemólogos da história estabeleceram entre ciência e discurso foi o que finalmente autorizou Foucault a tomar os campos do saber como tipos particulares de agrupamentos enunciativos.



A divisão da ciência em grandes grupos normalmente reconhecidos na narrativa histórica tradicional (biologia, economia política, psicopatologia, etc) é, todavia, colocada em suspenso no texto da *Arqueologia*. Em lugar disso, o que se pretende é o exame de conjuntos que teriam permanecido invisíveis em benefício dessas individualidades históricas aceitas como naturais, imediatas e universais (FOUCAULT, 2000, p. 33). A supressão preventiva que se realiza em relação a tais agrupamentos previamente admitidos, tem por finalidade liberar o “conjunto de todos os enunciados efetivos (quer tenham sido falados ou escritos), em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um” (FOUCAULT, 2000, p. 30). Nessa enorme coleção de enunciados, assim dispersos no espaço do discurso em geral, tornar-se-ia possível restituir a cada um sua singularidade de acontecimento (FOUCAULT, 2000, p. 32), já que o seu exame já não mais dependeria do estabelecimento de elos de coerência ou de relações fixas com outros enunciados no interior de unidades anteriormente constituídas. Em resumo, seria possível mostrar que “a descontinuidade não é somente um desses grandes acidentes que produzem uma falha na geologia da história, mas já no simples fato do enunciado” (FOUCAULT, 2000, p. 32).

#### 4.1.6 Em conclusão

As observações anteriores nos mostram o modo como foram retomadas no texto de *A Arqueologia do Saber* as discussões travadas entre sociologia e história no início do século XX. Em posse dessas análises, desejamos agora sumarizar o raciocínio até aqui desenvolvido com o auxílio de algumas indicações pontuais.

Havíamos dito que, na França do início do século XX, a sociologia provocava a história a conduzir suas investigações em maior acordo com certo programa de ciência positiva que se queria ver assimilado ao grande campo das ciências sociais. O que, nesse contexto, se pretendia era a elevação do status dessas ciências, que se esforçavam para alcançar o grau de legitimidade já então atribuído às ciências da natureza. Em consequência do projeto sociológico, duas exigências fundamentais se colocavam. De um lado, o trabalho com a regularidade dos fatos históricos, o que assegurava o estudo de suas causas e das leis segundo as quais tais ocorrências vem a efeito; de outro, a investigação desses fenômenos considerados em sua presença no interior de um domínio objetivo, pelo que se identificavam com imposições provenientes do exterior. Essa circunscrição dos fatos estudados num plano

de objetividade possuía ainda a conveniência de indicar uma correspondência entre as realidades social e material.

Tal direção de trabalho resultou ainda na proscrição da orientação psicologista, tomada como a imagem invertida da investigação conduzida no domínio das objetividades: recusava-se o exame dos processos conscientes dos agentes implicados na ocorrência dos eventos históricos, bem como a investigação de fenômenos inconscientes que, individual ou coletivamente, eram eventualmente considerados motivadores de seu desencadeamento.

Apesar de os historiadores franceses ligados ao movimento dos *Annales* haverem incorporado à sua rotina de trabalho a preocupação com a regularidade das ocorrências históricas, não perderam, todavia, o interesse pelo que nelas havia de raro e excepcional. Submetidos à ação do tempo, os acontecimentos não escapavam à dimensão da finitude, pelo que se devia também levar em conta sua transitoriedade.

Considerados em seu conjunto, podemos dizer que tais pontos de tensão entre história e sociologia foram retomados no texto da *Arqueologia do Saber*, suscitando de seu autor uma tomada de posição em relação à controvérsia. Dessa circunstância, resultaram então algumas escolhas:

(i) o acontecimento discursivo foi pensado como irrupção que faz o enunciado aparecer num espaço geral no interior do qual vai estabelecer relações diversas com outros enunciados. Foi, assim, considerado na distinção que é própria de seu caráter emergente, no que apresenta de singular e irrecuperável. Mas foi igualmente concebido em sua regularidade, já que, tendo sido oferecido à escuta ou à leitura, torna-se imediatamente disponível a reativações, retomadas, reinscrições num dado campo de utilização em que passa a cumprir certa função. Nesse sentido, tanto o cuidado com a singularidade do fenômeno histórico quanto o interesse por sua repetibilidade foram integrados à reflexão teórica sobre o discurso no projeto arqueológico de Foucault.

(ii) a adesão a um projeto investigativo em conformidade com condições positivas de análise apareceu na consideração de um campo de exterioridade em que elementos diversos e articulados entre si servem à atividade enunciativa como condição de existência. Por conseguinte, foi colocado fora de circuito o tratamento das dimensões consciente e inconsciente da produção discursiva, desfazendo-se o laço pressuposto entre o dito e aquele que diz. O sujeito do enunciado foi tomado como uma função vazia e determinada que pode ser preenchida por diferentes indivíduos.

O que, portanto, exploramos no espaço intertextual no interior do qual a obra se apresenta, foi a evidência de sua relação constitutiva com as polêmicas estabelecidas entre

história e sociologia na primeira metade do século XX. Identificamos, na orientação de trabalho adotada por Foucault, a presença de um raciocínio teórico integrado que os novos historiadores já praticavam, porquanto estavam atentos tanto à singularidade dos fatos históricos, face sua suscetibilidade à força imperativa do tempo, como à sua recorrência, sua quase constância nos quadros da longa duração. Por outro lado, verificamos a recusa da dimensão psicológica como estratégia de investigação – o que seguia sendo interesse entre os historiadores dos *Annales* –, em benefício de uma posição sociológica que prescreve o estudo dos fenômenos segundo sua presença manifesta num campo de exterioridade.

#### 4.2 Sistemas de formação

Na seção anterior, pudemos dar-nos conta da presença de uma racionalidade sociológica que, no início do século XX, marcou certo campo da história, provocando os investigadores desse domínio a estarem em maior alinhamento com um programa de ciência social positiva que embalava as pretensões do recém-nascido campo da sociologia. Desde então, as fronteiras do fazer historiográfico foram expandidas e os limites de seu campo foram esmaecidos em razão da intensa troca de saberes e técnicas que se seguiu entre as ciências sociais nesse mesmo período.

Tivemos também a oportunidade de indicar que a Escola dos *Annales*, constituída no final da década de 1920, serviu como importante índice institucional e cronológico dessa nova direção de pesquisa, que foi então adotada por um coletivo de historiadores. O movimento que a partir daí se desdobra, ganhando fôlego e consistência com as publicações da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, aparece como uma tomada de consciência ou um esforço comum de organização desse novo projeto de trabalho que então se desenhava. Entre as principais aspirações de seu programa de estudo, estava a construção de uma metodologia comum às ciências do social, que se aproximavam e se reconheciam em seus frequentes encontros e interlocuções.

Essa nova orientação de trabalho, desde então desejada e perseguida por historiadores e cientistas vizinhos, encontrou apoio também nos desenvolvimentos da linguística que tiveram início com o trabalho de Ferdinand Saussure e sobretudo com a chamada revolução fonológica na década de 1920. Por sua inovação metodológica e reconhecido logro na comunidade científica, a linguística foi admitida por Lévi-Strauss (2008, p. 43) como "a única

que pode reivindicar o nome de ciência e que conseguiu ao mesmo tempo formular um método positivo e conhecer a natureza dos fatos que lhe cabe analisar".

Deslocando-se do estudo dos fenômenos linguísticos conscientes para o exame de sua infraestrutura inconsciente, a fonologia recusava-se a “tratar os *termos* como entidades independentes, tomando como base de sua análise, ao contrário, as *relações* entre os termos" (LÉVI-STRAUSS, [1945] 2008a, p. 45). Com esse passo, essa nova ciência linguística, que deve seu aperfeiçoamento e organização sobretudo aos resultados de Jakobson e Trubetzkoy<sup>19</sup>, introduziu no centro do trabalho investigativo a noção de estrutura.

O que nos cabe na etapa em que agora nos encontramos é verificar a forma como o conceito de estrutura pôde afetar o trabalho teórico dos historiadores por volta da metade do século XX. Com esse objetivo, somos levados a examinar as relações que à época se estabeleceram entre o campo da história e a antropologia de Claude Lévi-Strauss, dado que este se aproximou do trabalho dos linguistas com grande entusiasmo nesse período, haja vista o enfático destaque que concedeu aos êxitos e aos procedimentos de método desenvolvidos pela fonologia. Para o antropólogo, esse novo campo havia exercido para as ciências sociais o mesmo papel renovador que a física nuclear havia desempenhado em relação ao conjunto das ciências exatas (LÉVI-STRAUSS, 2008a, p. 45).

Por ocasião da aproximação de Lévi-Strauss com a linguística, as ciências sociais necessitavam se dirigir umas às outras por duas razões aparentemente contrárias. De um lado, ocupavam-se com o problema da separação de suas funções e competências. De outro, comunicavam-se pelo desejo de se definirem possíveis projetos de colaboração coletiva. Nessas exatas condições, a história e a antropologia francesas ensaiaram um importante debate sobre o aproveitamento dos avanços trazidos pela fonologia, oportunidade em que refletiram sobre a realidade e o funcionamento das estruturas.

Se, portanto, nos comprometemos com a tarefa de analisar a participação da análise estrutural no trabalho dos historiadores, acrescentaremos, por via acessória, o objetivo de se estudar a forma como o conceito de estrutura foi pensado em suas relações com a duração social, já que, no ofício historiográfico, as transformações sociais ocorridas no interior das estruturas passaram a ser mensuradas segundo a régua do tempo, o que adicionalmente coloca em questão a ocorrência de períodos de crise que separam entre si distintos intervalos temporais.

---

<sup>19</sup> João Henrique da Costa Cardoso (2012) oferece uma análise concisa e bem sistematizada dos estudos fonológicos realizados ao longo dos últimos cem anos em seu artigo *Breve histórico dos estudos fonológicos*, publicado em revista do Instituto Federal de Alagoas.

Nessa direção, acrescentaremos um comentário sobre a reflexão construída em *La dialectique de la durée*, de Gaston Bachelard, tendo em vista a importância dessa obra para a Escola dos *Annales*, que dela absorveu importantes concepções, como o entendimento sobre a pluralidade dos ritmos temporais, a dialética das durações e a descontinuidade como princípio de articulação temporal. Na seguinte passagem de José D’Assunção Barros, a relação estabelecida pelos historiadores entre a noção de estrutura e as diferentes durações é ilustrada com especial brevidade e eficiência.

No âmbito mais amplo da longa duração, o tempo se apresenta estrutural; em seu interior ocorrem mudanças. Estas, todavia, podem se resolver no interior da estrutura (um período com determinadas características) por conta de repetições, ciclos, regularidades. Outros tipos de eventos, ainda, os agitados acontecimentos não repetíveis dos quais o mundo político mais superficial nos fornece os melhores exemplos, pouco mais seriam do que “espumas” formadas nas cristas das grandes ondas históricas. Com esta possibilidade teórico-prática de articular diferentes ritmos de mudanças históricas, os *Annales* abrem espaço para se pensar o tempo em termos de um enquadramento de diferentes “durações” - projeto que assumiria sua forma mais sofisticada com a arquitetura historiográfica que Fernand Braudel chamaria de “dialética das durações”. (BARROS, 2012, p. 155)

Ao final do capítulo, examinaremos o grau e a forma de aproveitamento do método da análise estrutural no texto da *Arqueologia do Saber*, voltando-nos também para o tratamento que na obra se concede ao tema da temporalidade.

#### 4.2.1 Das distinções entre sociologia, etnologia, etnografia e história, segundo Lévi-Strauss

Se antes tivemos a ocasião de refletir sobre as modificações produzidas no quadro teórico da história em razão da provocação que os sociólogos dirigiram aos historiadores na França do início do século passado, precisaremos agora compreender o modo como a pesquisa antropológica passou a integrar esse debate desde sua estreita relação com essas disciplinas. Por essa via, estaremos habilitados a indicar o ponto de contato entre história e antropologia a partir do qual se tornou possível à *Arqueologia* incorporar em seu exercício de análise alguns traços do raciocínio estruturalista.

De partida, deve-se ter em conta que, na categorização utilizada por Lévi-Strauss em meados do século XX, a sociologia não era tida como domínio claramente distinguido da etnografia e da etnologia, hoje classificadas como direções específicas de trabalho na ciência antropológica. Talvez por essa razão as comparações e os conflitos que haviam levado

historiadores e sociólogos a se desafiarem no exame crítico de suas diferenças tenham sido eventualmente transpostas para as relações então estabelecidas entre história e antropologia.

Em seu artigo *Histoire et ethnologie*, que integra uma das edições da *Revue de Métaphysique et de Morale* do ano de 1949, Lévi-Strauss retoma o jogo de tensões que opôs história e sociologia nas primeiras décadas do século XX. Para construir sua posição no debate, propôs o antropólogo que se deixasse de lado o termo sociologia, que acreditava corresponder a uma ciência cujos desenvolvimentos ainda não haviam justificado plenamente a amplitude e a complexidade de seu projeto. Isso posto, dedicou-se ao exame das diferenças entre história, etnografia e etnologia, reconhecendo essas duas últimas como subdivisões metodologicamente mais bem definidas da prática sociológica. Tais subdivisões foram preliminarmente distinguidas por Lévi-Strauss mediante a descrição sumária da etnografia como campo de "observação e análise de grupos humanos (...), visando a restituição, tão fiel quanto possível, do modo de vida de cada um deles" (LÉVI-STRAUSS, [1949] 2008c, p. 14) e da etnologia como prática resultante de um uso comparativo dos documentos apresentados pelos etnógrafos:

Quais são, de fato, as diferenças entre o método da etnografia (tomando o termo no sentido estrito, definido no início deste artigo) e o da história? Ambas estudam sociedades que são *outras* em relação àquela em que vivemos. O fato de tal alteridade estar ligada a um afastamento no tempo (por menor que seja) ou no espaço, ou mesmo a uma heterogeneidade cultural, é secundário, diante da similitude das posições. (LÉVI-STRAUSS, 2008c, p. 30)

No que concerne ao método de trabalho utilizado, explicava o autor que etnógrafo e historiador apresentam fatos em conformidade com exigências semelhantes, de sorte que os documentos produzidos pelos etnógrafos podiam igualmente servir aos historiadores sempre que as observações fossem escalonadas em um período de tempo suficientemente extenso para que se tornassem úteis ao trabalho historiográfico. A diferença mais importante estaria entre história e etnologia. Lévi-Strauss nos propôs que ambas fossem distinguidas segundo a natureza dos dados com os quais organizam seu conhecimento.

Propomo-nos a mostrar que a diferença fundamental entre elas não é nem de objeto, nem de objetivo, nem de método e que, tendo o mesmo objeto, que é a vida social, o mesmo objetivo, que é a melhor compreensão do homem, e um método em que varia apenas a dosagem dos procedimentos de pesquisa, elas se distinguem sobretudo pela escolha de perspectivas complementares. A história organiza seus dados em relação às expressões conscientes, e a etnologia, em relação às condições inconscientes da vida social. (LÉVI-STRAUSS, 2008c, p. 32)

Em poucas e bem organizadas palavras, o antropólogo define a meta que orienta o trabalho dos etnólogos, indicando as relações que ligam os fenômenos inconscientes à realidade das estruturas.

Seu objetivo é atingir, para além da imagem consciente e sempre diferente que os homens formam de seu devir, um inventário das possibilidades inconscientes, que não existem em número ilimitado, cujo repertório e cujas relações de compatibilidade ou incompatibilidade que cada uma mantém com todas as outras fornecem uma arquitetura lógica a desenvolvimentos históricos que podem ser imprevisíveis, mas nunca são arbitrários. (LÉVI-STRAUSS, 2008c, p. 38)

De todo modo, história e etnologia não ignoravam a face complementar do aspecto ao qual se dedicavam, ainda que admitissem preferência pelas dimensões consciente ou inconsciente dos fenômenos coletivos. Assim, mesmo caminhando em direções diferentes na realização de uma tarefa semelhante, as duas ciências finalmente coincidiam em seu trabalho quando buscavam deduzir a estrutura inconsciente que produzia e sustentava a realidade social. Com efeito, essa estratégia de análise demandava o recurso à compreensão historiográfica: “Ao mostrar instituições que se transformam, só ela [a história] permite extrair a estrutura subjacente a formulações múltiplas e que permanece através da sucessão de eventos” (LÉVI-STRAUSS, 2008c, p. 36). Pela análise das relações existentes entre as instituições, seria possível encontrar, “por detrás do caos de regras e costumes, um esquema único” (LÉVI-STRAUSS, 2008c, p. 36) que se provaria atuante nos diversos contextos locais e temporais.

Tal esquema não poderia corresponder nem a um modelo particular da instituição nem ao agrupamento arbitrário de características comuns a várias formas: consiste em relações de correlação e oposição, certamente inconscientes, (...) mas que, sendo inconscientes, devem estar igualmente presentes entre aqueles que jamais conheceram tal instituição. (LÉVI-STRAUSS, 2008c, p. 36)

#### 4.2.2 A estrutura social na etnologia

Antecipando os desenvolvimentos da linguística, o antropólogo teuto-americano Franz Boas já indicava a natureza inconsciente dos fenômenos culturais ao mostrar que a estrutura da língua foi desconhecida pelo falante até o advento da gramática científica (LÉVI-STRAUSS, 2008c). No raciocínio etnológico, a premissa da existência de uma dimensão subjacente às práticas culturais implicava ainda o fato de que certas formas mentais eram inconscientemente impostas aos indivíduos, independentemente do tempo e do espaço ao qual pertencessem. Colocava-se, assim, a necessidade de um trabalho de descrição das relações existentes entre as formas inconscientes que, articuladas no interior de uma estrutura, sustentavam as regras e os costumes praticados nas diferentes sociedades. Para acessar essas

relações, todavia, devia-se caminhar da superfície de observação até a zona dos elementos inconscientes ou pouco conscientes (BRAUDEL, 1978a).

Do ponto de vista do método, a correspondência em relação à ordem de grandeza dos fenômenos com os quais antropologia e fonologia se ocupavam trouxe à primeira a expectativa de utilização de um caminho análogo ao adotado pela fonologia. Se os fonologistas se voltavam ao esquema dos sons, dedicando-se a examinar suas formas de agrupamento e as estruturas infrafonêmicas que constituem a realidade subjacente ou inconsciente da língua, os antropólogos isolavam fatos sociais em escala próxima o suficiente para justificar um tratamento semelhante. Era, portanto, no “estágio ‘microsociológico’ que se poderia esperar perceber as leis de estrutura mais gerais, como os linguistas descobrem as suas no estágio infrafonêmico, e os físicos, no inframolecular, isto é, no nível do átomo” (LÉVI-STRAUSS, 2008a, p. 48).

Sobre a possibilidade de se incorporar o raciocínio estrutural em diferentes disciplinas, a posição de Lévi-Strauss era no sentido de que a sociedade poderia ser descrita como um conjunto de estruturas no qual cada uma delas corresponde a uma ordem ou um nível de realidade distinto. Nesse sentido, os fenômenos de parentesco configuram uma ordem de realidade relativa à investigação antropológica, enquanto fenômenos linguísticos, econômicos, históricos, por exemplo, participam de outras camadas cuja responsabilidade de análise recai sobre os campos vizinhos (LÉVI-STRAUSS, [1958] 2008b). A análise estrutural demandava, portanto, a identificação e o isolamento do nível de realidade pertinente ao trabalho do investigador, razão pela qual implicava o recorte de um grupo especial de fenômenos. No interior de cada nível estrutural seria ainda possível distinguir dois planos, já que a *ordem vivida*, equivalente à realidade objetivamente registrada pelo antropólogo, supõe a existência de uma *ordem concebida*, que serve como matriz formal ao conjunto dessas manifestações concretas (LÉVI-STRAUSS, [1952] 2008b).

Na antropologia, para caminhar de uma dimensão a outra, as relações sociais deviam ser tomadas como matéria-prima para a construção de modelos explicativos que evidenciavam a estrutura social (LÉVI-STRAUSS, 2008b, p. 301). Logo, a primeira tarefa era a de se determinar os fatos a serem examinados, o que condicionava as demais etapas do trabalho. Dessa observação inicial, seguia-se o isolamento dos elementos pertinentes à análise da estrutura e a determinação de suas relações no seio dessa realidade observada (BRAUDEL, 1978a). Esse trabalho era ainda conduzido com apoio das ditas matemáticas sociais que, afastando-se da perspectiva quantitativa tradicional, privilegiavam a importância dos dados qualitativos. A essas matemáticas, ao invés de números, ofereciam-se relações. Uma vez



rigorosamente definidas tais relações, a elas eram atribuídos sinais descritivos, para que suas propriedades fossem corretamente representadas em linguagem formal. Em consequência disso, aspectos diversos do universo cultural tinham seu funcionamento explicado com o auxílio de um conjunto de formulações matemáticas.

#### 4.2.3 Duração social em Bachelard

Passemos agora à análise da forma como a duração social apareceu refletida no trabalho de Gaston Bachelard, para em seguida examinarmos o modo como seu raciocínio foi incorporado ao trabalho dos historiadores. Ao termo desta seção, poderemos verificar as circunstâncias em que a noção de estrutura precisou ser confrontada com uma certa compreensão de duração social para ser integrada ao campo da história.

Desde que as reflexões filosóficas de Bachelard apresentaram o esboço de uma psicologia temporal, a relação que os cientistas sociais mantinham com a dimensão do tempo sofreu considerável mudança. Apoiemo-nos em alguns momentos da obra *La Dialectique de la Durée* para brevemente apresentar algumas das ideias de Bachelard que contribuíram nesse sentido. Consideremos, assim, quatro noções com as quais o filósofo fundou uma certa forma de se pensar o Ser na duração. São elas: o *ensino*, a *conduta*, o *ritmo* e a *memória*.

No que diz respeito à primeira das noções mencionadas, Bachelard (1936/1988) sustenta uma tese com apoio no trabalho do psiquiatra Pierre Janet, segundo a qual o tempo vivido deve ser explicado com base no tempo pensado. Estabelece, assim, relações entre a experiência do tempo e a causalidade psicológica. Sob a base desta compreensão está sobretudo a relação fundante que Janet firma entre o saber e o ensinar. Para saber, é preciso antes ensinar, seja na relação dita pedagógica, seja no exercício introspectivo por meio do qual organizamos nossos pensamentos. E o gesto didático, em ambas as circunstâncias, impõe uma sequência de ações ordenadas por meio do qual demonstramos o que pretendemos ensinar.

Aplicando-se esse raciocínio à problemática temporal, tem-se que o tempo, para ser sabido, deve ser explicado. Seu conhecimento não é imediato, sendo o esforço que se realiza para explicá-lo o que efetivamente constitui o fenômeno psicológico temporal. “Nossa história pessoal nada mais é assim que a narrativa de nossas ações descosidas” (BACHELARD, 1988, p. 39). Para contá-la, conferimos-lhe continuidade por meio de razões

que conectam momentos separados entre si. Sendo assim, sua ordem não é registrada com apoio em uma compreensão imediata e intuitiva, mas segundo motivos que a tornam coerente para quem pretende comunicá-la. Uma realidade temporal definida se sustenta, portanto, no trabalho de organização inteligível de um certo conjunto de instantes apartados no tempo.

Mas, segundo nossa localização em relação ao tempo, assumimos diante dele uma conduta diferente por percebê-lo ora como obstáculo ora como ponto de apoio, conforme nos situemos em sua duração vazia ou em seu instante fecundo. Isso nos traz à segunda chave explicativa com a qual Bachelard constrói sua reflexão sobre o Ser e a duração. No que a isso se refere, Bachelard retoma mais uma vez Pierre Janet, que admite dois tipos possíveis de movimento em relação ao tempo: uma conduta primária, que equivale a um gesto adaptado ao espaço – seu caráter é inaugural e sua duração, efêmera; e uma conduta secundária, que diz respeito à força adicionalmente acrescentada para fazer a conduta primária perdurar no tempo. O prolongamento do ato inicial, dá-se, pois, por um esforço de continuação. Torna-se possível, assim, separar a vontade originária, que desencadeia o ato, de outra que o continua. É, portanto, pelo trabalho da razão, da intenção clara e da obstinação que os atos primeiros podem ser sustentados para além de sua existência fugaz.

O terceiro artifício de exposição é a noção de ritmo. Para refletir sobre a construção da duração, Bachelard evoca o raciocínio de Gaston Roupnel, para quem a continuidade do passado histórico depende do movimento de sucessivos recomeços. Desse ponto de vista, só perdura aquilo que tem razões para recomeçar. O fenômeno rítmico é assim tomado como fundamento da eficácia temporal. Por isso, cada divisão do tempo histórico deve ser estudada segundo seu ritmo particular. E, se a permanência no tempo se dá pelo ordenamento de sucessivos recomeços, o ritmo das durações equivale a um sistema no qual o trabalho de continuação se renova a cada reinício.

A memória, quarta e última chave, é descrita pelo filósofo como faculdade que, servindo-se da razão, responde pela organização da duração vivida. Se a experiência de duração encerra em si a matéria das recordações sem, no entanto, oferecer sua localização, a memória cumpre o papel de isolar e datar os acontecimentos, ordenando-os numa esquematização com a qual se constituem as narrativas sobre nosso passado. A vida pregressa seria, portanto, construída na memória por um sistema artificial que, sob o pretexto de ligar certos acontecimentos, organiza-os em sequência, de modo a eliminar o intervalo que eventualmente os separa.

Face a constatação desse trabalho de montagem por meio do qual a duração é construída, tem-se que a continuidade do tempo para o psiquismo não é um dado, mas o

resultado de uma elaboração que, procedendo por saltos, exclui intervalos inúteis, para isolar centros especiais de causalidade. Mesmo apresentando-se numa ordem de sucessão, os acontecimentos com os quais a compreensão do tempo se forma não estão interligados de forma imediata. No plano da consciência, a elaboração temporal descontínua seria a regra, e a continuidade pela qual o passado se desenha, o resultado de um trabalho que produz a duração vivida com auxílio da razão.

Vê-se, assim, que a dialética do Ser na duração proposta por Bachelard se sustenta sobre uma oposição ativa entre instantes vivos e outros vazios desde a qual se constrói uma sequência de acontecimentos em aparente continuidade.

O ritmo de ação e de inação parece-nos inseparável de qualquer conhecimento do tempo. Entre dois acontecimentos úteis e fecundos, é preciso que se exerça a dialética do inútil. A duração só é perceptível em sua complexidade. Por mais pobre que seja, ela se coloca ao menos numa oposição com limites. Não temos o direito de tomá-la como um dado uniforme e simples. (BACHELARD, 1988, p. 41)

Ou ainda pelas palavras de Eugène Dupréel:

Com efeito, toda realidade conhecida o é sob a marca de uma série de acontecimentos sucessivos ou concomitantes, percebidos enquanto termos regulares de uma mesma ordem, entre os quais há um intervalo sempre ocupado por acontecimentos indiferentes. (DUPRÉEL, 1933, p. 23 APUD BACHELARD, 1988, p. 82)

#### 4.2.4 Duração social em Braudel

Vejamos agora como os historiadores vão se servir de algumas noções fundadas no trabalho de Bachelard, para aplicá-las – de forma consideravelmente modificada, sem dúvida – aos problemas da história. Em suas pesquisas, o aproveitamento da noção de ritmo vai colocar em relação distintas faixas temporais, pelo que a dialética da duração referirá, nesse caso, à relação existente entre estruturas relativas a diferentes periodizações. De outra parte, o sistema de instantes que Bachelard supõe para uma trajetória biográfica será substituído pela ordenação da série documental. Dispondo as fontes históricas em ordem sequenciada, de modo a encadeá-las segundo as unidades do tempo, os historiadores serão então capazes de “identificar permanências, de perceber ciclos, de avaliar pequenas variações” (BARROS, 2010a, p. 76).

Sabemos que a história tem a temporalidade como elemento central do seu ofício. O que os historiadores ligados ao movimento promovido por Lucien Febvre e Marc Bloch

compreenderam com o desenvolvimento da História Econômica nas primeiras décadas do século passado é que o tempo, mesmo seguindo numa escala única, pode ser fracionado segundo critérios distintos. Passou-se então a falar de uma temporalidade múltipla e os modelos explicativos começaram a cobrir durações que variavam de acordo com a realidade registrada. Além do trabalho com as diferentes periodizações, os historiadores franceses voltaram-se também para os pontos de ruptura que separavam certas faixas de acontecimentos por ocasião das crises que modificavam a realidade social.

Em meados do século passado, Braudel nos dizia que as outras ciências do social escapam à explicação histórica ora se apoiando no tempo sincrônico, atualização da realidade social, ora descansando sobre os fenômenos de repetição. Recorrem, por outras vezes, à "formulação matemática de estruturas quase intemporais" (BRAUDEL, 1978a, p. 55). Esquivam-se, portanto, do tempo imperioso que serve de bússola ao trabalho dos historiadores, tempo inescapável a constringer todas as realidades particulares.

Diferentemente, o tempo dos historiadores "prestar-se-ia menos, (...) ao duplo jogo ágil da sincronia e da diacronia" (BRAUDEL, 1978a, p. 73), porque não permite tratar os fatos como se estivessem suspensos numa realidade imóvel. Para esses cientistas, devia-se submeter a dimensão do tempo ao trabalho de mensuração, relacionando-se cada fenômeno a um ponto no interior de uma escala na qual vários outros se distribuem. Em lugar dessa oposição entre análises de caráter sincrônico e diacrônico, trabalhava-se na ciência histórica com um tempo social decomposto em diferentes realidades cronológicas. Na sua menor medida, recortavam-se os eventos criadores de instantes decisivos no passado, tomava-se em consideração o tempo curto das diferentes formas de vida, das diferentes ordens de realidade nas quais o social poderia ser refletido. Essa faixa estreita de acontecimentos compunha o tempo da historiografia dita tradicional, que havia sido privilegiada na França no final do século XIX.

Outras periodizações menos comprimidas, porém, começaram a ser consideradas pela história econômica, que se orientava pela oscilação cíclica dos índices financeiros. Trabalhando com extensões que variavam em torno de poucas dezenas de anos, os historiadores voltados aos fenômenos da realidade econômica consolidaram um tempo dito conjuntural, cujo recitativo transpunha a duração espremida das narrativas "tradicionais":

(...) uma curva dos preços, uma progressão demográfica, o movimento dos salários, as variações da taxa de juro, o estudo (mais imaginado do que realizado) da produção, uma análise precisa da circulação reclamam medidas muito mais amplas. Aparece uma nova forma de narrativa histórica, digamos o "recitativo" da conjuntura, do ciclo, até mesmo do "interciclo", que propõe à nossa escolha uma

dezena de anos, um quarto de século e, no limite extremo, o meio século do ciclo clássico de Kondratieff. (BRAUDEL, 1978a, p. 47)

Com esse passo, outros níveis de realidade passaram a ser também analisados segundo esse novo ritmo de vida:

As ciências, as técnicas, as instituições políticas, as ferramentas mentais, as civilizações (para empregar essa palavra cômoda), têm igualmente seu ritmo de vida e de crescimento, e a nova história conjuntural, só estará no ponto, quando houver completado sua orquestra. (BRAUDEL, 1978a, p. 48)

Finalmente, para além do tempo conjuntural, uma nova temporalidade, de amplitude secular, começou a ser utilizada na pesquisa historiográfica. Uma longa duração, de “respiração mais contida” (BRAUDEL, 1978a, p. 44), abriu espaço para o desenvolvimento de uma história inconsciente, que justificava o exame de formas subjacentes à realidade social e sua quase imunidade às perturbações do tempo. O tempo longo era, pois, o tempo com o qual os historiadores se dedicavam ao exame das estruturas. Essa fórmula logo passou a designar o oposto da história acontecimental, aquela dedicada ao tempo curto da historiografia tradicional.

Braudel (1978a) afirmava que a "tendência secular", limite extremo do tempo cíclico e conjuntural praticado na história econômica, havia fornecido uma primeira chave para compreensão da longa duração e que a segunda, mais importante, era o conceito de estrutura, com a qual se podia efetivamente operar os problemas do tempo longo.

À noção de estrutura, os cientistas sociais atribuíam a qualidade de um arranjo coerente, cujas relações fixas e precisas entre seus elementos internos determinavam seu funcionamento geral. A essa compreensão de caráter mais arquitetural, os historiadores acrescentaram a dimensão do tempo, que numa estrutura era sempre veiculado no limiar mais baixo de sua motilidade. Em razão de sua persistência, as estruturas atravancavam a história, servindo como obstáculos às transformações na cultura. Por outro lado, eram também o suporte sobre o qual a vida social se preservava, se repetia e se continuava.

Com a incorporação do raciocínio sobre a estrutura no trabalho historiográfico, tornou-se possível, então, desprender-se em alguma medida do tempo exigente da história. O conjunto dos fatos de interesse do pesquisador podia ser examinado desde sua distribuição em uma extensa infraestrutura que lhe servia de sustentação. E, repousando as demais faixas sobre essa duração maior, trabalhava o historiador no sentido de articular o tempo longo com suas formas decompostas, o tempo conjuntural e o tempo curto, tornando possível a investigação dos fenômenos sociais em conformidade com os diferentes ritmos dos quais participam. Um evento, dizia-se,

(...) pode carregar-se de uma série de significações ou familiaridades. Dá testemunho por vezes de movimentos muito profundos e, pelo jogo factício ou não das 'causas' e dos 'efeitos' caros aos historiadores de ontem, anexa um tempo muito superior à sua própria duração. (BRAUDEL, 1978a, p. 45).

Assim, a história oferecia sua explicação do social, apelando ao entrecruzamento das cadências nas quais os acontecimentos se inserem: "Cada 'atualidade' reúne movimentos de origem, de ritmo diferentes: o tempo de hoje data, ao mesmo tempo, de ontem, de anteontem, de outrora" (BRAUDEL, 1978a, p. 54). Além disso, era possível assinalar as interrupções que separam as periodizações menores no interior das faixas mais longas. Observavam-se as alterações na estrutura que redistribuíam seus elementos estruturantes, do que decorriam variações no interior desses grandes sistemas que penetravam a longitude do tempo.

As durações sociais eram, portanto, solidárias umas às outras e as fragmentações do tempo produzidas pelo historiador eram reunidas e articuladas por ele ao termo de seu trabalho: "Longa duração, conjuntura, evento se encaixam sem dificuldade, pois todos se medem por uma mesma escala. Do mesmo modo, participar em espírito de um desses tempos, é participar de todos" (BRAUDEL, 1978b, p. 109).

#### 4.2.5 Sistema de formação

Retomemos agora, no texto de *A Arqueologia do Saber*, as discussões que antes introduzimos. Naquelas oportunidades, pontuamos importantes fundamentos sem os quais, acreditamos, a obra aqui estudada não teria alcançado a forma em que viemos a conhecê-la. Sua teoria sobre o discurso não teria sido possível na ausência dessa conjunção especial a partir da qual pôde tomar uma direção particular.

Inicialmente, cumpre dizer que a renovação vivida pela ciência histórica na primeira metade do século XX abriu espaço para que as questões do estruturalismo, já presentes e amplamente debatidas nos domínios vizinhos, pudessem afetá-la em sua dimensão própria. Isso significa dizer que a noção de estrutura não apenas trouxe à história uma compreensão relacional e sistêmica do social, mas teve ainda de ser traduzida em termos de sua existência no tempo. Foi, portanto, necessário pensá-la em suas implicações sobre a duração social, que constitui um eixo central da pesquisa historiográfica.

Com efeito, parece produtiva a compreensão de que o tempo longo na história foi "o efeito da elaboração, metodologicamente organizada, das séries", como admite Foucault

(2000, p. 9) na obra que aqui estudamos. Em consequência de sua aplicação aos recitativos de conjuntura de uma História Econômica, as séries quiseram expandir-se a periodizações mais extensas. Mas não apenas isso. A presença da longa duração no campo da história deve também seu aparecimento ao modo como as estruturas intemporais admitidas pelos etnólogos foram refletidas e apropriadas pelos historiadores.

Para Foucault (2000), a história devia o surgimento das novas questões que colocava e as formas inéditas de aproximação pelas quais tratava seus temas de interesse a transformações que vinham ocorrendo no interior de seu próprio terreno. O que se deve a isso acrescentar é que já não é tão seguro, desde o início do século XX, supor a existência de um espaço bem delimitado onde a ciência histórica pudesse despreocupadamente percorrer um certo conjunto de noções sobre o qual fosse possível assentar uma identidade claramente definida e distinguida das outras ciências sociais.

O estruturalismo, como princípio epistemológico, como fundamento racional de análise ou método de tratamento de uma realidade examinada é, acreditamos, um elemento que participa da estratégia explanatória oferecida em *A Arqueologia do Saber*. Em que aspecto particular e em que medida essa ferramenta aparece, como se dissipa ou se distancia de seu uso canônico na antropologia estrutural é o que nos propomos agora a analisar.

Inicialmente, deve-se admitir que a transferência do método estrutural praticado na fonologia para outras ciências do social tornou necessária a diferenciação dos possíveis extratos de análise, a fim de que se pudesse localizar um dado conjunto de elementos sobre os quais cada campo e cada pesquisador lograsse investir legitimamente seu interesse. Nossa suposição é de que a teoria discursiva foucaultiana foi, assim, conduzida a um trabalho de identificação e isolamento de um nível próprio, uma dimensão específica em que os efeitos examinados e suas determinações pudessem ser pensados no interior de suas próprias fronteiras. Uma ordem singular. Um espaço de reflexão pertinente aos fenômenos discursivos. Uma ordem, como então foi preciso dizê-la, do discurso.

Nesse nível particular de realidade, Foucault assumiu a presença de um sistema a partir do qual os elementos do discurso são formados. Esse sistema, tal qual a estrutura admitida pelos etnólogos, garante seu funcionamento pela constância de um dado conjunto de regras. Enquanto a estrutura na etnologia derivava das relações constituídas entre as formas inconscientes da experiência coletiva e universal, do que se desdobravam os diferentes complexos culturais, os elementos discursivos indicados na *Arqueologia* (objetos, conceitos, modalidades enunciativas, temas) tem sua formação possibilitada por um sistema que se organiza com base em relações fixadas entre componentes variados do universo social.

Esse *sistema de formação*, que dá causa à emergência e à transformação dos elementos do discurso, compreenderá diferentes tipos de relação entre unidades pertinentes aos vários níveis da realidade cultural: "instituições, técnicas, grupos sociais, organizações perceptivas, relações entre discursos diversos" (FOUCAULT, 2000, p. 79). Utilizamos aqui a palavra *cultura*, porque o caráter e a heterogeneidade das diversas instâncias admitidas por Foucault sugerem que o espaço onde se organizam as múltiplas relações no interior dos sistemas de formação corresponde a uma reapresentação modificada do campo de investigação dos etnógrafos, recortando-se aí os elementos segundo seu interesse relativo ao projeto de uma descrição dos acontecimentos discursivos. E, na medida em que o complexo das relações com o qual esse sistema se organiza é preservado na tessitura do tempo e do espaço social, a estabilidade resultante de seu funcionamento configura um conjunto de regras segundo as quais os elementos do discurso são ulteriormente formados. Os elementos que compõem o discurso são, portanto, o resultado de um exercício constante, de uma prática que estabelece relações determinadas entre os múltiplos componentes oferecidos pelo espesso e heteróclito universo da cultura.

Nesse aspecto da reflexão elaborada na *Arqueologia*, um problema de definição se coloca. Ainda que seu projeto teórico tenha se esforçado para definir um campo próprio de análise, comprimindo-o a um nível singular referido como o "espaço do discurso em geral" ou a "ordem do discurso", foi necessário ainda admitir uma subdivisão da faixa de fenômenos a serem examinados. Por um lado, era preciso dizer que os sistemas de formação

residem no próprio discurso; ou antes (já que não se trata de sua interioridade e do que ela pode conter, mas de sua existência específica e de suas condições) em suas fronteiras, nesse limite em que se definem as regras específicas que fazem com que exista como tal. (FOUCAULT, 2000, p. 81-82)

Por outro, admitia-se que, além de um "estágio terminal" em que as formas últimas do discurso aparecem dispostas na fina trama das superfícies textuais, com todo seu arranjo sintático, retórico, seu encadeamento frasal, sua ordem lógica, etc., havia ainda um nível anterior ao dessa construção acabada. Os "sistemas que tornam possíveis as formas sistemáticas últimas" (FOUCAULT, 2000, p. 84) se conservam aquém do extrato manifesto, razão pela qual devem ser reconhecidos como regularidades pré-terminais do discurso. Essa bipartição do nível de análise traçado precisou ser eventualmente justificada, recorrendo-se a razões que devolvessem ao discurso seu caráter unidimensional: "Pode-se mesmo qualificá-las [as relações que configuram os sistemas de formação] de 'pré-discursivas', mas com a



condição de que se admita que esse pré-discursivo pertence, ainda, ao discursivo" (FOUCAULT, 2000, p. 84).

Em resumo, o modelo teórico que se desenha no projeto arqueológico repete, à sua maneira, um traço fundamental e definidor do trabalho realizado na etnologia. Na forma como explorava o método da análise estrutural, Lévi-Strauss admitia a comunicação entre dois níveis distintos: uma estrutura permanente, constituída por relações fixas entre um certo conjunto de formas inconscientes, e uma camada onde se organizam as práticas culturais de uma sociedade que atualiza essa estrutura num tempo e num espaço particulares. No trabalho do arqueólogo, o que se leva em consideração na análise “são *regularidades pré-terminais* em relação às quais o estado final, longe de constituir o lugar de nascimento do sistema, se define, antes, por suas variantes” (FOUCAULT, 2000, p. 84).

Outra marca confirmadora do paralelo com a orientação investigativa etnológica deve ainda ser acrescentada. Na *Arqueologia*, em que pese o empenho diligente e a atenção vigilante com que se tenta esquivar a presença de uma causalidade psicológica no nível dos fenômenos discursivos, vê-se encadear ponto a ponto os componentes centrais da engrenagem que fez emergir o inconsciente como princípio de análise. Embora não explicitada, a retomada da estratégia psicanalítica que se opera no projeto arqueológico se faz notar sem dificuldades em uma resposta com a qual o autor expõe a finalidade de seu trabalho durante entrevista publicada no periódico *La Quinzaine Littéraire* durante o ano de 1968.

Meu trabalho (...), muito esquematicamente, é isto: tentar encontrar na história da ciência, do conhecimento e do conhecimento humano alguma coisa que nele seria como o inconsciente. Se você quiser, a hipótese de trabalho é, em resumo, a seguinte: a história da ciência, do conhecimento, não obedece simplesmente à lei geral do progresso da razão, não é a consciência humana, não é a razão humana que é de algum modo detentora das leis de sua história. Aquém do que a ciência sabe sobre si mesma, há alguma coisa que ela não conhece; e sua história, seu devir, seus episódios, seus acidentes obedecem a um certo número de leis e determinações. São essas leis e essas determinações que tentei trazer à luz. Busquei liberar um domínio autônomo que seria aquele do inconsciente do saber, que teria suas próprias regras, assim como o inconsciente do indivíduo humano também tem suas regras e suas determinações. (FOUCAULT, 1994, p. 665-666, tradução nossa)

Tomado esse excerto nos limites de seu recorte, parece possível afirmar que a posição em que o sujeito discursivo nele se inscreve é precisamente aquela do campo psicanalítico, que, sem dúvida, foi o mesmo que tornou possível nas ciências sociais a aproximação entre inconsciente e estrutura. Essa é também opinião de Paul Veyne, que dedicou uma de suas obras à biografia intelectual do filósofo.

Usando ou abusando de uma analogia freudiana, Foucault diz ter «tentado libertar um domínio autônomo que seria o do inconsciente do saber», «reencontrar na história da ciência, dos conhecimentos e do saber humano algo que seria como que o

seu inconsciente». «A consciência nunca está presente numa tal descrição» dos discursos; os discursos «permaneceram invisíveis», são «O inconsciente, não do sujeito falante, mas da coisa dita» (sou eu quem sublinha), «Um inconsciente positivo do saber, um nível que escapava à consciência» dos agentes, que eles utilizavam «sem que dele tivessem consciência». (VEYNE, 2009, p. 22)

Deve-se ressaltar, entretanto, que não é o problema da causalidade psicológica que aqui se coloca. Com efeito, a dualidade da premissa psicanalítica se mantém: duas dimensões se articulam no interior de um mesmo nível de análise. Uma é conhecida e a outra não. Uma encontra-se no espaço onde se pode vê-la, a superfície do enunciado; a outra está aquém desse nível manifesto. Ocorre, porém, que a teoria discursiva foucaultiana assenta um domínio investigativo cuja estruturalidade e função não haviam antes sido introduzidos por nenhuma outra iniciativa. Definindo-o enquanto "espessura imensa de sistematicidades, um conjunto cerrado de relações múltiplas" (FOUCAULT, 2000, p. 84), a dimensão autônoma de que Foucault nos fala é depositária das regras que determinam a existência e o aparecimento dos elementos que são exibidos no plano dos enunciados.

A vida e o desenvolvimento de todo o jogo enunciativo; seu trabalho, sua inconstância são, desse modo, determinados por esse sistema que lhe é implícito, um sistema que sobre os enunciados atua a partir de outra dimensão na qual a formação do discurso é autonomamente preparada. Essa faixa é desconhecida do próprio discurso. Não é sobre ela que ele se pronuncia. Mas é em razão do funcionamento que nela se opera que o discurso se torna capaz de dizer algo.

As relações que configuram o sistema de formação do discurso na *Arqueologia* não se encontram na face textual manifesta, não conectam as palavras ou as formas sintáticas, não articulam argumentos, não confrontam proposições. Conservam-se, em lugar disso, num plano anterior ao qual o dito não tem o direito de recorrer, espaço para o qual discurso não se volta a não ser pela excepcionalidade de uma condição metadiscursiva – se assim podemos admitir, face a possibilidade que a própria *Arqueologia* instaura com seu projeto analítico.

Entretanto, se esse átrio se mantém como espécie de antecâmara silenciosa para o discurso que se forma, algo como um ponto cego na extensão do campo ao qual o discurso lança seu olhar; para o arqueólogo, ao contrário, permanece realidade concreta e imediatamente identificável no seio da cultura. Na qualidade de "figura puramente empírica" (FOUCAULT, 2000, p. 147), campo constituído por elementos ditos não discursivos – isto é, anteriores ao estágio terminal do discurso –, o nível pré-discursivo pode ser referido como um *a priori* histórico das coisas efetivamente ditas, “um *a priori* que não seria condição de validade para juízos, mas condição de realidade para enunciados” (FOUCAULT, 2000, p.

146). Fica assim evidente o lugar de precedência do sistema de formação nessa relação dividida em que o nível discursivo se organiza.

Deve-se aqui entender o “não discursivo” como soma das técnicas, processos, comportamentos, aparelhos organizacionais, procedimentos e critérios adotados em diferentes instâncias da realidade social; em síntese, os mais diversos tipos de institucionalidade com os quais se coordena o sistema da cultura (FOUCAULT, 2000). Pode-se descrever esse conjunto como sendo as condições positivas que definem o campo desde o qual os elementos do discurso se desenvolvem. Nesse sentido, o aparecimento de uma disciplina psiquiátrica (isto é, de um discurso psiquiátrico) no início do século XIX, tal como comentado em *Histoire de la folie à l'âge classique*, é justificado da seguinte forma:

(...) o que a tornou possível na época em que apareceu (...), foi todo um jogo de relações entre a hospitalização, a internação, as condições e os procedimentos da exclusão social, as regras da jurisprudência, as normas do trabalho industrial e da moral burguesa, em resumo, todo um conjunto que caracteriza, para essa prática discursiva, a formação de seus enunciados (FOUCAULT, 2000, p. 202)

É possível, entretanto, apresentar fragmentos cujo esforço para uma descrição mais exaustiva dessas condições oferece uma caracterização surpreendentemente pródiga e minuciosa. Confronte-se, por exemplo, o excerto abaixo, de longa respiração e articulação eloquente, com a enumeração sumária apresentada logo acima.

Se, em nossa sociedade, em uma época determinada, o delinquente foi psicologizado e patologizado, se a conduta transgressora pôde dar lugar a toda uma série de objetos de saber, deve-se ao fato de que, no discurso psiquiátrico, foi empregado um conjunto de relações determinadas. Relação entre planos de especificação, como as categorias penais e os graus de responsabilidade diminuída, e planos psicológicos de caracterização (as faculdades, as aptidões, os graus de desenvolvimento ou de involução, os modos de reagir ao meio, os tipos de caracteres, adquiridos, inatos ou hereditários). Relação entre a instância de decisão médica e a instância de decisão judiciária (relação complexa, para dizer a verdade, já que a decisão médica reconhece totalmente a instância judiciária para a definição do crime, o estabelecimento das circunstâncias em que se deu e a sanção que merece, mas se reserva a análise de sua gênese e a estimativa da responsabilidade envolvida). Relação entre o filtro constituído pela interrogação judiciária, as informações policiais, a investigação e todo o aparelho de informação jurídica, e o filtro constituído pelo questionário médico, os exames clínicos, a pesquisa dos antecedentes e as narrações biográficas. Relação entre as normas familiares, sexuais, penais, do comportamento dos indivíduos, e o quadro dos sintomas patológicos e doenças de que eles são os sinais. Relação entre a restrição terapêutica no meio hospitalar (com seus limiares particulares, seus critérios de cura, sua maneira de delimitar o normal e o patológico) e a restrição punitiva na prisão (com seu sistema de castigo e de pedagogia, seus critérios de boa conduta, de recuperação e de libertação). São essas relações que, atuando no discurso psiquiátrico, permitiram a formação de todo um conjunto de objetos diversos. (FOUCAULT, 2000, p. 49-50)

Além do que até aqui pudemos comentar sobre a retomada do problema da estrutura no texto da *Arqueologia*, acrescentamos ainda o fato de que o sistema de formação, cujas regras são constituídas por esse complexo feixe de relações, não é indiferente ao curso do

tempo. Na dimensão temporal das formações discursivas, Foucault escolheu se ocupar da dispersão dos elementos do discurso, o que supõe, como resultado, a presença de dois níveis cronológicos. Uma dimensão mais ampla, no interior da qual o discurso opera suas transformações, e outra intermediária em que esses elementos são provisoriamente sustentados até o momento de sua modificação. Além dessas duas camadas, foi acrescentada ainda uma faixa temporal de realidade mais instantânea – aquela da irrupção de acontecimentos que dão ocasião à efetiva emergência de enunciados em sua existência singular. Essa articulação entre diferentes temporalidades repete o procedimento dos historiadores, que, no interior de uma longa duração, estrutura de amplitude secular, organizavam sucessíveis conjunturas separadas por intervalos de crise; e, na extensão dessas conjunturas, montavam séries de eventos.

Desse modo, por sua relação com a dinâmica do tempo, o *a priori* dos enunciados efetivamente formulados “não escapa à historicidade: não constitui, acima dos acontecimentos, e em um universo inalterável, uma estrutura intemporal” (FOUCAULT, 2000, p. 147). Nesse sentido, o sistema de formação introduzido pela *Arqueologia* se diferencia da estrutura considerada na análise etnológica. Os fenômenos de aparecimento, transformação, deslocamento, importação, que se devem à regularidade própria de seu esquema, são processos temporais e se encontram inseridos numa série de acontecimentos. Deve-se ainda destacar que, em certos limiares decisivos, esse mesmo sistema, que incorpora todas essas modificações ocorridas nos trilhos da longa duração, também se transforma.

Em conclusão, deve-se acrescentar que a dialética da duração, tese que é incorporada à investigação dos historiadores a partir dos esforços de Gaston Bachelard, precisou estar separada de seus pressupostos psicologizantes para ser finalmente introduzida no texto de Foucault. Do ponto de vista de Bachelard, é a causalidade psicológica que figura como fundamento da duração social. Os acontecimentos são organizados na memória de modo a se constituir a imagem da biografia individual pela exclusão de seus instantes vazios. Por nosso passado, diz Bachelard, “entendemos no máximo, de acordo com o sentido precisado por Pierre Janet, o que tínhamos desencadeado no tempo ou aquilo que, no tempo nos feriu” (BACHELARD, 1988, p. 39). A história pessoal é então fundada, costurando-se momentos que, na linha do tempo, encontram-se afastados uns dos outros. Fosse esse modelo explicativo aplicado ao quadro maior da organização social, ter-se-ia como efeito a suposição de algo como uma macroconsciência a cuja presença os eventos importantes estariam todos referidos. No quadro teórico da *Arqueologia*, entretanto, os efeitos de descontinuidade histórica têm seu fundamento no método da serialização documental. A justaposição de documentos que se

organizam segundo sua ordem no tempo faz aparecer aos olhos do analista acontecimentos discursivos que, rompendo com as estabilidades provisórias do saber, se apresentam como ocorrências descontínuas em relação aos eventos anteriores do mesmo sistema de formação.

#### 4.3 Materialidade discursiva

Além do que até aqui tivemos a ocasião de examinar, queremos acrescentar um aspecto com o qual os analistas que se apoiam nas pesquisas realizadas por M. Foucault têm se havido desde as premissas formuladas na *Arqueologia*. Referimo-nos à suposição de que o princípio material está entre os elementos constitutivos do fenômeno discursivo, compreensão que tem se apresentado não só como necessidade epistemológica, mas também como prescrição de método nas investigações desenvolvidas no âmbito das tendências francesa da análise do discurso.

Na condição de propriedade do fenômeno discursivo, parece pertinente referir o princípio da materialidade ao nome desde o qual seu caráter predicativo pôde, em primeiro lugar, ser derivado, pelo que procederemos a uma análise de percurso do próprio conceito de matéria, a fim de examinar alguns dos tratamentos importantes que essa noção recebeu no domínio das ciências sociais nos últimos séculos. Pretendemos, nesse sentido, verificar as condições sob as quais, segundo acreditamos, uma dada posição sobre o princípio da materialidade pôde se constituir nos textos da *Arqueologia do Saber* e da *Ordem do Discurso*.

Certamente, o conceito de matéria pode ser rastreado desde um ponto muito distante na história. Mesmo Marx (1902/1972), que o retoma de modo decisivo para as discussões pertinentes ao domínio das ciências sociais, precisou, no início de sua produção teórica, recorrer ao exame das relações existentes entre a filosofia da natureza em Demócrito e Epicuro. Pôde, assim, situar um certo entendimento sobre matéria que, por efeito de elaborações posteriores advindas de suas reflexões sobre os materialismos francês e inglês, viria a se tornar um dos princípios epistemológicos centrais em torno dos quais sua obra, em colaboração com Engels (MARX; ENGELS, [1945] 2003, [1932] 2007), se constituiria.

Em razão do recorte temporal de nossa pesquisa, entretanto, precisaremos estabelecer referenciais mais recentes no plano das sucessões históricas, pelo que, nesta oportunidade, retomaremos alguns momentos entre os séculos XIX e XX em que o conceito de matéria foi reelaborado, contribuindo para a criação de condições que tornaram possível à noção de

materialidade ver-se de algum modo refletida nos textos foucaultianos que aqui consideramos. Nessa direção, realizaremos um trajeto de análise que implicará a recuperação de certos aproveitamentos do conceito de matéria nas ciências sociais e na filosofia da linguagem que, segundo acreditamos, vieram a contribuir com a configuração de dado contexto teórico com o qual Foucault precisou se comunicar para construir sua posição na *Arqueologia*.

Nesse itinerário, incluiremos, (1) a maneira como o conceito de matéria aparece na pesquisa de Marx e Engels (2003, 2007), servindo como critério de base para análise das relações sociais de produção e das sucessivas formações sociais sustentadas pela tensão entre classes que permanecem em estado de contradição e luta. Em seguida, (2) consideraremos o ponto de vista durkheimiano no que diz respeito à equiparação que pretende entre os fenômenos de ordem social e material, sem, no entanto, fazê-los coincidir. Levaremos em conta ainda a forma como os critérios de exterioridade e coercitividade são colocados no trabalho de Durkheim (1895/2007) quando o autor propõe a noção de fato social, e avaliaremos o conceito de instituição introduzido em sua abordagem. Entendemos que suas modulações na compreensão da vida social serão determinantes para o cruzamento que o trabalho de Foucault realiza entre as dimensões discursiva e institucional. Do desenvolvimento teórico bakhtiniano, (3) discutiremos o modo como o filósofo aplicou a noção de materialidade ao signo enquanto produção ideológica, do que resultou certa concepção de materialidade semiótica, e analisaremos as relações que o signo ideológico mantém com outra realidade que ele reflete e refrata. Finalmente, (4) chegaremos às conexões que podem ser estabelecidas entre esses pontos de corte e as reflexões desenvolvidas por Foucault acerca da materialidade no discurso e no enunciado no contexto das obras *A Arqueologia do Saber* e *A Ordem do Discurso*.

A escolha que fazemos por esses autores se sustenta na importância que sua aproximação particular em relação ao conceito de matéria veio a adquirir no terreno das ciências sociais durante o século XX. Pelas mãos de Marx e Engels, o materialismo histórico se constituiu em base epistemológica (para alguns, método investigativo) que, durante o último centenário, assumiu protagonismo teórico junto ao positivismo científico, com o qual frequentemente rivalizou. Na sociologia de Durkheim, a noção de matéria não se apresentou, de fato, como instrumento teórico, estando presente, todavia, como elemento de comparação a partir do qual o próprio conceito de fato social pôde se definir. Trata-se, portanto, de uma categoria cujo papel na constituição dos pressupostos sociológicos foi exercido de forma

indireta. Finalmente, a entrada da obra de Mikhail Bakhtin na França da década de 1960<sup>20</sup> constituiu também um fator importante para a direção tomada pelos estudos discursivos a partir dos quais a análise do discurso francesa pôde então se configurar.

#### 4.3.1 O conceito de matéria em Marx e Engels

Reuniremos aqui duas produções importantes da obra de Marx e Engels que nos fornecerão meios para nos situarmos em relação ao modo como entre os autores veio a se constituir certa posição relativamente ao princípio material. Retomaremos, na *Sagrada Família*, a história do materialismo francês em um texto com o qual Marx contesta a versão oferecida pelos jovens hegelianos sobre o tema. Com a *Ideologia Alemã*, comentaremos a crítica que endereçaram a um materialismo por eles classificado como contemplativo – “o materialismo que não concebe o sensível como atividade prática” (MARX; ENGELS, 2007, p. 535).

O primeiro aspecto a ser destacado no modo como Marx, em particular, compreendia a história do materialismo a seu tempo está ligado ao efeito das intensas e significativas modificações que a filosofia, a partir do século das luzes, havia sofrido no curso histórico de seu desenvolvimento, o que o autor resumia pela indicação de que o iluminismo francês do século XVIII (e, concretamente, o materialismo francês) teria sido constituído nos moldes de uma oposição obstinada e irreduzível à metafísica do século XVII (MARX; ENGELS, 2003).

A metafísica seiscentista, todavia, mesmo derrotada pelo iluminismo francês, haveria sido restaurada na filosofia alemã especulativa do século XIX em consequência da obra paradigmática de Friedrich Hegel. Desde então, haveria se formado uma nova fase de enfrentamento à metafísica, a qual Marx atribuía o potencial de fazer sucumbir definitivamente a filosofia especulativa em favor de um materialismo coincidente com um humanismo prático, desenvolvido no interior dos movimentos socialista e comunista de base francesa e inglesa.

---

<sup>20</sup> Em que pese o fato de as primeiras traduções de Bakhtin para língua francesa terem sido realizadas na década de 1970 – após a publicação da *Arqueologia* de Foucault, portanto –, seu pensamento teórico já havia sido antes introduzido nesse mesmo ambiente pelos trabalhos de Julia Kristeva. O texto *Le mot, le dialogue et le roman*, por exemplo, com o qual a autora introduz a noção de intertextualidade em artigo publicado na revista *Critique* no ano de 1967, foi escrito com base em publicações do filósofo russo que datam de 1963 e 1965. A própria autora disso nos dá notícia em nota de rodapé desse texto no qual as noções de dialogismo e polifonia são diretamente evocadas.

No materialismo francês, Marx identificava duas tendências principais, formadas a partir dos trabalhos de Descartes e Locke. A primeira delas teria resultado de uma clara separação estabelecida entre os domínios da física e da metafísica. Descartes haveria concentrado seus esforços na investigação do movimento mecânico, concedendo à matéria força autocriadora. Tendo se desenvolvido sob essas bases, o materialismo cartesiano passaria a servir de apoio às ciências naturais. A tendência mecânica na França estava, portanto, associado à física de Descartes.

Já na Inglaterra, o trabalho de Locke havia fundamentado o princípio sensualista presente no ideário de Hobbes. E Hobbes, a sua vez, sucedera a Bacon, patriarca do materialismo inglês, para quem a verdadeira ciência – a ciência da natureza – deveria se apoiar numa física sensorial. Investida no exame da experiência, a produção de conhecimento deveria adotar um método racional que permitisse investigar, por meio da indução, da análise, da comparação, da observação ou da experimentação o que nos fosse oferecido por meio dos sentidos.

Por acompanhar raciocínios como esses, os desenvolvimentos de Marx e Engels mantiveram alguma relação com os pressupostos da ciência experimental, muito embora tais premissas fossem por eles consideradas unicamente no sentido das relações que poderiam estabelecer com os fenômenos de ordem social e histórica. Essa associação pode de algum modo ser indicada pela introdução da noção de *prática* no seio de sua teoria. Tal concepção foi por eles apresentada como atividade objetiva e material num contexto em que o material correspondia ao real e ao positivo. As propriedades atribuídas à prática social exigiam, portanto, que os objetos investigados fossem empiricamente observáveis, constatáveis ou passíveis de verificação.

Segue-se daí que essa transformação da história em história mundial não é um mero ato abstrato da “autoconsciência”, do espírito mundial ou de outro fantasma metafísico qualquer, mas sim uma ação plenamente material, empiricamente verificável, uma ação da qual cada indivíduo fornece a prova, na medida em que anda e para, come, bebe e se veste. (MARX; ENGELS, 2007, p. 40)

Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica. (MARX; ENGELS, 2007, p. 86-87)

Entretanto, apesar dessa relativa aproximação com o raciocínio experimental, os autores se posicionaram criticamente ante o empirismo que os precedeu, o que se torna mais evidente na revisão que fizeram do materialismo feuerbachiano. O argumento a esse respeito



era o de que a experiência foi por ele considerada apenas em uma dimensão contemplativa, sem se ter em conta a própria atividade social como elemento sensível. Havia também um importante contraste em relação ao entendimento que formavam sobre a natureza humana. Para Marx e Engels, Feuerbach não fazia mais que nela dissolver a essência religiosa. Tomando-a como abstração resultante da experiência individual, o filósofo humanista desconsiderava a importância de sua relação com os processos históricos reais por meio dos quais se produzem os meios de vida em sociedade.

Face a oposição estabelecida entre o que os autores chamaram de materialismo prático e materialismo contemplativo – distinção que elaboraram para marcar seu distanciamento em relação ao empirismo que lhes antecedia –, deve-se ainda considerar que o materialismo reivindicado em seu trabalho era, antes de mais nada, e dito de modo mais preciso, um empirismo prático. Se apagamos essa relação no conjunto de sua obra, talvez encontremos dificuldade em perceber que sua articulação com o empirismo parece não ter se concluído na sua tentativa de se divorciar dos traços subjetivos que formavam o sistema de pensamento inglês. A representação, a ideia, a intuição continuaram a existir no corpo da doutrina marxista, ainda que na condição de fantasmas ou distorções do real (MARX; ENGELS, 2003, p. 147). Os derivados da consciência eram compreendidos como ilusões provenientes da atividade sensível desenvolvida pelos seres humanos quando tomavam parte nas relações sociais de produção. Segundo pensavam os autores da *Ideologia Alemã*, “as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

#### 4.3.2 Da aproximação entre os fatos sociais e as coisas materiais

Igualmente ambivalentes em relação ao universo empirista, foram as posições do sociólogo Émile Durkheim, que, mesmo concebendo os fenômenos sociais como pertencentes a uma ordem de fatos que se apresentavam como inteiramente impostas ao indivíduo a partir do exterior, parece não ter de todo concluído a tarefa de suprimir a participação da dimensão mental no conjunto de elementos que seriam de interesse da sociologia, já que concebia a vida social como inteiramente feita de representações (DURKHEIM, 2007).

Tal como no caso anterior, a sociologia durkheimiana empenhou-se em evitar a imprecisão e a irrealidade dos fenômenos dados à consciência e apreendidos por meio da

introspecção. A mentalidade dos grupos deveria, desse ponto de vista, diferenciar-se daquela que seria própria à esfera individual, supondo-se assim que as representações coletivas eram formadas por leis diversas daquelas aplicáveis às associações de ideias que tinham lugar na consciência humana.

Aparentemente, o impulso iluminista que impunha à filosofia e ao trabalho científico se ocuparem com a apreensão de ideias claras e distintas, abandonando tudo quanto fosse aparentado à expressão confusa e indefinida das ocorrências subjetivas, encontrou nesse caso alguma dificuldade em buscar apoio no princípio da materialidade como pressuposto assegurador de um trabalho estável e seguro. Durkheim defendia que os fatos sociais não eram perfeitamente equivalentes às *coisas materiais*. Reivindicava, porém, que, em relação a elas, guardavam certa correspondência, pelo que seria possível conceder-lhes tratamento semelhante. Para o sociólogo, essa reificação dos fenômenos sociais demandava que se adotasse diante deles uma certa atitude mental. Uma atitude que implicava, por exemplo, considerá-los como sendo da ordem da exterioridade, de modo a discriminá-los dos fatos existentes na consciência particular (DURKHEIM, 2007). A noção de *coisa*, que então introduziu para explicar essa ordem de fenômenos, ao se apresentar como signo da exterioridade, contrapunha-se à noção de ideia, elemento que ocupava um lugar de destaque nos sistemas metafísicos.

Ainda que Durkheim não incluísse a classe dos fatos estudados pela sociologia na categoria dos fenômenos materiais, admitia, ao mesmo tempo, que eles assumiam um corpo, uma forma sensível que lhes seria própria, constituindo assim uma realidade *sui generis* (DURKHEIM, 2007, p. 7). Em razão da consistência que alguns deles adquiriam mediante a repetição, tais fatos isolavam-se de suas ocorrências particulares, garantindo assim uma identidade no conjunto dos hábitos coletivos. Tais seriam

a origem e a natureza das regras jurídicas, morais, dos aforismos e dos ditos populares, dos artigos de fé em que as seitas religiosas ou políticas condensam suas crenças, dos códigos de gosto que as escolas literárias estabelecem, etc. (DURKHEIM, 2007, p. 7)

Os fatos sociais eram também definidos como maneiras coletivas de agir e de pensar que tinham existência própria, haja vista pertencerem a uma realidade exterior ao espaço das consciências individuais. Sua independência em relação à vida mental devia-se ainda ao fato de serem encontrados já formados pelas gerações anteriores, de modo que os membros da sociedade se sentiam obrigados a levá-los em conta, inclusive porque demonstravam resistência sempre que desafiados na iniciativa individual. Assim, a síntese por meio da qual esses fenômenos eram constituídos tinha por efeito fixar fora dos indivíduos certas maneiras

de agir e certos julgamentos que não dependiam de cada uma de suas vontades. E a todos esses produtos instituídos de fora pelo hábito e pelo ânimo coletivos, formando determinadas regras de conduta, imperativos morais e demais práticas ou prescrições da vida social, Durkheim achou por bem designar como *instituições* – palavra que, alertava, deveria ser compreendida de modo a estender-se sua acepção ordinária. Resumia seu sentido na seguinte fórmula:

Com efeito, sem alterar o sentido dessa expressão, pode-se chamar instituição todas as crenças e todos os modos de conduta instituídos pela coletividade; a sociologia pode então ser definida como a ciência das instituições, de sua gênese e de seu funcionamento. (DURKHEIM, 2007, prefácio)

Como se vê, as noções de fato social e instituição não são facilmente discerníveis entre si, haja vista o atravessamento que interliga suas definições. Pode-se, todavia, sugerir a forma como se relacionam, indicando-se que o fato social, ao fixar seu efeito, institui-se como norma, sendo, portanto, a propriedade da fixidez o que eleva a categoria do fato social à ordem dos fenômenos institucionais.

#### 4.3.3 A materialidade semiótica em Mikhail Bakhtin

Retomando alguns dos problemas introduzidos pela filosofia de Marx e Engels, Bakhtin reclamou que os fenômenos ideológicos fossem compreendidos não como manifestações da consciência, mas a partir da regularidade social e objetiva de sua produção. As leis da realidade ideológica equivaliam às leis da interação semiótica, que, a sua vez, eram determinadas pelo conjunto das leis sociais e econômicas (BAKHTIN; VOLÓCHINOV, [1929] 2017). Pode-se dizer, portanto, que o autor fez uso de certa razão sociológica como esteio para o desenvolvimento de uma concepção de ideologia no interior da filosofia da linguagem.

Para articular seu entendimento sobre ideologia com problemas próprios ao campo da linguagem, foi necessária uma estratégia de reflexão teórica que lhe permitisse tratar os fenômenos linguísticos em sua realidade concreta. Sob esse aspecto, Bakhtin situa o problema da produção ideológica no campo dos signos, que, segundo propõe, tomam parte em duas realidades distintas. Uma delas corresponde a sua encarnação material, a apresentação física do signo; e a outra, exterior à primeira, é por ela refletida e refratada – compreendendo-se

com isso que esse outro domínio pode ser retratado pela base material do signo de modo fiel, distorcido, particularizado, etc. (BAKHTIN; VOLÓCHINOV, 2017, p. 93)

Assim considerada a problemática do signo, isto é, tomando-o pela junção necessária entre dois elementos distintos, o filósofo parece se aproximar de uma definição comentada criticamente por Saussure (2012, p. 105), segundo a qual a língua equivale a "uma lista de termos que correspondem a outras tantas coisas". Tal concepção guarda, na consideração crítica saussuriana, a desvantagem de supor ideias completamente feitas e pré-existentes às palavras. É de uma semelhante premissa, porém, que parte o autor quando assume que "a unidade linguística é uma coisa dupla, constituída da união de dois termos" (SAUSSURE, 2012, p. 106). Nesse caso, a união entre uma coisa é substituída pela ligação existente entre um conceito e uma imagem acústica. Presumindo o signo linguístico como uma entidade psíquica, Saussure sublinhou que a imagem acústica não é o "som material, coisa puramente física, mas a impressão psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos" (SAUSSURE, 2012, p. 106). E a isso acrescentou que "tal imagem é sensorial e, se chegamos a chamá-la 'material', é somente nesse sentido" (SAUSSURE, 2012, p. 106).

Apesar de seu esforço em situar a realidade do signo num plano totalmente objetivo, postulando sua existência como fenômeno do mundo exterior, Bakhtin (2017, p. 98) assumiu a palavra – fenômeno ideológico por excelência – como material semiótico da consciência, a partir do qual se constituiria o discurso interior. Exercendo sua função sígnica sem o acompanhamento de uma expressão externa, a palavra merecia, então, ser analisada a partir de sua natureza sociosemiótica, a fim de que fosse apreendido seu funcionamento como instrumento da consciência.

Nessa direção, o filósofo russo manifestou certa adesão a uma posição que considerava como uma mudança no neokantismo moderno operada a partir do trabalho de Ernst Cassirer. Cassirer pretendia o fenômeno da representação como traço fundamental da consciência, acrescentando, todavia, que as ideias eram tão sensoriais quanto a matéria. Mas especificava que esse aspecto sensorial da ideia se desdobrava a partir da realidade concreta do signo, correspondendo ao que se poderia conceber como uma sensorialidade representativa (BAKHTIN; VOLÓCHINOV, 2017, p. 94-95). Apoiando-se nesse raciocínio, Bakhtin propôs então que a manifestação da consciência depende de sua encarnação material nas formas sígnicas, pelo que se deve admitir que o signo ideológico tem por substrato uma materialidade semiótica e que esta materialidade decorre da interiorização do processo social de comunicação (BAKHTIN; VOLÓCHINOV, 2017, p. 93).

Se, portanto, levamos em conta a primazia da palavra como produto ideológico na compreensão bakhtiniana e ainda o fato de ser ela o elemento de que se constitui o discurso interior – fazendo, assim, emergir a consciência individual –, talvez possamos assumir que a condição material do signo apontada por Bakhtin é própria de uma sensorialidade representativa. Uma materialidade que, por resultar da interiorização da palavra, ganha forma em uma matéria de tipo semiótico. Por outro lado – e em que pesem as diferenças entre as aproximações sociológica e psicológica que divide os autores –, talvez possamos ainda explicar a concepção de materialidade em Bakhtin recorrendo ao modelo teórico saussuriano, já que, para o linguista, o signo tem uma imagem sensorial e é apenas nesse sentido que deve ser compreendido como matéria.

#### 4.3.5 Colhendo marcas da luta antimetafísica

Considerando o percurso que até aqui realizamos, por meio do qual indicamos certas modificações gradativamente introduzidas no conceito de matéria desde o fim da Idade Moderna, talvez possamos supor que o imperativo a constranger os domínios do conhecimento, fazendo com que voltassem seu interesse para o campo da exterioridade e apostassem no exame de elementos pertencentes a uma realidade exclusivamente objetiva, tenha sobrevivido do ânimo constituído desde a luta que o pensamento iluminista havia travado contra os sistemas metafísicos no século XVIII.

A utilização recorrente de estratégias de refutação que, a encargo de propor um caminho mais estável para a produção de conhecimento, se voltavam a todo tempo contra o campo do mentalismo, rejeitando a confusão inerente aos objetos apreendidos pela consciência e condenando o método introspectivo face à insuficiência de seus resultados, nos mostram com suficiente clareza o movimento reativo que se realizou no curso da filosofia a partir da crítica que os ilustrados dirigiram ao pensamento escolástico.

Tomemos alguns excertos dos textos aqui analisados, que, com alguma facilidade, nos permitem ver as marcas de uma atitude constituída desde o iluminismo que se caracteriza fundamentalmente pelo enfrentamento das impossibilidades do pensamento e do método próprios da ciência especulativa.

Em Marx e Engels, por exemplo, o projeto de uma ciência ligada ao processo de vida real dos homens só se pôde impor por meio de um esforço constantemente dirigido contra o

saber aplicado ao exame da consciência e de seus derivados. Disso temos índice em passagens como “A consciência [Bewusstsein] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [bewusste Sein], e o ser dos homens é o seu processo de vida real” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94); “A observação empírica tem de provar, em cada caso particular, empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, a conexão entre a estrutura social e política e a produção” (MARX; ENGELS, 2007, p. 93). Destacaríamos ainda:

Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. No primeiro modo de considerar as coisas, parte-se da consciência como do indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos, e se considera a consciência apenas como *sua* consciência. (MARX; ENGELS, 2007, p. 94)

O sociólogo Émile Durkheim, para formar oposição ao conceito de *ideia*, objeto central do sistema metafísico, decidiu propor em seu lugar a categoria das *coisas*, com a qual se poderia melhor especificar a natureza dos fatos sociais.

Não dizemos, com efeito, que os fatos sociais são coisas materiais, e sim que são coisas tanto quanto as coisas materiais, embora de outra maneira. O que vem a ser uma coisa? A coisa se opõe à ideia assim como o que se conhece a partir de fora se opõe ao que se conhece a partir de dentro. (DURKHEIM, 2007, prefácio)

Tratar os fatos de uma certa ordem como coisas (...) É abordar seu estudo tomando por princípio que se ignora absolutamente o que eles são e que suas propriedades características, bem como as causas desconhecidas de que estas dependem, não podem ser descobertas pela introspecção, mesmo a mais atenta. (DURKHEIM, 2007, prefácio)

Com efeito, ainda que [os fatos da psicologia individual] nos sejam interiores por definição, a consciência que temos deles não nos revela nem sua natureza interna nem sua gênese. (...) ela nos oferece impressões confusas, passageiras, subjetivas, mas não noções claras e distintas, conceitos explicativos desses fatos. E é precisamente por essa razão que se fundou neste século uma psicologia objetiva, cuja regra fundamental é estudar os fatos mentais a partir de fora, isto é, como coisas. (DURKHEIM, 2007, prefácio)

Na filosofia da linguagem de Mikhail Bakhtin, o plano ideológico e suas determinações se sobrepõem à existência da consciência individual, que às leis reguladoras dos processos ideológicos deve toda sua história de formação.

O que o idealismo e o psicologismo ignoram é que a própria compreensão pode ser realizada apenas em algum material sógnico (por exemplo, no discurso interior). Eles desconsideram que um signo se opõe a outro signo e que *a própria consciência pode se realizar e se tornar um fato efetivo apenas encarnada em um material sógnico*. (BAKHTIN; VOLÓCHINOV, 2017, p. 95)

Apesar das profundas divergências metodológicas, a filosofia idealista da cultura e os estudos culturais psicológicos cometem o mesmo erro crucial. Ao localizarem a ideologia na consciência, eles transformam a ciência das ideologias em uma ciência da consciência e suas leis, sejam elas transcendentais ou empírico-psicológicas. (BAKHTIN; VOLÓCHINOV, 2017, p. 95)

As leis objetivas sociais da criação ideológica, compreendidas erroneamente como leis da consciência individual, foram obrigadas forçosamente a perder seu lugar real na existência, ora passando às alturas supraexistenciais do transcendentalismo, ora às profundezas pré-sociais do sujeito biológico e psicofísico. (BAKHTIN; VOLÓCHINOV, 2017, p. 96)

A consciência individual não só é incapaz de explicar algo nesse caso, mas, ao contrário, ela mesma precisa de uma explicação que parta do meio social e ideológico. *A consciência individual é um fato social e ideológico.* Enquanto essa tese não for reconhecida com todas as suas consequências, a psicologia e a ciência das ideologias não poderão ser construídas de modo objetivo. (BAKHTIN; VOLÓCHINOV, 2017, p. 97)

De tudo o que foi dito decorre a seguinte tese metodológica: a ciência das ideologias de modo algum depende da psicologia e tampouco se baseia nela. Pelo contrário, como veremos mas detalhadamente em um dos capítulos subsequentes, é a psicologia objetiva que deve se basear na ciência das ideologias. A realidade dos fenômenos ideológicos é a realidade objetiva dos signos sociais. (BAKHTIN; VOLÓCHINOV, 2017, p. 98)

Para Foucault, finalmente, foi necessário conferir uma orientação inteiramente outra a seu trabalho, a fim de garantir uma distância segura em relação à análise do pensamento. Foi preciso a desconsideração declarada e pontual de um exame das operações da consciência. A todo tempo, impunha-se-lhe a recusa de explicações que se apoiassem em princípios reguladores da vida mental; era imperativo desviar-se das categorias psicológicas tradicionalmente aplicadas ao exame da experiência.

Aparece, assim, o projeto de uma *descrição dos acontecimentos discursivos* como horizonte para a busca das unidades que aí se formam. (...) essa descrição do discurso se opõe à história do pensamento. Aí, também, não se pode reconstituir um sistema de pensamento a partir de um conjunto definido de discursos. Mas esse conjunto é tratado de tal maneira que se tenta encontrar, além dos próprios enunciados, a intenção do sujeito falante, sua atividade consciente, o que ele quis dizer, ou ainda o jogo inconsciente que emergiu involuntariamente do que disse ou da quase imperceptível fratura de suas palavras manifestas; (...) A análise do pensamento é sempre *alegórica* em relação ao discurso que utiliza. Sua questão, infalivelmente, é: o que se dizia no que estava dito? A análise do campo discursivo é orientada de forma inteiramente diferente; trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. (FOUCAULT, 2000, p. 30-31)

(...) [as relações “pré-discursivas”] não especificam um pensamento, uma consciência ou um conjunto de representações que seriam, mais tarde, e de uma forma jamais inteiramente necessária, transcritas em um discurso, mas (...) caracterizam certos níveis do discurso, definem regras que ele atualiza enquanto prática singular. (FOUCAULT, 2000, p. 84-85)

Definiremos o sujeito de tal enunciado pelo conjunto desses requisitos e possibilidades; e não o descreveremos como indivíduo que tivesse, realmente, efetuado operações, (...) que tivesse interiorizado, no horizonte de sua consciência, todo um conjunto de proposições verdadeiras, e que delas retivesse, no presente vivo de seu pensamento, o reaparecimento virtual (nos indivíduos, isso não passa, quando muito, do aspecto psicológico e "vivido" de sua posição enquanto sujeitos enunciantes). (FOUCAULT, 2000, p. 108)

Examinando o enunciado, o que se descobriu foi uma função que se apóia em conjuntos de signos (...) e que requer, para se realizar, um referencial (...); um sujeito (não a consciência que fala, não o autor da formulação, mas uma posição que pode ser ocupada, sob certas condições, por indivíduos indiferentes); um campo associado (...); uma materialidade (que não é apenas a substância ou o suporte da articulação, mas um *status*, regras de transcrição, possibilidades de uso ou de reutilização). (FOUCAULT, 2000, p. 133)

Ora, o que se descreveu sob o nome formação discursiva constitui, em sentido estrito, grupos de enunciados, isto é, conjuntos de performances verbais que não estão ligadas entre si, no nível das *frases*, por laços gramaticais (...); que não estão ligados entre si, no nível das proposições, por laços lógicos (...); que tampouco estão ligados, no nível das *formulações*, por laços psicológicos (seja a identidade das formas de consciência, a constância das mentalidades, ou a repetição de um projeto); mas que estão ligados no nível dos *enunciados*. (FOUCAULT, 2000, p. 133)

Com as citações que acima organizamos, buscamos situar a função que o princípio da materialidade parece ter cumprido no conjunto dos autores aqui relacionados. O que com isso desejamos sugerir é que a noção de matéria, tomada de empréstimo das ciências naturais, veio se instalar nos espaços da teorização social, sob a promessa de garantir um ambiente seguro e adequado à produção investigativa. Desde então, tornou-se um critério privilegiado com vistas a realização de um trabalho suficientemente rigoroso nos diversos campos dedicados ao exame da cultura e da sociedade.

#### 4.3.6 Repercussões na materialidade enunciativa foucaultiana

Do conjunto de princípios defendidos pelos teóricos que reunimos em nossa trajetória de análise, pelo menos quatro deles acreditamos terem produzido importantes repercussões na teoria discursiva foucaultiana. Em suas reaparições na obra de Foucault, apresentam-se deslocados, é certo, mas sem dúvida carregados ainda das antigas funções que se lhes haviam sido atribuídas na tarefa de enfrentamento aos sistemas metafísicos. Poderíamos indicá-los, elencando-os como a noção de prática, o primado da materialidade, o sistema das instituições e a exterioridade como princípio regulador de análise. Quatro motivos orientadores a desenhar a lógica imanente e a direção de um projeto teórico que enlaça o discurso aos problemas da história.

Para, finalmente, comentar as posições assumidas por M. Foucault em relação aos tratamentos previamente concedidos ao tema da matéria no campo das ciências sociais, consideraremos dois aspectos ou elementos de sua pesquisa que foram abordados a partir de sua relação com o atributo da materialidade no contexto das obras *A Arqueologia do Saber* e



*A Ordem do Discurso*. O primeiro deles é a noção de *acontecimento*, categoria que parece funcionar como espécie de centro em torno do qual gravitam outros instrumentos teóricos introduzidos na *Arqueologia*. O segundo é o conceito de *enunciado*, eventualmente descrito na obra desde o conjunto de propriedades que o definem – dentre elas, sua existência material.

Na arqueologia foucaultiana, a noção de acontecimento, tomada emprestada dos historiadores, identifica as ocorrências relativas à história do saber com o fenômeno discursivo. Situados no interior de séries regulares, os acontecimentos são descritos como emergências enunciativas no espaço geral do discurso. Em uma consideração de ordem mais filosófica que historiográfica, porém, Foucault discute seu estatuto na *Ordem do Discurso* a partir de um contraste em relação a outras noções com as quais talvez se pudesse confundi-lo: "Certamente o acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos" (FOUCAULT, 1999, p. 57). Com efeito, esse exercício discriminativo parece implicar um desafio de resolução teórica. Se por um lado o autor nega que o acontecimento seja da ordem dos corpos, ao mesmo tempo admite que "ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva" (FOUCAULT, 1999, p. 57). Ainda que não seja ato ou propriedade de um corpo, "produz-se como efeito de e em uma dispersão material" (FOUCAULT, 1999, p. 57 - 58). Assumindo, portanto, a dificuldade que sua direção propõe, resume sua própria posição na sugestão de que "A filosofia do acontecimento deveria avançar na direção paradoxal, à primeira vista, de um materialismo do incorporeal" (FOUCAULT, 1999, p. 58).

Sobre a materialidade como propriedade do enunciado, sustentaremos certa leitura da discussão desenvolvida na *Arqueologia* mediante a retomada de dois artifícios de exposição utilizados pelo autor. O primeiro deles é o recurso às definições negativas, por meio do qual Foucault realiza certos afastamentos que o possibilitam delimitar sua posição teórica. Nessa direção, estabelece, por exemplo, que a materialidade enunciativa de que fala não é "uma materialidade sensível, qualitativa, (...) esquadrinhada pela mesma demarcação espaço-temporal que o espaço perceptivo" (FOUCAULT, 2000, p. 117), pelo que assinala sua distância em relação à posição empirista. Com esse gesto, distancia-se do materialismo prático introduzido no campo marxista e de suas derivações, já que o materialismo aplicado pelos autores da *Ideologia Alemã* à descrição da atividade humana encontra seu fundamento em uma manobra subversora do materialismo feuerbachiano, que, segundo Marx e Engels, estava limitado à atividade contemplativa. Por outro lado, Foucault nega ainda que o enunciado seja "uma forma ideal que se pode sempre atualizar em um corpo qualquer, em um conjunto indiferente e sob condições materiais que não importam" (FOUCAULT, 2000, p.

120), o que elimina a possibilidade de sua equivalência com um materialismo de tipo formal. O afastamento se dá, nesse caso, relativamente a uma materialidade aplicada à forma sígnica, como é aquela introduzida aos estudos discursivos pelo filósofo Mikhail Bakhtin, que remete o caráter material do signo a sua conversão em registro sensorial no campo da consciência.

O segundo expediente por meio do qual Foucault descreve o caráter material do enunciado é a fixação de uma diferença entre o que compreendia como enunciado e enunciação. A enunciação, conforme sugere, corresponde a um acontecimento não repetível; isso por ser dotada de uma individualidade espaçotemporal, cuja singularidade situada inviabiliza sua reprodução. O enunciado, por outro lado, se define como um efeito de estabilidade que resulta das sucessivas reaparições do acontecimento discursivo. Por estar inserido em um regime institucional que lhe confere estatuto de coisa ou de objeto, articula-se a uma materialidade que é própria das instituições, o que lhe garante a possibilidade de sua reprodução em dado domínio discursivo.

O regime de materialidade a que obedecem necessariamente os enunciados é, pois, mais da ordem da instituição do que da localização espaço-temporal; define antes *possibilidades de reinscrição* e de *transcrição* (mas também limiares e limites) do que individualidades limitadas e perecíveis. (FOUCAULT, 2000, p. 118-119)

Uma vez marcado pelo status que as instituições lhe fixam, o enunciado é integrado a uma rede de relações, participando então de um campo de utilização onde se oferece a um conjunto regular de operações e de estratégias de uso. Se, todavia, sua identidade está sujeita a um princípio de variação, esse princípio é relativo ao regime complexo de instituições materiais que determinam seu valor e as formas de sua utilização.

(...) entre o texto de uma Constituição, de um testamento, ou de uma revelação religiosa, e todos os manuscritos ou impressos que os reproduzem exatamente com a mesma escrita, nos mesmos caracteres e sobre temas análogos, não se pode dizer que haja equivalência: de um lado, há os próprios enunciados, do outro, sua reprodução. O enunciado não se identifica com um fragmento de matéria, mas sua identidade varia de acordo com um regime complexo de instituições materiais. (FOUCAULT, 2000, p. 118)

Pode-se em resumo dizer que a materialidade enunciativa, tal como descrita nas elaborações teóricas de Foucault, não guarda compromisso com a reprodução de formas linguísticas ou estímulos sensoriais; não é relativa a um nível de análise ao qual se poderia classificar como semiótico, tampouco se refere a um conjunto de atividades que seriam capturáveis mediante recurso ao testemunho dos sentidos. Se, portanto, quisermos especificar a materialidade que Foucault aplica à natureza do enunciado e assim discriminá-la em relação às demais utilizações do conceito de matéria discutidos nesta seção, talvez possamos situá-la, descrevendo-a como uma forma de materialidade que justifica sua existência com base na

força reguladora das instituições. Sua especificidade resta então indicada por analogia ao trabalho de Durkheim, que fez o fenômeno social e a coisa material coincidirem no nível de suas propriedades. Do ponto de vista do sociólogo francês, se um fato social é comparável a um elemento material, é porque pôde, com o tempo, ser instituído no seio de uma dada cultura em consequência do valor que essa sociedade eventualmente lhe fixou. O funcionamento material aplicado ao nível da instituição é o que desse raciocínio se repete no texto da *Arqueologia*: se um acontecimento discursivo ultrapassa a expressão fugaz da enunciação e atinge a estabilidade do enunciado, é porque em dado momento lhe foram atribuídos um status e um interesse relativo no interior de um campo no qual passou, desde então, a cumprir certa função.

Se, finalmente, o enquadramento numa moldura genérica puder nos facilitar o trabalho de sua descrição, talvez nos seja confortável resumir a aplicação que Foucault realiza do conceito de matéria ao fenômeno discursivo, situando-a como uma materialidade de tipo institucional, pelo que a ela poderemos então nos referir em contraste a outros usos do mesmo princípio, que, à sua vez, poderiam ser assinalados como materialidade de tipo empírico, formal, semiótico, etc.

#### 4.3.7 Nos limites do paradigma materialista

Nas subseções anteriores, sinalizamos que a utilização do princípio da materialidade no projeto teórico de Foucault pode ser mais bem compreendido se temos em conta certas apropriações do conceito de matéria que tiveram lugar no domínio das ciências sociais ao longo dos últimos dois séculos. Na condição de recuarmos, todavia, ao período em que a aurora renascentista fez irromper no horizonte do mundo moderno as ciências da natureza, podemos também sugerir que o princípio material vem se oferecer, desde o século XVIII, como novo centro de referência num contexto em que se fazia necessário empreender uma longa e dura batalha contra o primado da consciência, recusando-se, desde então, a substância pensante enquanto ponto de partida da análise científica. A matéria, junto a todas as consequências que dela derivavam, apresentava-se então como elemento ou condição a partir do qual os fenômenos e as relações poderiam ser explicados por meio de procedimentos claros e objetivos, em compromisso com a força e a segurança das evidências apreendidas no campo da exterioridade.

O que nos parece digno de nota, entretanto, é que traços importantes da razão metafísica tenham sido de algum modo conservados – em graus e em formas distintas – em cada um dos casos que aqui consideramos. No sistema de Marx e Engels, pela razão de que os conteúdos da consciência permaneceram na qualidade de distorções fantasmagóricas do real, ainda que desprezados quando comparados à positividade da experiência material. Em Émile Durkheim, admitia-se que a vida social se constituía a partir de representações, embora tais representações devessem ser estudadas segundo leis de formação distintas das representações da consciência individual. Poderíamos explicar a conservação de resíduos metafísicos em Bakhtin, referindo-nos à palavra como material semiótico da consciência, que constituiria o discurso interior por meio da interiorização do processo social de comunicação. Finalmente, talvez possamos dizer que, em relação aos anteriores, Foucault tenha avançado ainda mais na tarefa de prevenir sua reflexão teórica contra a razão mentalista. Não obstante, mesmo em seu caso, a definição de acontecimento, que simultaneamente lhe exclui as naturezas corporal e imaterial, vai resultar na direção – paradoxal, em suas próprias palavras – de um "materialismo do incorpóreo" (FOUCAULT, 1999, p. 58).

A dificuldade que nesses casos se repete sinaliza a existência de uma circunstância epistemológica que parece ter persistido como pano de fundo ao desenvolvimento de cada um dos pontos de vista examinados. A inconsistência furtivamente introduzida nos casos que ora analisamos, tal como uma infiltração que insidiosamente ameaça a segurança de seus edifícios explicativos, talvez seja indicadora de que as elaborações teóricas aqui consideradas tenham se desenvolvido no interior de um quadro de restrições que lhes impunha na demonstração dos fenômenos estudados a articulação de binômios como matéria/pensamento, exterior/interior, corpóreo/incorpóreo. Dessa forma, as contradições que indicamos se veriam justificadas no fato de que um certo conjunto de coisas talvez não se tenha podido explicar de modo suficiente recorrendo-se a esses dualismos. Nossa aposta é, portanto, no sentido de que o conceito de materialidade na obra foucaultiana, assim como nos trabalhos precedentes que a ela comparamos, lhe tenha sido imposto por um quadro paradigmático em que os objetos de análise só podiam ser explicados por recurso ao contraste que se supunha entre o material e o imaterial. Se esse é o caso, tal enquadramento pode eventualmente ter se constituído em um obstáculo para o avanço de uma compreensão que superasse as contradições da coexistência entre o corpóreo e o incorpóreo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta última oportunidade, faremos uma breve sumarização das relações analisadas em separado ao longo das três etapas que antes percorremos, a fim de identificar alguns pontos de articulação por meio dos quais tais relações se organizam no traçado teórico que a *Arqueologia* nos apresenta. Esperamos assim oferecer uma síntese que disponibilize em fácil acesso as conclusões às quais chegamos com os esforços aqui investidos, garantindo, assim, que possam ser considerados os desdobramentos que daí decorrem e as possibilidades de pesquisa eventualmente abertas em consequência desta investigação.

Tivemos, na etapa inicial da pesquisa, a oportunidade de discutir a controvérsia instaurada entre os campos da história e da sociologia na França do início do século XX, quando a recém-inaugurada ciência sociológica, movida pelas aspirações de Saint-Simon e Auguste Comte, encorajava as demais ciências do social a se juntarem a um projeto geral de trabalho que devia conduzi-las ao limiar da positividade racional. Tal iniciativa servia a um esforço de compatibilização dessas ciências à orientação de pesquisa das ciências naturais, que, desde o Renascimento cultural, haviam sofrido grande transformação e alcançado considerável êxito, especialmente nas ciências astronômicas, na física e nas matemáticas, tornando-se, desde então, a mais importante referência à legitimação do conhecimento produzido na esfera científica. Por essa mesma razão, o princípio material, que havia encontrado na ciência da natureza um lugar privilegiado, dada a condição que oferecia de um estudo seguro e objetivo dos fenômenos investigados, foi então transferido para a pesquisa social, esfera em que recebeu diferente tratamentos, adquirindo outras possibilidades de uso.

Entre as premissas da ciência social positiva sustentada por sociólogos franceses, apresentava-se a exigência de um investimento de pesquisa em fenômenos de natureza regular, cujo caráter constante permitiria a identificação de seus antecedentes, criando assim condições para o estabelecimento das causas motivadoras de seu aparecimento. A esse respeito, a forma como os historiadores pensavam o objeto de seu estudo sofreu uma importante modificação, uma vez que os eventos históricos, antes tidos como fenômenos singulares, incompatíveis com a invariabilidade e a reprodução em razão de sua sujeição às forças transformadoras do tempo, foram também considerados desde sua inclinação à repetição e à regularidade. Nada obstante, o interesse pela impermanência do fato histórico foi

retido, pelo que os acontecimentos passaram a ostentar uma dupla natureza, mostrando-se a um só tempo únicos e reprodutíveis.

De outra parte, havendo o campo da história sofrido diferentes subdivisões na primeira metade do século XX, em função da diversificação temática que os historiadores passaram a adotar em seu ofício, os eventos históricos, desde então, adquiriram contorno especial conforme o domínio em que o interesse do historiador estivesse investido. No contexto de uma História Econômica, por exemplo, seria possível tratá-los como acontecimentos de tipo econômico, na História Política, como acontecimentos políticos, na História Social, acontecimentos sociais, e assim por diante. Com base nesse raciocínio, é possível supor que, na História das Ciências – ainda que, nesse caso, se trate de um domínio reservado ao trabalho dos filósofos –, estejamos em face de eventos que devem ser especificados pela identidade que possuem com a prática científica. Ante a correspondência que os epistemólogos estabeleceram entre ciência e discurso, todavia, a *Arqueologia* pôde justificar seu objeto central de interesse, o *acontecimento discursivo*, equiparando a categoria mais ampla do saber com o discurso.

Pode-se dizer que os acontecimentos discursivos de Foucault preservaram a dupla feição já admitida pelos historiadores dos *Annales* para os fenômenos históricos. De uma parte, foram considerados em sua emergência, irrupção primeira que os insere na dimensão imperiosa do tempo. Nessa qualidade rudimentar de simples aparecimento, apresentam-se como enunciação; atravessam o tempo como um clarão que dura o tempo irreversível de sua faísca. Quando, porém, os movimentos de retomada, paráfrase, citação, ou qualquer outra modalidade de recuperação do dito, reativam os acontecimentos discursivos, fixando-lhes uma importância e atribuindo-lhes uma função especial no campo enunciativo do qual participam, tais eventos se elevam à condição de enunciado, adquirindo um status e uma estabilidade que lhes institui um valor operacional nesse espaço onde são reaproveitados. A fixidez e a constância que alcançam em consequência da função que passam a cumprir e das estratégias operativas que desde então se lhes são aplicadas no campo enunciativo é o que garante sua materialidade, uma materialidade que, portanto, se define pela correspondência que possui com o regime sociológico das instituições.

Assim, talvez nos seja útil, grosso modo, distinguir enunciação e enunciado pela diferença entre os espaços fenomênicos que lhes são próprios. Se, por exemplo, situamos a enunciação como efeito produzido num espaço empírico – não se reduzindo, nesse caso, o empírico a certas condições especiais de experimentação, tampouco à experiência psicológica

individual –, aí incluiríamos todo dito que, em algum momento, tornou-se disponível à leitura, à escuta, à constatação, tudo o que se pode notar, porque efetivamente introduzido no espaço social, e que, ao mesmo tempo, não pôde se preservar, exatamente porque o plano da experiência está condicionado à ação incessante e transformadora do tempo. O enunciado, à sua vez, não se constituiria pelo contato imediato com o que diretamente se apresenta à percepção, mas se formaria numa região onde sucessivas ocorrências enunciativas gradativamente sedimentam regularidades de funcionamento, que, desde então, passam a gerir sua produção. Nesse contexto, deve-se admitir uma certa fixidez que garante ao enunciado sua estabilidade instituída, o que significa dizer que sua função no campo enunciativo se mantém conservada durante o tempo em que vigora sua institucionalidade.

Sobre essa região, em cuja superfície os enunciados se estabelecem, deve-se ainda dizer que ela supõe um nível subjacente, uma camada na qual os mais diversos elementos da realidade social estabelecem entre si relações que configuram um complexo sistema de formação. O modo como são dispostas as relações que estabilizam o contato entre esses elementos é o que serve de condição de existência aos acontecimentos dados no plano enunciativo. Nesse sentido, repete-se na *Arqueologia* a bidimensionalidade que marca a aplicação do método estrutural nas ciências sociais. No trabalho de Lévi-Strauss, por exemplo, essa divisão se apresenta na relação pressuposta entre uma *ordem vivida*, que o antropólogo conhece diretamente na pesquisa de campo, e uma *ordem concebida*, que ele alcança a partir da anterior, com o auxílio da qual pode inferir a estrutura social que a ela serve como fundamento. As relações existentes entre os elementos que compõem cada um desses níveis tem natureza formal, sendo, por essa razão, relações suscetíveis à matematização e com as quais se pode definir um sistema firmemente regular e fechado. Organizando esse sistema e explicando as diferenças existentes em seu interior, o antropólogo crê oferecer a seus pares um conhecimento rigoroso e universal acerca da cultura estudada.

Do ponto de vista da *Arqueologia*, o sistema desde o qual os enunciados são formados não se organiza por meio da articulação entre elementos cujas relações podem ser formalmente estabelecidas ou matematicamente arranjadas, nem se deve supor entre ele e o plano dos enunciados uma relação de causalidade simples, como se o enunciado fosse um efeito necessário desencadeado pelo sistema de formação. De fato, o sistema que forma os enunciados encerra em seu interior relações regulares entre os elementos que o compõem. Trata-se, porém, de um sistema aberto a contingências e transformações, suscetível à ação do tempo, pelo que não comporta o rigor matemático de estruturas fechadas. Nele estão dispostas

não as causas simples dos enunciados que se formam em um outro nível, mas diferentes condições que tornam possível a existência desses mesmos enunciados.

É talvez a sua referência a estruturas instáveis, cujo arranjo das relações intrínsecas resistem à configuração de uma totalidade imóvel e definitiva o que, de algum modo, fez com que o texto da *Arqueologia* fosse incluído sob a rubrica pós-estruturalista. Como se vê, não se trata de rejeitar, de antemão, os princípios de base sob os quais a posição estruturalista se constitui. Trata-se, em lugar disso, de não firmar o compromisso que o método estruturalista normalmente mantém com certa concepção de ciência ou certo modelo de pesquisa. O que talvez tenha provido uma direção investigativa especial à análise arqueológica foi a tarefa de se pensar a estrutura não a partir de um centro em torno do qual ela se organiza, mas desde os limites segundo os quais o seu centro pode provisoriamente se estabelecer. O recurso à estrutura centrada como uma espécie de jogo constituído a partir de uma imobilidade fundadora era compreendido como ilusão histórica por aqueles que, à época de Foucault, se dispuseram a revisar a posição estruturalista: “a estrutura, ou melhor a estruturalidade da estrutura, (...) sempre se viu neutralizada, reduzida: por um gesto que consistia em dar-lhe um centro, em relacioná-la a um ponto de presença, a uma origem fixa” (DERRIDA, [1967] 1995, p. 230). Daí o papel importante que a noção de ruptura assume na análise dos acontecimentos discursivos. “Não é que ela [a ruptura] seja apenas um trabalho contra um âmago estabelecido. O que ocorre é, antes, uma afirmação do poder do limite como uma fonte de produção interminável de transformações e diferenças” (WILLIAMS, 2012, p. 13).

Um outro ângulo do debate sobre a estrutura que vale também nossa atenção é o fato de que o *sistema de formação* parece ser um dos aspectos mais desafiadores da *Arqueologia* para os analistas do discurso que modernamente se aventuram a aproveitá-la como base teórica para seus exercícios de análise. A dificuldade parece surgir de dois problemas em particular. Um deles diz respeito ao fato de que o sistema que forma os enunciados demanda um trabalho de descrição das relações que articulam os mais diversos elementos dispostos nesse espaço desde o qual o discurso pode emergir. A tarefa não é, portanto, especialmente familiar ao linguista. Parece mais bem ajustada à sensibilidade do cientista etnógrafo (ou mesmo sociólogo), habituado a percorrer toda a amplitude de uma cultura, registrando suas instâncias, seus componentes, seus funcionamentos variados. O segundo problema, que com o primeiro se relaciona, concerne à estratégia de pesquisa normalmente adotada pelos linguistas que praticam análise do discurso: havendo privilegiado as ciências da linguagem em suas práticas investigativas, tais analistas quiseram se concentrar no estudo das relações existentes



entre os enunciados, na identificação de seus agrupamentos, na descrição dos pontos de contato que articulam diferentes discursos, nos procedimentos de exclusão sob os quais a produção enunciativa se regula, etc. Desse modo, o trabalho de campo tem se voltado à exploração das possibilidades de análise oferecidas no plano dos enunciados, considerando-se, via de regra, o modo como se conjugam a função enunciativa e a estrutura textual que, por meio dela, pode vir à existência. A análise arqueológica, porém, não se conclui com a realização dessa etapa. A partir daí, o arqueólogo deve escavar o terreno em que o dito se apresenta para abaixo dele localizar e descrever o conjunto das condições desde as quais a existência do enunciado pôde ser preparada. Numa entrevista concedida à Gerard Raulet em 1983, Foucault sumariza esse aspecto da análise que, inclusive, justifica a escolha da palavra arqueologia:

Se empreguei esse termo arqueologia, (...) era para dizer que o tipo de análise que eu fazia estava deslocado, não no tempo, mas pelo nível em que ele se situa. Meu problema não é estudar a história das ideias em sua evolução, mas sobretudo ver debaixo das ideias como puderam surgir tais ou tais objetos como objetos possíveis de conhecimentos. (FOUCAULT; RAULET, 2005, p. 319/320)

Se, portanto, quisermos nos aproximar dessa dimensão que condiciona o aparecimento dos enunciados, para sobre ela atuar, organizando seus componentes, descrevendo suas relações intrínsecas, mapeando, enfim, a disposição complexa e irregular de sua fisionomia, será provavelmente necessário lançar mão de outros recursos além das tradicionais ferramentas já disponíveis no domínio das ciências da linguagem. Na descrição do sistema de formação, o que se encontra em jogo é uma análise das positivities que servem como condição de existência aos enunciados. A indicação de tais elementos e das relações que mantêm entre si suscita, portanto, instrumentos de análise que sejam aplicáveis a uma realidade que, na *Arqueologia*, se supõe como de natureza não textual. Nesse aspecto, a aproximação e o diálogo com outras divisões no interior das ciências humanas e sociais parece se impor como condição para os linguistas que pretendam se aventurar no trabalho bidimensional para o qual a obra de Foucault nos convida.

Queremos ainda registrar que a associação existente entre a *Arqueologia* e o trabalho de Louis Althusser foi uma das relações mais importantes dentre aquelas que precisaram estar de fora da nossa análise, em razão do escopo que inicialmente atribuímos à investigação; especialmente no que diz respeito à noção de *prática discursiva* apresentada no texto de Foucault, que parece ter se oferecido a partir de um diálogo importante com o conceito althusseriano de *prática teórica*, introduzido em *Sur la dialectique matérialiste (De l'inégalité*

*des origines*), publicação de 1963. Nesse texto, coloca-se o problema da distinção entre ciência e ideologia – esta última tomada como forma de “conhecimento” por meio da qual se constitui a pré-história de uma ciência e de suas “filosofias” (ALTHUSSER, 2015, p. 136-137). Foucault parece responder a esse trabalho na seção *Ciência e Saber*, que antecede o capítulo conclusivo da obra. Nessa oportunidade, o autor recoloca a questão apresentada por Althusser e marca em relação a ele sua diferença, estabelecendo novas distinções entre *saber*, *ideologia* e *ciência*. Se tivéssemos tido a oportunidade de examinar a articulação estabelecida entre ambos os textos, seguramente teria sido necessário promover alguns ajustes na forma como relacionamos o raciocínio estrutural ao sistema de formação.

Finalmente, devemos indicar alguns dos limites que não pudemos superar, dada as condições que preliminarmente estabelecemos para o desenvolvimento da pesquisa. Nesse sentido, se quisemos experimentar um caminho de acesso ao texto da *Arqueologia*, explorando as relações que a obra estabelece com algumas das disciplinas que integram o domínio das ciências sociais, assim o fizemos por parecer que nos seria útil ater-nos ao solo e às linguagens da prática científica, pois imaginávamos que, desse modo, talvez pudéssemos identificar e reunir um conjunto de premissas que tornasse possível a operacionalização do texto de Foucault a partir da posição em que ora nos encontramos. Dito de outro modo, esperávamos aproximar a *Arqueologia* do campo de possibilidades oferecidas pela ciência, a fim de que, do seu interior, pudéssemos habilitar a realização de apropriações estratégicas relativamente ao material teórico apresentado na obra.

Por certo, encontramos aqui um importante desafio, dada a complexa relação que o texto analisado mantém com o domínio científico. Tivemos a ocasião de sugerir, por exemplo, o vínculo do projeto arqueológico com a pesquisa positiva introduzida entre as ciências sociais no início do século XX pelo esforço dos sociólogos. Todavia, não podemos supor a integração de tais princípios na *Arqueologia* sem, ao mesmo tempo, observar que aquilo que em seu texto se toma por positividade, empiria, lei, causalidade, regra ou regularidade mereceria também ser analisado segundo a forma distensa e singular em que tais noções nele aparecem dispostas. Nessa direção, o recurso à intertextualidade no discurso filosófico provavelmente nos teria sido importante na exploração das nuances e dos enquadres aplicados a essas e outras noções que comentamos ao longo deste trabalho. Isso vale também para a relação estabelecida entre a *Arqueologia* e o campo da história, cuja investigação careceria ser ampliada pelo exame de problemas colocados à pesquisa historiográfica por trabalhos como os de Nietzsche, Hegel, Kant, ou pelos epistemólogos da história. Acrescentamos, finalmente,

que o raciocínio estruturalista que participa da *Arqueologia do Saber* não se mostra marcado pelo formalismo que serve de base à aplicação do método estrutural na fonologia e na antropologia de Lévi-Strauss, pelo que, também nesse sentido, a discussão sobre o texto de Foucault merece ser ampliada.

Por todas essas razões, parece ser conveniente prosseguir na reflexão sobre a obra aqui estudada pela consideração dos rompimentos que ela opera em relação à racionalidade científica e filosófica que com ela conviveu no século XX. Nesse sentido, pode ser que um novo e importante avanço na análise das articulações existentes entre a *Arqueologia* e o domínio das ciências sociais pudesse se realizar mediante a consideração do quadro pós-estruturalista em que tal relação pôde de algum modo se configurar. Talvez seja o caso de nos deixar afetar pelas questões refletidas nesse ambiente de pensamento, para então recolocar o funcionamento da ciência em um novo patamar e, desde aí, retomar a possibilidade de se pensar um uso científico-filosófico para a *Arqueologia*.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? Tradução de Nilcéia Valdati. **Outra travessia**, n. 5, p. 9–16, 2005.

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M.; VEIGA-NETO, A.; SOUZA FILHO, A. DE. (org.). **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (Coleção Estudos Foucaultianos)

ALTHUSSER, L. Sobre a dialética materialista (da desigualdade das origens). *In*: ALTHUSSER, L. **Por Marx**. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

ALVIM, D. M. **Foucault e Deleuze: deserção, micropolíticas, resistências**. Tese (Doutorado em Filosofia) – Pós-Graduação Strictu Senso em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica, 2011.

BACHELARD, G. **A dialética da duração**. São Paulo: Editora Ática, 1988. (Originalmente publicado em 1936)

BACHELARD, G. **Le nouvel esprit scientifique**. Disponível em: [https://gastonbachelard.org/wp-content/uploads/2015/07/nouvel\\_esprit.pdf](https://gastonbachelard.org/wp-content/uploads/2015/07/nouvel_esprit.pdf). Acesso em: 10 jul. 2021. (Originalmente publicado em 1934)

BAKHTIN, M. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. (Originalmente publicado em 1929)

BAKHTIN, M.; VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2017. (Originalmente publicado em 1929)

BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

BARROS, J. D. Fontes históricas: olhares sobre um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos. **Albuquerque: revista de História**, p. 71–115, 2010a.

BARROS, J. D. A. Escolas históricas - discussão de um conceito a partir de dois exemplos principais: a “Escola Histórica Alemã” e a “Escola dos Annales”. **Revista Esboços**, v. 17, n. 24, p. 7–36, 2010b.

BARROS, J. D. **Teoria da história, volume V - a escola dos annales e a nova história**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

BARROS, J. D. A historiografia e os conceitos relacionados ao tempo. **Dimensões**, v. 32, p. 240–266, 2014.

BENVENISTE, É. **Problemas de lingüística geral I**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.

BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

(Originalmente publicado em 1949)

BOURDÉ, G.; MARTIN, H. A escola metódica. *In*: BOURDÉ, G.; MARTIN, H. **As escolas históricas**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1983. p. 97–118. (Col. Fórum da História).

BRAUDEL, F. História e ciências sociais. A longa duração. *In*: BRAUDEL, F. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1978a. (Originalmente publicado em 1958)

BRAUDEL, F. História e sociologia. *In*: BRAUDEL, F. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1978b. (Originalmente publicado em 1958)

BRAUDEL, F. Posições da história em 1950. *In*: BRAUDEL, F. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1978c. (Originalmente publicado em 1950)

BURKE, P. **A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 1992.

CANGUILHEM, G. **Études d’histoire et de philosophie des sciences: concernant les vivants et la vie**. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2015. (Originalmente publicado em 1968)

CARDOSO, J. H. DA C. Breve histórico dos estudos fonológicos. **Educte**, v. 3, n. 2, 2012.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Trad. Ingrid Müller Xavier. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

COSTA, J. C. Augusto Comte e as origens do positivismo. **Revista de História**, v. 1, n. 3, p. 363–382, 1950.

CRUZ, J. **Filosofia da história**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull), 2007.

DELEUZE, G. O que é um dispositivo? *In*: DELEUZE, G. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Vegas/Passagens, 1996. p. 83–96.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, G. **Michel Foucault: as formações históricas**. Trad. Cláudio Medeiros e Marcio A. Marino. São Paulo: Editora Politeia, 2017.

DERRIDA, J. **A Escrita e a Diferença**. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995. (Originalmente publicado em 1967)

DOSSE, F. **A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

DOSSE, F. **La historia em migajas: de annales a la “nueva historia”**. México: Universidad Iberoamericana, 2006.

DOSSE, F. **História do estruturalismo: o canto do cisne, de 1967 a nossos dias - volume II**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

DÜHRING, L. Lost in translation ? On the disciplinary status of public relations. **Public**

**Relations Inquiry**, v. 4, n. I, p. 5–23, 2015.

DURKHEIM, É. *et al.* “**Débat sur l’explication en histoire et en sociologie**”. Disponível em:

[http://classiques.uqac.ca/classiques/Durkheim\\_emile/textes\\_1/textes\\_1\\_09/histoire\\_socio.htm](http://classiques.uqac.ca/classiques/Durkheim_emile/textes_1/textes_1_09/histoire_socio.htm)  
l. Acesso em: 20 nov. 2019. (Originalmente publicado em 1908)

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Originalmente publicado em 1895)

FOUCAULT, M. **Dits et écrits I 1954-1969**. Paris: Gallimard, 1994.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 5. ed. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999. (Originalmente publicado em 1971)

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. (Originalmente publicado em 1969)

FOUCAULT, M.; RAULET, G. Estruturalismo e pós-estruturalismo. *In*: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GONÇALVES, S. G. O método arqueológico de análise discursiva: o percurso metodológico de Michel Foucault. **História e-História**, v. 1, n. 4, p. 1–21, fev. 2009.

GREGOLIN, M. DO R. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. *In*: SARGENTINI, V; NAVARRO, P. **Michel Foucault e os domínios da linguagem**. São Carlos: Claraluz, 2004a. p. 23–44.

GREGOLIN, M. DO R. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Editora Claraluz, 2004b.

GREGOLIN, M. DO R. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso - diálogos & duelos**. 2. ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

GREGOLIN, M. DO R. Michel Foucault: uma teoria crítica que entrelaça o discurso, a verdade e a subjetividade. *In*: FERREIRA, Ruberval; RAJAGOPALAN, Kanavillil. (org.). **Um mapa da crítica nos estudos da linguagem e do discurso**. Campinas: Pontes, 2016. p. 115–142.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JAQUET, G. M. **A condução de si e dos outros através de uma acontecimentalização da história em Michel Foucault**. 2016. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KOCH, I. V. **Introdução à linguística textual**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

LECOURT, D. A arqueologia e o saber. *In*: LECOURT, D. **O homem e o discurso: a arqueologia de Michel Foucault**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

- LE GOFF, J. Foucault e a “nova história”. **Plural**, v. 10, n. 2, p. 197–209, 2003.
- LÉVI-STRAUSS, C. A análise estrutural em linguística e antropologia. *In*: LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosac Nasif, 2008a. (Originalmente publicado em 1945)
- LÉVI-STRAUSS, C. A noção de estrutura em etnologia. *In*: LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosac Nasif, 2008b. (Originalmente publicado em 1952)
- LÉVI-STRAUSS, C. História e etnologia. *In*: LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosac Nasif, 2008c. (Originalmente publicado em 1949)
- MACHADO, R. C. DE M. **Ciência e saber**: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- MACHADO, R. C. DE M. A arqueologia do saber e a constituição das ciências humanas. **Discurso**, v. 5, n. 5, p. 87–118, 1974.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.
- MAINGUENEAU, D. Analisando discursos constituintes. **Revista do Gelne**, v. 2, n. 2, p. 1–12, 2000.
- MAINGUENEAU, D. **O contexto da obra literária: enunciação, escritor, sociedade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MAINGUENEAU, D. **Análise de Textos em Comunicação**. 3. ed. São Paulo: Cortês Editora, 2004.
- MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MARX, K. **As filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro**. Lisboa: Editorial Presença, 1972. (Originalmente publicado em 1902)
- MARX, K.; ENGELS, F. **A sagrada família ou a crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. (Originalmente publicado em 1945)
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. (Originalmente publicado em 1932)
- MENAND, L. The marketplace of ideas. **American Council of Learned Societies Occasional Paper**, n. 49, p. 1–19, 2001.
- MONCEAU, G. Implicação, sobreimplicação e implicação profissional. **Fractal Revista de Psicologia**, v. 20, n. 1, p. 19–26, 2008.
- MORAES, M. A. DE; MARRAS, S.; SIMIONI, A. P. C. Disciplinar, inter-trans-multi-pós-disciplinar. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 64, p. 14–16, 2016.
- MUCHAIL, S. T. **Foucault, simplesmente**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

- ORLANDI, L. B. L. Do enunciado em Foucault à teoria da multiplicidade em Deleuze. *In: TRONCA, I. A. Foucault vivo*. Campinas: Pontes, 1987. p. 11–42.
- ROCHA, J. M. DE S. **Michel Foucault e o Direito**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- ROCHA, D. Perspectiva foucaultiana. *In: ROCHA, D. Texto ou discurso?* São Paulo: Contexto, 2012. p. 47–80.
- RODRIGUES, H. E. Lévi-Strauss, Braudel e o tempo dos historiadores. **Revista Brasileira de História**, v. 29, n. 57, p. 165–186, 2009.
- SAUSSURE, F. DE. **Curso de Linguística Geral**. 28. ed. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix Ltda, 2012.
- SIMIAND, F. Método histórico y ciencia social (Presentación y traducción de Antonio F. Vallejos). **Empiria. Revista de metodología de ciencias sociales**, v. 0, n. 6, p. 163–202, 2003. (Originalmente publicado em 1903)
- VALVERDE, M. Preliminaries: Foucault’s search for a place from which to challenge academic disciplines. *In: VALVERDE, M. Michel Foucault (Routledge Key Thinkers in Criminology)*. Abingdon: Routledge, 2017.
- VEYNE, P. **Foucault: o pensamento, a pessoa**. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2009.
- VOIGT, A. A ideia de acontecimento na obra de Bachelard. **História e Perspectivas**, n. 46, p. 215–238, 2013.
- WILLIAMS, J. **Pós-estruturalismo**. Petrópolis: Vozes, 2012. Edição kindle.
- ZALEŃSKA, M. **Ordre et chaos dans les disciplines. L’exemple de la rhétorique**. Disponível em: <http://journals.openedition.org/semn/9731>. Acesso em: 16 jul. 2021.